

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP**

DENILSON MEIRELES BARBOSA

**A CAMINHO DA PERIFERIA: A DESCENTRALIZAÇÃO CATÓLICA
EM MONTES CLAROS – 1980 - 1990**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

DENILSON MEIRELES BARBOSA

**A CAMINHO DA PERIFERIA: A DESCENTRALIZAÇÃO CATÓLICA
EM MONTES CLAROS – 1980 – 1990**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Ciências da Religião, sob orientação da Professora Doutora Maria José Fontelas Rosado Nunes.

**SÃO PAULO
2010**

Banca Examinadora

Resumo

A CAMINHO DA PERIFERIA: A DESCENTRALIZAÇÃO CATÓLICA EM MONTES CLAROS – (1980 – 1990).

A presente pesquisa examina o papel da Igreja Católica, em Montes Claros no final do século XX, período marcado por forte processo de urbanização, sobretudo, a partir dos incentivos fiscais dados através da Sudene. Entende-se que a possibilidade de viver na cidade e conseguir um emprego é um bom atrativo àqueles que vivem no meio rural. Por tal estímulo, muitos se deslocam para a cidade, quase sempre, para viver em condições precárias na periferia, porque esta não oferece as condições básicas de bem estar social.

Aqueles que passam a habitar esse novo espaço trazem as suas experiências, principalmente, com a prática da religiosidade, que, passará a ser vivenciada no contexto da urbanização. Buscam um reordenamento da vida cotidiana através dos laços de afetividade com os vizinhos na comunidade. A religião parece ser um importante canal, a conduzir os novos moradores da cidade, a visitarem as suas origens, para ali, na periferia, retraduzir os seus códigos de vida, e reinventar a sua identidade, a partir das suas bases culturais.

Nesse contexto, dá-se o deslocamento da Igreja Católica para a periferia. Movimento nada fácil para esta instituição religiosa, que terá de aprender a falar a linguagem do povo simples, entender os ritos da vida cotidiana, e os símbolos da religiosidade popular sertaneja, ali experienciados.

O nosso propósito foi de tentar entender como se deu a descentralização das ações da Igreja no meio urbano, do centro para a periferia, pois, esta parece ter exigido da Igreja uma reestruturação que possibilitasse uma nova metodologia para atuar na cidade. Elegemos como recorte temporal, as duas últimas décadas do século passado, por entender que, é neste período que acontecem as transformações mais significativas para a Igreja Católica em Montes Claros.

Palavras-chaves: Igreja, Poder, Periferia, História Lenta, descentralização.

Abstract

The way of the periphery: catholic decentralization in Montes Claros (1980-1990).

This study examines the role of the Catholic Church in Montes Claros in the late twentieth century, a period marked by strong urbanization process, especially from the incentive fiscal through Sudene. It is understood that the possibility of living in the city and getting a job is a good attraction to those living in rural areas. For this stimulus, many moving to the city, almost always, to live in precarious conditions in the periphery, because it does not provide the basic conditions of social welfare.

Those who come to inhabit this new space bring their experiences, especially with the practice of religion, that will be experienced in the context of urbanization. They seek a reorganization of everyday life through the bonds of affection with their neighbors in the community. Religion appears to be an important channel to lead the new residents of the city, visit the origin, for there on the periphery, retranslate codes of life, and reinvent their identity from their cultural roots.

In this context, there is the displacement of the Catholic Church to the periphery. Movement hard for this religious institution, which will have to learn to speak the language of the common people, to understand the rituals of everyday life, and symbols of popular religion backlands experienced there.

Our purpose was to try to understand as it was the decentralization of the Church in urban areas, the center to the periphery, therefore, this appears to involve a restructuring of the Church that made possible a new methodology to work in the city. We selected as time line, the last two decades of the past, understand that this period is happening most significant changes to the Catholic Church in Montes Claros.

Key-words: Church, Power, Periphery, History slowly, Decentralization.

Dedicatória

Aos colegas, professores do Departamento de História da Unimontes.

Homenagem

À professora Wilma Isabel Fagundes Amaral, pelo exemplo de dedicação, cuidado e atenção. Pela orientação e preocupação com o exercício das nossas atividades acadêmicas desde a graduação.

Agradecimentos

A pesquisa nos remete a experiências que, embora sejam fundamentais na nossa vida acadêmica, em muitos momentos não conseguimos perceber sem que antes Saíamos do aquecimento e inauguremos os primeiros momentos no campo da ciência. Uma vez dada a primeira partida, vários são os percalços que encontramos. Mas, várias são também as pessoas que se dispõem a nos ceder um pouco do seu tempo (tão corrido ultimamente) para nos apontar um caminho no qual seja possível atingir os objetivos desejados. Nem sempre conseguimos, é claro, mas a experiência de ouvir e de saber do outro o que ele acumula de conhecimento, foi salutar para nós, na construção do texto que se configura nas páginas seguintes.

Quando partimos para o mundo, pela autonomia que o conhecimento nos promete, passamos a estar bem menos tempo próximo a muitas pessoas que estimamos, admiramos e amamos com grandeza. Todas elas, de uma forma ou de outra colaboram com o que fazemos. Seja pela expectativa que demonstram aos resultados que pretendemos, pela preocupação com aquilo que realizamos ou até mesmo, pela saudade demonstrada diante do nosso “escondimento” às vezes literal e relativamente extenso. Outros, apesar da “proximidade”, ainda assim clamam por atenção e cuidado, tão necessários a uma construção de afinidade e harmonia. Conscientemente, sabemos que causamos angústia pelas ausências e pelo relativo distanciamento. Mas, sobretudo, acreditamos que esse sacrifício serve à nossa lapidação e crescimento não só para mundo acadêmico, mas também, para melhorar a qualidade das relações que estabelecemos no nosso espaço de convívio e troca de experiências diárias.

É por acreditar nessas possibilidades, que contamos com o reconhecimento de todos aqueles que nos acompanharam nesta jornada de especialização com atitudes nobres e dedicadas. Ainda que, com imensa consideração a todos(as) não poderia deixar de destacar os meus pais pelas orações silenciosas que despertaram sempre o sentido da vitória. Pelos olhares preocupados, mas serenos, clamando por uma nova informação no percurso da nossa pesquisa.

A todos os irmãos e querida irmã por não saberem negar a mão amiga todas as vezes que precisei, mesmo diante das suas limitações.

Às minhas queridas e estimadas cunhadas, que mesmo reclamando saudades, souberam reconhecer a causa da minha distância.

Aos meus jovens sobrinhos e sobrinhas que se dispuseram também, um pouco do seu tempo nos momentos em que precisamos de um auxílio juvenil.

À minha esposa, amiga e companheira Eliane que mesmo diante das inquietações causadas pela dedicação dada à pesquisa, sempre soube dizer sim nos momentos de apreensão e tensões.

Aos meus filhos queridos, Tatiane Cristine Meireles e Luan Gomes Meireles, razão e sentido dos projetos de vida que realizamos.

Aos colegas do Departamento de História, especialmente aqueles que acompanharam bem mais de perto nossas apreensões e angústias, professores César Henrique, Carla Cristina, Rejane Meireles, Marta Sayago, Wilma Isabel e Mary Aparecida. Companheiros (as) que através do Núcleo de História e Cultura Regional, possibilitou-nos repensar a prática da pesquisa a partir da academia.

Ao colega Jéferson Betarello que, apesar do pouco convívio que tivemos, pudemos trocar férteis e importantes idéias, além de amadurecer outras discutidas em sala de aula. À sua esposa Débora, que sempre nos recebeu com muita simpatia e atenção.

Ao parceiro de jornada, Professor Admilsom Eustáquio, companheiro de tantas idas e voltas, planos, angústias e realizações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, sobretudo, aqueles que mais de perto puderam partilhar o seu conhecimento e nos instruir na vida acadêmica, apontando caminhos e desembaçando visões. Professores, Ênio Brito e Fernando Londoño, pelas orientações dadas na banca de qualificação. Orientações que forneceram subsídios importantes para esta pesquisa.

À orientadora nesta jornada de pesquisa, professora Maria José Fontelas Rosado Nunes, por apontar caminhos que aprimoraram a nossa intenção de pesquisa.

À Andréia Bisolin, secretária do programa que sempre tem nos atendido com muita gentileza e atenção, sempre que precisamos de esclarecimentos.

Aos padres Ozanan Maia, por nos receber tão atenciosamente quando precisamos das suas ricas e necessárias informações contidas no seu vasto conhecimento sobre a história da Igreja e Geraldo Marcos Tolentino, profundo conhecedor dos projetos e percalços do catolicismo regional.

A CAPES, por ter proporcionado maior tranquilidade auxiliando-nos com uma bolsa de estudos por vinte e quatro meses.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
1 – CAPÍTULO I	
CULTURA E SOCIEDADE: OS PRIMÓRDIOS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	24
1. A Expansão da Igreja Católica no Brasil.....	24
2. O Projeto Colonizador e a Inserção da Igreja Católica no Sertão.....	28
3. A Igreja Católica a Caminho do Sertão.....	31
4. Reinventando as Devoções.....	34
5. Igreja em Movimento: processos tardios no Sertão.....	35
6. CNBB: nova política para as Dioceses.....	38
2 – CAPÍTULO II	
A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM MONTES CLAROS.....	43
1. A História da Igreja em Montes Claros.....	43
2. Uma Quota por um Bispado: criação e expansão da Diocese de Montes Claros.....	51
3. A Igreja e seu Difícil Deslocamento para a Periferia.....	54
4. Capela: uma representação da aliança com a elite.....	60
5. As Primeiras Paróquias Urbanas.....	61
5.1 A Paróquia São Sebastião.....	61
5.2 A Paróquia Nossa Senhora da Consolação.....	62
5.3 A Paróquia São João Batista.....	63
5.4. A Paróquia São Norberto.....	64
6. A Igreja a Caminho da Periferia.....	65

7. Religião e Urbanização: a Igreja Católica no contexto dos incentivos da Sudene.....	66
8. A Igreja Católica e o Novo Cenário Urbano.....	69
9. Êxodo Católico: a Igreja chegando à periferia.....	70
10. A Reinvenção da Fé na Periferia: a experiência do bairro Monte Carmelo.....	72
11. De Capela a Igreja: reconstruindo a identidade.....	76

3- CAPÍTULO III

A PAROQUIALIZAÇÃO DA PERIFERIA..... 79

1. Proposta e Prática: as diretrizes pastorais.....	79
2. Concílio Vaticano II e as diretrizes pastorais de 1967.....	81
3. As Assembléias Diocesanas e a Tentativa de Revitalização.....	83
4. A Segunda Assembléia Diocesana 1981 – 1983.....	84
5. A Terceira e Quarta Assembléias Diocesana.....	88
6. CEBs e Paróquia.....	88
6.1 Surgimento e Expansão das CEBs.....	90
6.2 CEBs: um movimento tardio na Igreja do sertão.....	91
7. Paróquia e Comunidade em Montes Claros.....	93
7.1 Paróquia: esvaziando as CEBs	94
7.2 Comunidade, Leigo e Paróquia: de membro das CEBs a agente de pastoral.....	96

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....101

ANEXOS.....109

Anexo 1 - Primeiro documento elaborado pela diocese de Montes Claros após o Concílio Vaticano II.

Anexo 2 - Segundo documento elaborado pela diocese de Montes Claros após o Concílio Vaticano II.

Anexo 3 - Diretrizes que nortearam as ações da diocese de Montes Claros no início dos anos 90.

Anexo 4 - Documento que serviu de base para repensar o projeto da diocese para consolidação das pastorais paroquiais.

Anexo 5 - Jornal Clarão do Norte – divulgador das ações da Igreja Católica no Norte de Minas.

Anexo 6 - Documento que sintetizou as discussões do 5º Encontro Intereclesial das CEBs para estudo nas comunidades.

Lista de Fotos

- Foto1** – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José. Construída em 1832..... 45
- Foto 2** – Igreja do Rosário – Construção moderna..... 46
- Foto 3** – Vista lateral da Igreja do Rosário – A vista frontal da antiga capela representada pelo cruzeiro..... 47
- Foto 4** – Cortejo dos catopés. Bandeiras com imagens dos santos devocionados..... 48
- Foto 5** - Apresentação e adereços usados pelos marujos em dias de desfiles..... 48
- Foto 6** – Capela dos Morrinhos – Capela de Senhor do Bom fim construída no final do século XIX..... 49
- Foto 7** – Catedral de Nossa Senhora Aparecida. 2ª paróquia da diocese de Montes Claros, inaugurada em 1950..... 58
- Foto 8** – Capela da Comunidade do Monte Carmelo..... 75
- Foto 9** – Igreja de Nossa Senhora do Carmo na Comunidade do Monte Carmelo..... 77

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização da região Norte de Minas Gerais.....	18
Mapa 2 – Capelas urbanas até a década de 1960.....	37
Mapa 3 – Capelas na área central de Montes Claros.....	55
Mapa 4 – Comunidades paroquiais após a década de 1990.....	71

INTRODUÇÃO

A Igreja, instituição milenar que tem influenciado mentalidades ao longo do tempo, conseguiu através de seus representantes determinar um ritmo de vida considerado como um padrão necessário aos apelos morais cristãos.

O processo de urbanização experimentado pela modernidade tem se guiado por caminhos que se caracterizam como contrários aos chamados padrões tradicionais. O ideal de liberdade, de uma vida mais livre e mais dinâmica, tem provocado importantes rupturas e conseqüentemente exigido da Igreja Católica uma constante reavaliação das suas práticas, frente às questões que permeiam o universo social e cultural da sociedade. A capacidade de se transformar, mantendo a sua estrutura, talvez seja o que a diferencia consideravelmente de outras instituições ao longo do tempo. Tal situação, ainda hoje, possivelmente, permite a sua forte influência na sociedade.

A década de 1960 marca o início do grande legado transformador e norteador das ações da Igreja, o Concílio Vaticano II, “*O mais importante acontecimento no campo cristão durante o século XX*”. (Beozzo, 2005, p.43). Esse evento torna-se marcante, sobretudo, para o mundo latino-americano, por tentar perceber a Igreja no universo sociocultural do catolicismo latino. As discussões estabelecidas, a partir de então, abrem espaço para novos tempos de convergências frente às questões sociais, mas também de divergências internas por aquilo que o Concílio Vaticano II representaria à forte estrutura católica romana. Para Beozzo:

A assembléia conciliar proporcionou ao episcopado brasileiro um choque com relação à diversidade de línguas, raças, ritos, costumes, correntes teológicas, freqüentemente conflitantes, em ação no interior da Igreja Católica. (Beozzo, 2005, p.52).

Percebe-se que o Concílio Vaticano II inaugura um período de novas experiências, tanto na estrutura interna da Igreja, como na sua relação com a sociedade. Embora, trazendo um forte apelo às mudanças nas suas práticas, nem todo clero sentia-se a vontade para por em prática propostas tão revolucionárias no contexto da América Latina. Focos de resistência surgiram, representados, não só pela existência de um clero (considerado por muitos) conservador, mas também por boa parte de leigos que resistiram às possibilidades de mudanças. Entretanto,

movimentos leigos consideráveis se fortaleciam com o apoio do clero que acreditava nas propostas conciliares como um importante instrumento de rupturas, a partir da participação efetiva dos vários grupos ligados à Igreja. Grupos, cuja ação, guiavam-se, no sentido de dar sustentação ao discurso da Igreja, tendendo a uma inserção mais enérgica nas diversas camadas e movimentos da sociedade. Eram formados por jovens, mulheres, operários, camponeses, dentre outros.

Nas observações de Souza, a Igreja:

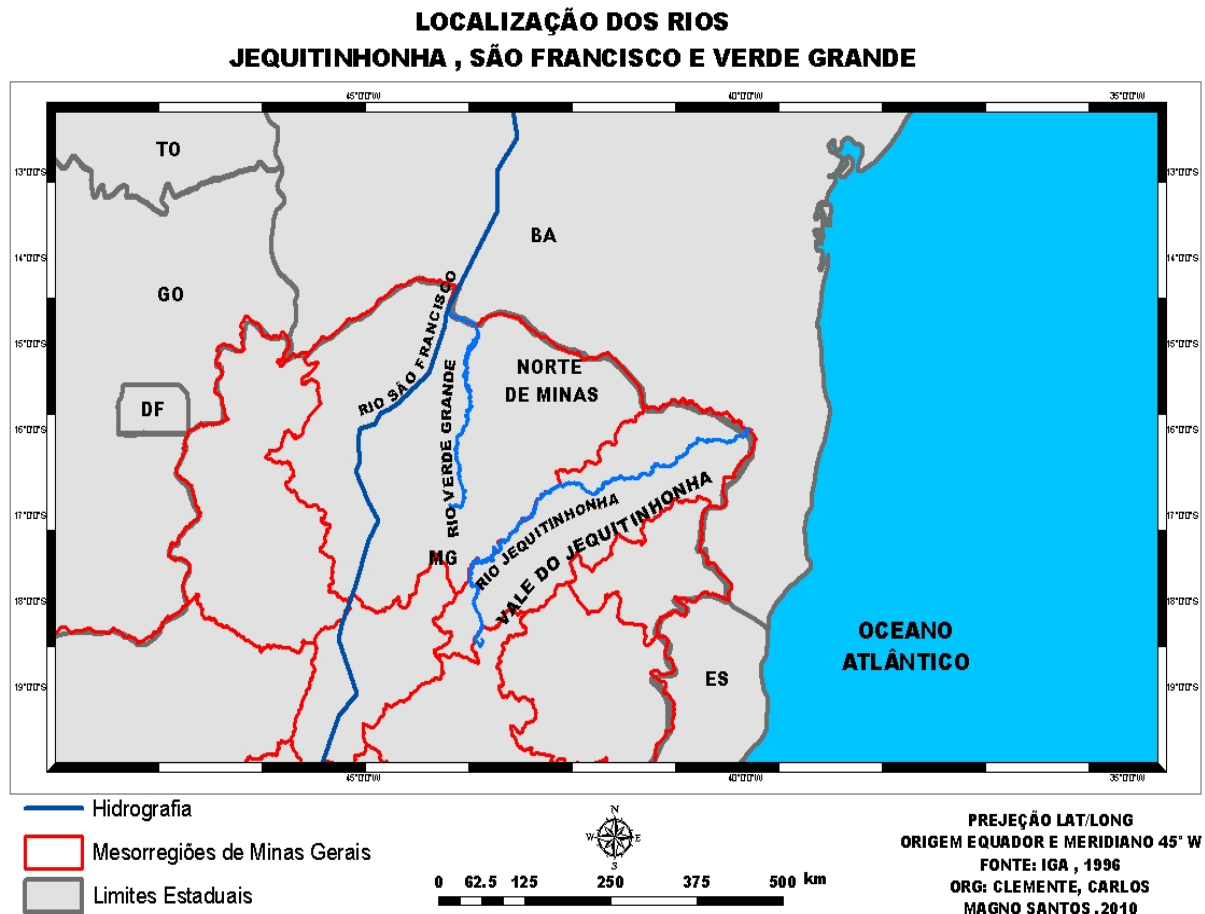
Ouvindo os novos clamores procurava abrir suas portas para os desafios que circundavam a América Latina nos anos 60. Os clamores populares transpunham os muros da velha instituição que secularmente nutria do seu próprio rigorismo. Restaurava-se na América dominada uma igreja. Questionadora diferente daquela que só soubera ditar normas (Antônio Alvimar Souza, 2007, P.118).

A década de 1960 emerge, para a história, como um período de forte efervescência cultural. Vários setores da sociedade pareciam estar determinados a participar diretamente das decisões importantes para o país, naquela ocasião. Setores expressivos da Igreja Católica mostravam-se sensíveis às possibilidades de transformações sociais. Padres, bispos, freiras, jovens estudantes, operários, artistas, dentre outros, tentavam se organizar para promover inúmeros debates, que acreditavam ser necessários à sociedade. Este é o cenário latino americano dos anos 60, marcado também, pelas propostas de mudança social, do Concílio Vaticano II. (Silva, 2001, p.45).

As análises feitas por diversos estudiosos da sociedade brasileira, nos mais variados campos do saber, quase sempre desconsideraram as regiões distantes dos grandes centros. Sendo assim, os termos generalizantes não correspondem a muitas realidades regionais, como é o caso do norte de Minas Gerais que, como outras regiões, possui suas especificidades, no contexto da América Latina e, conseqüentemente, da realidade brasileira.

Elegemos, então, a cidade de Montes Claros como foco referencial da pesquisa, pensando nessa inter-relação contextual entre os espaços geral e local, considerando as suas respectivas lógicas social e cultural.

Mapa 1: Localização da região norte de Minas Gerais



Fonte: Laboratório de Geociências: Unimontes, 2010.

A cidade de Montes Claros situa-se no norte de Minas Gerais, rota de milhares de nordestinos que, em busca de trabalho e melhores condições de vida, se deslocaram (ou tentaram ir) para a cidade de São Paulo, principalmente ao longo do século XX e, de forma mais acentuada, na segunda metade do mesmo período. Por estar situada no polígono das secas, a região do norte de Minas, quase sempre, é considerada como uma microrregião componente do nordeste brasileiro. Por outro lado, a região é considerada pelos estudiosos como um entrelugar¹ formada a partir de movimentos migratórios internos que, por algum motivo, ali se estabeleceram formando povoações.

¹ Seguindo a análise de Homi Bhabha, podemos entender “entrelugar” como um espaço que propicia a formação de novos elementos que caracterizam uma “identidade reconstruída” a partir da relação cultural negociada no campo simbólico, através da experiência coletiva vivenciada entre os diferentes. As experiências culturais ali estabelecidas possibilitam uma nova configuração do passado, considerado por Bhabha como “entrelugar” (Bhabha, 1998, p. 207).

Montes Claros representa o eixo norteador da região, pela posição geográfica que ocupa, estando situada, entre dois importantes rios – São Francisco e Jequitinhonha. Sua história encontra-se marcada pelos primeiros momentos das experiências expansionistas da colonização portuguesa em território brasileiro². “A expedição de Spinosa, com efeito, a primeira que penetrou nos sertões, partiu de Porto Seguro em março de 1554.” Dessa expedição, que teve o padre João Aspícueta Navarro como capelão, tem-se referência de índios que habitavam a região do médio São Francisco e do rio Jequitinhonha. (Vasconcelos, 1974, p.14).

O recorte temporal que propomos enfatizar, nesta pesquisa, corresponde às décadas de 1980 e 1990, por essas acolherem os resultados de um forte processo de urbanização – êxodo rural – e os problemas decorrentes de tal processo. Entende-se que o grande desafio da Igreja Católica será o de dialogar com a nova realidade urbana, deslocar-se para a periferia e comunicar-se com os novos moradores. Trata-se de uma descentralização que parece nada fácil para uma instituição que se acostumou a atuar, quase sempre, na área central da cidade aliada à elite local.

A nossa proposta é tentar entender a forma como a Igreja se organiza para chegar a estes novos espaços. Qual é o projeto e como a instituição pretende colocá-lo em prática? Seguimos, então, a hipótese do lento processo de deslocamento da Igreja Católica local para a periferia, porque o seu projeto não contemplou, de forma efetiva, a atuação leiga e por não estar preparada para dialogar com a nova realidade da cidade.

Partindo, então, do campo das Ciências da Religião estabeleceu-se um diálogo permanente entre a Sociologia e a História, por estas fornecerem as ferramentas teóricas e metodologias, que colaboram na interpretação do objeto de pesquisa.

Para que este trabalho se concretizasse, iniciou-se uma leitura mais abrangente sobre a história da Igreja Católica no contexto da urbanização, enquanto tentou-se definir a postura quanto à abordagem metodológica diante do objeto a ser analisado.

2- Alguns pesquisadores, como Diogo de Vasconcelos (1974), citam narrativas das primeiras expedições que atingiram o norte de Minas em meados do século XVI. Nessas narrativas, fazem referência, geralmente aos rios São Francisco e Jequitinhonha. Rios que possibilitaram o acesso de muitos viajantes, aventureiros e clérigos ao interior de Minas Gerais.

Nesse sentido, a opção feita é pela abordagem qualitativa, por esta representar a possibilidade de *“inventar novos modos de trabalhar sobre o texto, avançando para muito além daquilo que se encontra aparentemente exposto em sua superfície”*. (Barros, 2004, p.135). Mas considerando também, na busca histórica, *“o contexto de seu texto”* porque *“o discurso sempre expressa um saber compartilhado com outros e marcado pela tradição, pela cultura e pela conjuntura”*. (Minayo, 1994, p.98).

Considerando-se a proposta de Minayo (1994), estabelecemos algumas categorias (processo de urbanização, lento processo de deslocamento, discurso e poder, periferia) que nos referenciamos durante a pesquisa. Através de alguns autores, que nos balizaram no campo teórico, pudemos centrar a abordagem nas fontes documentais essenciais ao desenvolvimento desse trabalho.

Autores como Bruneau (1974); (1979), Camargo (1971), Kruschke (1979), Mainwaring (1986); (1989), Serbin (2001), Torres (1968) e Oliveira (1985) contribuem de forma geral, na visualização, não só do contexto em que situa a hipótese dada, mas também na compreensão das ações e limitações da Igreja Católica no Brasil. Através dos autores citados, percebemos as particularidades no desenvolvimento do pensamento católico, sobretudo, na segunda metade do século XX.

Outros, como Galea (1999), Moraes (1982) e Palácio, embora lidos inicialmente com desconfiança por ser uma leitura feita a partir da teologia, percebeu-se que seriam relevantes, neste trabalho, por permitirem entender a agonia da instituição católica, frente à nova realidade a que, a mesma, havia de submeter. Possibilitaram, ainda, visualizar a Igreja de dentro pra fora, na medida em que se analisava a necessidade de deslocamento e descentralização da mesma.

Para entender a história da Igreja Católica em Montes Claros, recorreremos a fontes diversificadas. O importante texto do Frei Gaspar (1903) relata o contexto da criação da diocese de Montes Claros no início do século XX. Coloca-nos diante da difícil realidade sertaneja e das características da religiosidade no norte de Minas.

Silva (2005) e Alvimar Sousa (2007) analisam a história da Igreja em Montes Claros em momentos distintos. O primeiro elege, na sua pesquisa, as primeiras décadas da ação diocesana na cidade. O segundo enfatiza as décadas de 1960 e 1970, analisando as ações da Igreja em meio às particularidades da religiosidade no sertão.

Os documentos que estabelecem as diretrizes da ação pastoral representam o projeto da Igreja para uma possível mudança ou inovadas práticas pastorais a partir de 1967. Projeto renovado, nas décadas seguintes, na tentativa de adaptar-se à nova realidade urbana e social. A partir dos resultados obtidos, nas Assembléias Diocesanas, propunha-se novas ações para dirigir-se à sociedade.

Cartilhas e jornais são outras fontes que possibilitaram um estudo da realidade da Igreja em Montes Claros. Especialmente, as duas últimas décadas do século passado.

Os arquivos de natureza religiosa, como lembra Bacellar, “*são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis*”. (2005, p.39). Embora de acesso extremamente limitado, os arquivos paroquiais, nos permitiram coletar informações importantes, contidas em relatórios diversos, enriquecedoras, portanto, para essa pesquisa.

Dessa forma, o trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro, retomase o processo histórico da religião no Brasil, reconstituindo os passos dados pelo colonizador desde o litoral até as entranhas do sertão. Propomos, nesse capítulo, analisar o deslocamento da Igreja Católica para o interior do país, através do clero vindo da Europa e de colonos que se estabeleciam esparsamente nas diversas áreas do território brasileiro, apossando-se de índios para o trabalho servil e, de africanos para o trabalho escravo.

Ainda em relação ao primeiro capítulo, consideramos a preocupação de colonos e religiosos com o estabelecimento das práticas da religiosidade (rezas, devoções, procissões, fundação de capelas) através das tradições, originariamente europeias, reinventadas na região colonial, a partir do encontro de diferentes culturas.

Apoiamo-nos no trabalho de Kuhnen (2005) por demonstrar o lento, mas capcioso processo de expansão da Igreja. Hoornaert (1978) e Azzi (1978) contribuem, nesta seção, na medida que possibilitam compreender, também, o lento deslocamento da Igreja e a expressividade religiosa no sertão. Aspectos gerais e (locais) regionais dialogam, a partir deste capítulo, por entender que, embora sendo espaços diferentes, ambos possuem lógicas que caracterizam a sociedade brasileira.

No segundo capítulo, tratamos mais detidamente da configuração urbana de Montes Claros, a partir dos anos de 1970, por considerar que é neste espaço,

mais dinâmico e complexo pelo contingente populacional que aí se estabelece, que a Igreja vai tentar realizar o seu projeto. Tentamos entender o movimento de urbanização, considerando o crescimento industrial que atraiu grande número de pessoas desqualificadas para o trabalho. Tal situação propiciou a ampliação da periferia aumentando as diferenças sociais e econômicas na cidade.

Percebe-se que, neste contexto, a Igreja, enquanto instituição que avança novas e melhores condições de vida para seus fiéis, tenta se organizar, internamente, para dialogar com a crescente periferia. Aqui, enfatizo o problema local do lento deslocamento da Igreja, do centro para a periferia, pelas dificuldades de descentralizar o poder, aceitar a participação do leigo e, portanto, dialogar com a nova configuração do espaço urbano. Seguimos, como indício, o lento processo de paroquialização, além de apresentar a experiência religiosa do Bairro Monte Carmelo com o objetivo de confirmar esse lento processo.

Para compreender as transformações sociais e econômicas, no período em questão, utilizamos os elementos apresentados por Oliveira (1999) e Braga (2008), que analisam a industrialização e os problemas decorrentes desta, em Montes Claros.

Scott Mainwaring. *Igreja Católica e Política no Brasil* (1989) e Paulo Krischke e Scott Mainwaring. *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição* (1986,) nos asseguram uma possibilidade de interpretação mais consistente para este capítulo. O primeiro autor, situa historicamente a Igreja e discute a relação da instituição com diversos grupos na sociedade, inclusive na periferia. O texto seguinte por discutir as tensões internas da Igreja a partir de situações específicas evitando-se dados generalizantes.

Caldeira, em *"A Política dos Outros"* (1984) e Macedo, em *"Tempo de Gênese"* expõem-nos os problemas da periferia, a realidade social e a reconstrução da identidade dos novos moradores, dentro das suas próprias estratégias de recriação e ressignificação do espaço.

No terceiro capítulo, nos centramos bem mais nos 1980 e 1990, período em que começa-se a perceber um movimento diferente na periferia. A Igreja se aproxima bem mais das comunidades distantes do centro, apresenta a proposta de paroquialização e cria alguns mecanismos de aproximação para se instalar no espaço periférico da cidade.

Para este capítulo, utilizamos o texto “*Paróquia e Comunidade no Brasil*” (1997), organizado por Fernando Londoño. O autor expõe seu interesse em entender as representações da Igreja através do estudo da estruturação paroquial no Brasil. Para o autor, o estudo da história paroquial pode revelar a relação de poder estabelecida pela Igreja Católica junto às comunidades.

Em se tratando de comunidade, Faustino Teixeira apresenta-nos um histórico das CEBs no Brasil, descrevendo as experiências comunitárias de grupos que se organizavam a partir da sua própria vontade de transformar, vivenciando a sua experiência comunitária.

Tentamos entender a experiência da paroquialização e da vivência nas CEBs, em Montes Claros, nos referindo-nos a esses autores.

CAPÍTULO I

CULTURA E SOCIEDADE: OS PRIMÓRDIOS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.

Apresentaremos nesta primeira parte, o projeto expansionista da coroa portuguesa, nas suas imbricações com o poder religioso da Igreja Católica, que, ao se instalar no litoral brasileiro, desloca-se perspicazmente para o interior, através de várias frentes missionárias. Muitos foram os missionários que deram suas vidas por esta conquista. Outros tantos foram os índios que se dispersaram e foram dizimados por esse projeto expansionista.

O nosso intento é de apresentar um breve histórico do deslocamento da Igreja Católica no Brasil, por entender que este é um momento que prepara as ações posteriores da ação católica missionária. Portanto, percorremos este caminho apenas para situar o nosso objeto de pesquisa, no tempo e no espaço brasileiro.

1. A Expansão da Igreja Católica no Brasil.

Neste primeiro capítulo, trataremos da expansão da Igreja Católica e sua organização, em meio a diversidade da cultura sertaneja. Não se pretende, aqui, discutir o conceito de sertão. O nosso intuito é o de apresentar as características do sertão para entender, nesse espaço, o movimento religioso católico. O deslocamento da Igreja Católica para o interior não foi tarefa fácil, sobretudo, para aqueles que eram encarregados ou se encarregaram de desbravar vastas e rudes áreas entremeadas por vegetação, rios e cachoeiras, distantes do litoral. Esse lugar fascinante e atraente, pelo aspecto paisagístico apresentado, não oferecia aquilo que de fato, interessava aos “visitantes” portugueses - riqueza mineral -, provocando o deslocamento para o interior das terras brasileiras.

Embora a coroa portuguesa não tenha dado, inicialmente, grande atenção às terras brasileiras:

Pouco a pouco, foi se impondo o arrojado projeto de colonizar essa vastíssima costa do continente americano, com o objetivo de ocupá-la com súditos portugueses para consolidar o domínio da coroa portuguesa nessas terras e expandir a Igreja Católica, fundando ali novas igrejas e convertendo os gentios daquelas terras, com o envio de colonos cristãos e missionários do Reino. (Kuhnen, 2005, p.259)

Nesse sentido, a propagação da Igreja católica se dá concomitante ao processo de colonização regido por D. João III, na condição de padroeiro régio. Obviamente, não pretendemos, aqui, fazer um estudo exaustivo sobre o Padroado Régio, apenas situaremos historicamente. Segundo análise de Torres (1968), o Padroado Régio³ estabeleceu-se no Brasil, em função das limitações eclesiásticas, estendendo a administração das suas funções em decorrência da extensão das terras brasileiras. Essa realidade comprometia a rede de comunicações no país. “As tropas ou caravanas de mulas, que são a estrada de ferro do sertão” (Gaspar, 1903, p.09), auxiliavam o clero quando precisava se deslocar para grandes distâncias.

Já a expansão da Igreja Católica logo se inclina para o sertão⁴, sobretudo, através dos rios que margeiam estas vastas áreas do território. O norte de Minas

³ O Padroado Régio foi o resultado de um intenso relacionamento entre a coroa portuguesa e a Santa Sé, no fim do medievo. Vários foram os privilégios e proibições estabelecidos entre estas instituições durante o período em que se deu o padroado. O Padroado Régio ostentava poderes (políticos, eclesiásticos e jurídicos) sobre toda a Igreja do ultramar português. A Igreja que se instalava no Brasil a partir do século XVI, ficou subjugada ao Padroado Régio durante todo o período colonial. O que era comum em todas as possessões ultramarinas portuguesas. O rei de Portugal foi constituído chefe (pelo Pontífice Romano) e padroeiro das Igrejas estabelecidas nos domínios portugueses. Assim, na extensão colonial portuguesa no Brasil, o Rei determinava sobre as questões religiosas (nomeação de vigários, fundação de novas igrejas, erigão de templos, etc.). Com a instituição da República no Brasil, no fim do século XIX, a nova constituição (1891) determinava o fim do Regime de Padroado no Brasil, sendo que o governo não mais interferiria nas questões da Igreja, bem como a Igreja perderia os privilégios dados pelo Estado, até então. Cf.: KUHLEN, Alceu. *As Origens da Igreja no Brasil – 1500 a 1552*. São Paulo: EDUSC, 2005. A obra apresenta importantes informações sobre a formação e funcionalidade do Regime de Padroado na sociedade portuguesa e sua transposição para o Brasil durante o período de colonização. Cf.: TORRES, João C. de Oliveira. *História das Idéias Religiosa no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968, p.29 - 44. O autor analisa a estruturação do Regime de Padroado e os problemas decorrentes do mesmo.

⁴ Entende-se que acerca do sertão, a historiografia o abordou sempre em contraste com o litoral. O sertão aparece, portanto, como um mundo carente de civilização. Para tanto, deveria haver um esforço para anexar o sertão ao mundo civilizado. Por este argumento os vários grupos indígenas que, ao serem expulsos do litoral e refugiarem-se no sertão, ainda foram aprisionados (apreados). Muitos foram dizimados, sobretudo pelos Bandeirantes Paulistas, contratados pela coroa para “apaziguar” o sertão, até então dos facinorosos. Cf.: Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. Cf.: Sena, Custódia Selma. *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia: UFG, 2003. Cf.: ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. Cf.: BRAIT, Beth. *O Sertão e os Sertões*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

Gerais encontra-se, nesse contexto, por ter, ao longo do tempo, várias capelas construídas, quase sempre à margem dos rios, onde posteriormente iniciavam-se pequenas povoações que, identificadas com a fé católica, ampliavam as suas práticas religiosas na medida em que estabeleciam contato com outras culturas (índios e africanos).Essas povoações, além de conviver com as especificidades do interior, adaptaram ali a sua experiência cultural, e, moldaram-se às características oferecidas pelo sertão.

A colonização das terras brasileiras, na maioria das vezes, foi assunto de discussão, análise e revisão criteriosa. No sentido de buscar compreender melhor como se deu esse processo, na história do Brasil, autores como Mainwaring (1986) e Kuhnen (2005) alertam para o fato de que pesquisadores da história do Brasil nunca deram a atenção devida aos aspectos religiosos, referentes à cultura brasileira. Portanto, muitas vezes, negligenciaram estes importantes dados, que contribuíram com as características culturais no Brasil.

Para Kuhnen:

Com muita freqüência, os historiadores portugueses e brasileiros do século 20 desconsideraram os aspectos religiosos da colonização, subtraindo (...) uma de suas dimensões fundamentais. Seguindo, de certo modo, a mesma miopia da historiografia civil, certos historiadores eclesiásticos também não conseguiram perceber suficientemente os elementos religiosos (...). (Kuhnen, 2005, p.301).

Intencional ou não, de fato, a questão religiosa, embora aparecendo como elemento de fundamental importância na construção da história do Brasil, foi desprezado pela historiografia. Tentou-se interpretar o Brasil, somente, a partir de outros elementos.

Já no início da colonização portuguesa são instaladas as primeiras igrejas no país. Por volta de 1516, é construída a primeira igreja, em Porto Seguro, por padres franciscanos, que dedicam o templo a São Francisco de Assis (Moura. In: Do Carmo, 202, p.29). O interesse português volta-se de fato para a colonização, o Rei português D. João III confere a Martin Afonso de Souza poderes para empreender a colonização das terras brasileiras. Não obtendo bons resultados, a responsabilidade de colonizar é entregue a *“particulares, ricos e fiéis vassallos do rei.”* (Kuhnen, 2005, p.266).

Os problemas decorrentes, desta nova tentativa levaram o rei a interferir novamente no processo. Desta vez, centralizou o governo e criou o regime de Governo Geral, sendo em 1549 Tomé de Souza, o primeiro Governador Geral. Tomé de Souza chegou acompanhado por seis padres jesuítas, entre estes, padre Manoel da Nóbrega e padre Aspilcueta Navarro, talvez o primeiro a chegar ao sertão do norte de Minas Gerais.

Com Martin Afonso de Souza foi criada a primeira vila no Brasil. Em seus domínios, "*Mandou que fossem erguidas as casas (...). Logo deram início às construções dos edifícios públicos. Os primeiros edifícios foram a fortaleza, a igreja de Nossa Senhora da Assunção, a casa da câmara, o pelourinho e a cadeia*". (Kuhnen, 2005, p.277). Fundou ainda, há alguns quilômetros dali, a vila de Piratininga.

Com a ampliação das vilas e povoados pelas várias capitâneas, ao longo da costa brasileira, as marcas da fé e da religiosidade tornaram-se símbolos importantes na (re-) construção da identidade cultural no Brasil. O estabelecimento de cristãos, nas novas vilas, possibilitou a expansão da fé entre os nativos.

A difusão do catolicismo, com a construção de várias igrejas, e, portanto, a expansão paroquial, dá condição à colônia brasileira de ter a sua primeira diocese na Bahia, criada pelo papa Júlio III, através da bula *super specula militantis ecclesia*, e em 25 de fevereiro de 1551, na cidade de Salvador. Inicialmente, o território eclesiástico brasileiro estava sob a jurisdição do vigário de Tomar. "*Em 1514, em substituição à Vigaria de Tomar, criou-se o bispado de Funchal, na ilha da Madeira, elevando vinte anos mais tarde à categoria de Arquidiocese*". (Diocese de Montes Claros, 2000, p.04).

Além das paróquias existentes, várias foram as capelas⁵ e ermidas⁶ construídas nas recém fundadas vilas e povoados. Onde houvesse aglomerado de pessoas, era possível criar um espaço que servisse à prática devocional dos cristãos.

⁵ As capelas de que tratamos, neste trabalho, referem-se à capelas urbanas. Uma ligada a ordens ou associações religiosas, outras construídas nos bairros periféricos pelas comunidades, muitas vezes, em precárias condições. No final do século XX, especialmente, nas duas últimas décadas, foram várias as comunidades que conseguiram erguer uma igreja que atendessem às necessidades das mesmas.

⁶ Sobre capelas e ermidas. Cf.: AZZI, Rioldo. *O Catolicismo Popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978. P. 35 -49. Cf.: LONDOÑO, Fernando Torres. *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997. P. 51 – 90.

No projeto expansionista português, a Igreja Católica era uma instituição essencial.

Na observação de Azzi:

O colono português (...) quando por esses sertões penetravam os bandos (...) mostravam sua fé e esperança como filhos da Igreja Católica. Uma vez definitivamente arranchados, tirando qualquer lucro de seus trabalhos, era seu primeiro cuidado a construção de uma capela onde pudessem praticar os atos de sua religião. (Azzi, 1978, p.17).

Hoornaert (1978, p. 118), analisando a expansão da fé católica no Brasil, entende que a propagação se realiza, principalmente, através dos leigos. Para o autor, só esporadicamente, aconteciam viagens pelo interior. Bispos e sacerdotes permaneciam, por longo tempo, em conventos, colégios e mosteiros no litoral. Nesse sentido, é que entendemos o lento processo de expansão da Igreja Católica, no território brasileiro.

2. O Projeto Colonizador e a Inserção da Igreja Católica no Sertão

A estação das chuvas estava no auge; (...); as “tropas” ou caravanas de Mulas, que são a estrada de ferro do Sertão, encontravam-se paralizadas nas proximidades dos rios.

(Gaspar, 1910, p.45)

Em importante trabalho, sobre as origens da Igreja no Brasil, Alceu Kuhnen, destaca o processo de conquista da América Portuguesa. Para o autor, D. João III adotou “*o método missionário-colonialista nas terras do Brasil*”, abandonou a missão cruzadista de D. Manuel, e passou a enviar “*cristãos colonizadores e povoadores*” em lugar de militares. Assim, leigos e sacerdotes estabeleciam-se e fundavam novas comunidades cristãs, “*promovendo a conversão dos autóctones e atraíndo-os às suas comunidades*”. (2005, p. 305).

Isto não poderia acontecer sem que muitas das práticas religiosas portuguesas fossem trazidas para aquelas terras. A fixação do contingente português, acostumado à outra realidade, contudo, não se deu sem os conflitos socioculturais, que só o contato com outras culturas poderia trazer.

Distante, portanto, do seu país de origem e das práticas que lhes propiciavam o contato, e a vivência dos costumes cotidianos, os portugueses enviados para povoar o Brasil, estabeleceram um modo de vida pelo qual foi possível identificá-los como cristãos. Assim, tradições e práticas diversas foram sendo inventadas na colônia como forma de dar continuidade aos seus hábitos costumeiros. Essas tradições e práticas, agora em um novo espaço cultural, ganharam um novo sentido, na medida, em que foram absorvidas, na diversidade cultural em construção no Brasil, traduzindo no campo simbólico, os elementos inerentes a cada experiência cultural. *”O resultado foi a produção de uma religião ‘híbrida’, no interior de uma cultura de contato”.* (Cristina Pompa, 2002, p.86).

A adaptação, portanto, dar-se-á a partir da criação de novos espaços de convívio social e cultural, onde as trocas culturais se ajustam, dando novo padrão identitário aos agrupamentos humanos, que ali se formaram, a partir das diferentes tradições.

Nesse sentido, duas questões são fundamentais para se entender a constituição identitária dos diferentes grupos étnicos que se estabelecem no Brasil a partir do litoral, adentrando, em seguida, o sertão, sobretudo, o sertão norte-mineiro. Primeiro: a fundação de capelas e ermidas, principalmente, pelo interior do Brasil, através das bandeiras paulistas estabelecendo a presença da religião católica e consequentemente, a implantação dos costumes religiosos portugueses, desde uma simples oração até as mais pomposas procissões acompanhando o calendário litúrgico europeu.

Patrícia Seed apresenta-nos o cenário no qual ritos cerimoniais eram apresentados aos povos da América. Para Seed, *“As cerimônias de posse (...) eram também cuidadosamente coreografadas – desde a ordem e hierarquia dos integrantes até os abjetos carregados pelos participantes. Gestos específicos contribuíam para a ‘solenidade da ocasião’.* (1999, p.77).

Pensamos que estes dois momentos, apontados anteriormente, configuram em grande parte, a relevância da vivência religiosa na sociedade europeia-portuguesa, que, ao se projetar na colônia brasileira, permanece viva na memória daqueles, que distantes da sua pátria tentaram manter acesa a chama que os identificam como membros de uma sociedade cristã.

A necessidade dessa vivência da religiosidade encontra-se representada pelas inúmeras capelas fundadas ao longo dos séculos coloniais. *“Eram o objetivo*

real e simbólico que representava, para conquistador e conquistado, a implantação da nova ordem na região.” (Monteiro. Apud. Santos, 2004, p. 134).

No norte de Minas:

...Fizemos logo uma cruz grande e a pusemos na entrada da aldeia e, junto dela, fizemos uma ermida onde fazia prática de Nosso Senhor aos companheiros. Daqui fui para outras aldeias, onde também lhes disse coisas de Nosso Senhor. Tornei-me aos cristãos batizando alguns meninos que estavam a morrer. (Navarro, apud; Pereira, 2004, p.36).

O rio São Francisco aparece como importante referencial quanto à expansão de capelas, geralmente, nas sedes de fazendas da região. A cidade de Januária, por exemplo, tem como referencial às suas origens a capela de “Nossa Senhora do Amparo”, construída nas primeiras décadas do século XVIII. Assim, acontece, também, com o arraial de São Romão, situado à margem esquerda do médio São Francisco e Maria da Cruz, cidade situada entre Januária e São Romão. Essa fundada, pelo paulista Salvador Cardoso de Oliveira, o povoado de São Romão teve a sua capela construída por volta de 1725, como demonstra o histórico de ocupação da referida região, embora, não seja possível datar o período exato pela ausência de documentos para consulta.

Considerado o primeiro povoado do sertão de Minas Gerais, o arraial de Matias Cardoso, situado entre os vales do São Francisco e Verde Grande, figura como importante referencial, a partir do qual se dá a expansão dos diversos povoados no norte de Minas. Esse arraial teve sua Igreja construída entre 1799 e 1803 e é considerada uma das mais antigas Igrejas de Minas Gerais.

Árduo defensor das primeiras origens do arraial de Matias Cardoso, João Batista Costa defende que:

Os processos civilizatórios que constituíram a sociedade brasileira se articularam também no norte de Minas. “Indígenas, africanos e seus descendentes caracterizados por uma organização social baseada na reciprocidade e solidariedade e na constituição de uma territorialidade baseada em relações de parentesco e compadrio, que já se encontravam articulados entre si”. (Costa, 2006, p.24).

Indígenas e africanos, inicialmente, se instalaram na região. “*Em seguida, os paulistas, com seu caráter expropriador e nômade*” se fixam também,

encontrando-se *“com baianos e pernambucanos, com seu caráter sedentário e patriarcal”*. Pelas análises de Costa (2006), *“essas três correntes consolidaram uma sociedade com cultura própria e uma identidade singular”* no norte de Minas.

Assim como outros povoados fundados, na região, no contexto da colonização da América portuguesa, o Arraial de Formigas, também, assiste à expansão da fé católica. Esse teve como marco inicial a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, na sede da fazenda Montes Claros. Essa fundada pelo bandeirante Antônio Gonçalves Figueira, que, a exemplo de Matias Cardoso, recebeu possessões da coroa portuguesa por serviços prestados.

Outras capelas foram erguidas naquele município, que se constituiu como centro político e econômico regional do norte de Minas. Porém, somente num ritmo lento e centralizador, a Igreja se expande na cidade de Montes Claros, através de capelas particulares e paróquias. Essas só se ampliam após forte movimento de urbanização, sobretudo, nos anos de 1980 e 1990.

Uma das propostas da Igreja em Montes Claros era romper com a realidade, que dificultava a sua expansão. Neste sentido, era necessário, por exemplo: *“penetrar em quadros ou elites evangelizadoras, afetar todos os âmbitos de vida social e dinamizar a vida da sociedade...”* (Diretrizes Pastorais, 1990, p. 57). Essa proposta, por um lado, é reveladora dos antigos laços estabelecidos pela Igreja local com a elite montesclareense. Amarras, que de certa forma, levaram a Igreja a relegar a periferia da cidade. Por outro, a crescente necessidade de deslocar-se na direção da periferia, diante da nova realidade agora imposta pela urbanização.

3. A Igreja Católica a caminho do sertão

O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico (...). Este movimento missionário, fortemente associado à expansão da presença do Estado encontrou como atores sociais agentes informados pelo cientificismo.
(Nísia T. Lima, 1998, p.67)

A partir das povoações, estabelecidas no litoral, outras várias se formaram pelo interior do Brasil, impulsionadas pelo empreendimento colonial português.

A experiência vivenciada no litoral, através do sistema de Capitânicas Hereditárias, não deu o resultado que se esperava do grande empreendimento português. A saída foi deslocar-se para o interior, muitas vezes, seguindo o curso dos rios, na esperança de poder encontrar algum vestígio de riqueza mineral que o litoral não oferecia. Fazendo referência a esta questão, Vasconcelos lembra que:

A expedição, conforme expôs o padre Anchieta, subiu à procura de pedras preciosas e de ouro. De Porto Seguro, pois, dirigiu-se ao Jequitinhonha, e daí inclinou-se a noroeste para a Serra Geral, hoje dita do Grão Mogol, de onde veio em reta ao Mangai. (1974, p.15).

Esse trecho da carta do Padre Anchieta, analisado por Vasconcelos, trata da região norte de Minas situada entre os rios Jequitinhonha e São Francisco, tendo como importantes referências, nos séculos XVIII e IX, as cidades de Diamantina e Grão Mogol com a mineração e Januária como entreposto comercial no médio São Francisco⁷.

Para Hoornaert (1978), o estabelecimento português, no litoral brasileiro, trouxe como consequência, o distanciamento dos índios da costa marítima, iniciando uma lenta e progressiva marcha para o sertão, que, a partir de então, lhes serviria de refúgio.

A empreitada, em tal circunstância, foi a ação das bandeiras paulistas⁸. Vários grupos, liderados por reconhecidos líderes, alistaram-se ao chamado pelos benefícios prometidos pela coroa. A missão era a de atingir as distantes áreas interioranas do Brasil. *“Desse modo, a penetração pelo sertão deveria naturalmente*

⁷ A cidade de Diamantina, situada no alto Jequitinhonha, destacou-se pelo seu potencial econômico nos séculos XVIII e XIX, com ênfase na produção mineral que servia à coroa portuguesa. Seguindo mais ao norte, encontra-se Grão Mogol, no médio Jequitinhonha, outra importante cidade mineradora no mesmo período. Deslocando-se mais ao noroeste encontra-se a cidade de Januária, maior entreposto comercial do médio São Francisco, no século XIX. Com a implantação da estrada de ferro em Montes Claros, no início do século XX, a cidade começa a absorver gradativamente o fluxo comercial e financeiro regional, tornando-se referência no norte de Minas.

⁸ A partir do século XVI, as Bandeiras constituem um importante fator de conquista do sertão. Em nome da “colonização”, os líderes expedicionários guiavam os seus comandados, - índio, negros e leigos colonos - em busca de riqueza. No século XVII, os Bandeirantes paulistas se estabeleceram no sertão norte de Minas, fundando ali, as primeiras povoações, bem como erguendo capelas e ermidas resultando consequentemente na formação das várias cidades que constituem, hoje, o norte de Minas Gerais.

conduzir” (Davidoff, 1998, p.65) às pretensas riquezas que a coroa esperava conseguir.

Para Almeida Costa, (In: Santos & Camargo, 2008, p.26) muito antes da chegada das bandeiras paulistas e dos baianos, no “*território mineiro, africanos fugidos da escravidão se fixaram em diversas áreas*”, e constituíram, lugares de resistência nas entranhas do sertão.

Mesmo nas povoações fundadas a partir das incursões das bandeiras paulistas, viam-se as marcas da fé católica, que com o mesmo movimento das bandeiras dispersavam-se sertão adentro, deixando considerável número de capelas e ermidas erguidas ao longo da caminhada. As capelas possibilitavam a aglomeração de pessoas, que incentivadas à Prática devocional acabavam se estabelecendo, e formando comunidade em torno das mesmas. Percebe-se, que na maioria das vezes, não havia padres para orientar a vida religiosa dos cristãos. Nesse sentido, a religiosidade que se dá no sertão, é permeada pelos vários elementos característicos do lugar, e pela experiência cultural dos grupos étnicos, que compunham as comunidades ali formadas.

Dessa maneira, negros, índios e europeus passavam a constituir uma população diversificada, sobretudo, no norte de Minas, região marcada pela fé católica misturada à variedade de crenças de tão diferentes povos.

Referindo-se a essa questão, Almeida Costa afirma que:

Sempre adentrando o sertão, os negros que se aquilombaram estabeleceram como estratégia de sobrevivência a invisibilização e o estabelecimento de relações com os indígenas e brancos pobres que buscavam estabelecer-se no território colonial português e imperial brasileiro. (In: Santos & Camargo, 2008, p.26).

Passando pelo sertão norte de Minas Gerais, no início do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire relata sobre a região, dizendo que:

Matias Cardoso e Manuel Francisco de Toledo tinham, ao que parece, reduzido grande número de índios à escravidão, como então se praticava; serviram-se desses infelizes para abrir fazendas e construir várias igrejas, entre outras a de Morrinhos(...). Esses índios fundiram-se com negros e mestiços. (...) a mistura dos índios com os negros e mulatos livres deve ser encorajada, por constituir o meio

mais seguro de conservar na população e nela incorporar o que ainda existe das populações indígenas. (1975, p. 341).

Outros viajantes, que passaram pela região, ainda no século XIX, referem-se não só à existência de edifícios religiosos, mas também às características das manifestações religiosas de vilas e povoados do norte de Minas. Gardner (1975), por exemplo, fala do seu contato com o padre Antônio Gonçalves Chaves, na vila de Montes Claros de Formigas, bem como a expressividade religiosa de Diamantina.

É nesse universo sertanejo, que o cristianismo católico é recepcionado, juntamente com suas expressões devocionais, e conseqüentemente, recriado, traduzido e adaptado, em um *“universo de crenças indígenas e africanas”*. (Alvimar Souza, 2007, p. 47).

Se de um lado encontramos as devoções a nossa Senhora, gosto por romarias e procissões, do outro encontramos uma infinidade de superstições(sic) que colocam o homem norte-mineiro em contato com o cosmo e com as forças espirituais que sustentam o mesmo. (Alvimar Souza, 2007, p. 47).

Vê-se, portanto, que a cultura norte-mineira está marcada pela diversidade religiosa desde os primeiros momentos da sua formação. Neste “lugar distante”, as manifestações religiosas vão ganhando novas feições, longe do olhar da Igreja Católica que, só lentamente, consegue expandir-se no território brasileiro. *“É preciso levar em conta a parte da rotina, da falta de escolas, da ausência completa de vias de comunicação nessas vastas regiões do sertão de Minas, e compreenderemos que os progressos da civilização são forçosamente lentos”*. (Gaspar, 1902, p.11).

As pessoas do lugar encarregam-se de criar o espaço sagrado representado por uma cruz ou por uma imagem de santo ou santa, cuja história, sendo absorvida como modelo de vida, torna-se ícone de devoção e grande valor simbólico para a comunidade.

4. Reinventando as Devoções

É comum encontrar no imaginário dos povos do norte de Minas, a história de cidades fundadas tendo como referência um caso de santo ou santa. Em muitos

desses casos, conta-se que as imagens de santos ou santas foram trazidas de Portugal, questão que revela a forte tradição de cultuar santos e santas, na Europa, estendendo-se a outras regiões, através dos colonizadores.

As vilas fundadas e as capelas erguidas foram, quase sempre, elevadas em homenagem aos santos ou a Nossa Senhora. Percebe-se a confirmação desse fato, desde as primeiras capitânicas instaladas no Brasil. Vila de Nossa Senhora da Conceição, na ilha de Itamaracá, capitania de São Vicente, capitania de Santo Amaro, Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora do desterro, Nossa Senhora do Pilar, entre outras denominações, compõem a lista de santos e santas das tradições transplantadas de Portugal que, no Brasil, sofrem a influência dos ritos africanos e indígenas, constituindo a diversa identidade religiosa brasileira.

Surge, a partir daí, a liturgia devocional que, embora se diferenciando de região para região, permanece ainda hoje sendo celebrada nas festas e ritos que marcam a cultura regional.

Assim, a festa dos magos se transmuda na 'folia de Reis', a Semana Santa, já tão espetaculosa nas terras Ibéricas, se acrescenta de novos elementos decorativos (desfile pomposo de Irmandades, malhação do Judas, etc.), a festa do divino também acaba em 'Folia do Imperador do Divino', a de São Gonçalo no seu 'Terço Cantado' para atrair casamentos a superdonzelas trintonas, e o Natal desanda nas representações teatrais dos 'Presépios' ou nas danças e autos de pastorinhas. (Azzi, 1978, p.108).

Assim, acontece em Montes Claros, sobretudo, na periferia, lugar marcado pelo distanciamento em relação à Igreja, o que propiciou ao povo, ali estabelecido, criar e recriar os autos da sua fé, as suas representações devocionais e os seus folguedos comemorativos em dias de procissões de santos (as) padroeiros (as).

5. Igreja em Movimento: processos tardios no sertão

Apesar dos movimentos de deslocamento em terras brasileiras terem acontecido desde o Século XVI, foi um deslocamento muito lento se considerarmos alguns aspectos das incursões portuguesas. Aliás, o "povoamento" litorâneo não foi

um projeto de fácil execução. Assim, a expansão da Igreja Católica, também, enfrentava grandes desafios, para a sua instalação ao longo do litoral brasileiro, mesmo utilizando-se da estrutura das capitanias recém instaladas.

Um dos aspectos a ser considerado, quanto à lentidão na expansão da fé católica, é a pequena quantidade de padres em vasta extensão territorial. Embora, tenha conseguido hegemonia no território, a Igreja muitas vezes reclamou a ausência de um corpo clerical que pudesse dar conta de atuar em toda extensão geográfica do Brasil.

Outro fator, é que não era tão fácil adentrar o sertão “um lugar distante” e de grandes contrastes. *“Da expedição de Spinosa, em 1554, a de Matias Cardoso em 1690, longos anos, mais de um século, decorreram sem que ali se ouvisse um passo ao menos dos conquistadores.”* (Vasconcelos, 1974, p.15). O interior embora não considerado como um espaço habitado era tanto quanto o litoral. Portanto, aqueles que se empenhavam na tarefa de deslocar-se para o interior, não poderiam fazer de outra forma, senão com os conflitos estabelecidos com os antigos habitantes daquelas terras.

Como se vê no litoral, os vários grupos em marcha para o interior, solicitavam a presença de um padre missionário que representasse não só a Igreja Católica, mas também a possibilidade de estender a fé católica aos lugares mais distantes e, até então, desconhecidos. Assim, estaria garantida a presença da Igreja, através da construção de capelas, e orientações espirituais para a vivência da fé católica a partir dos velhos costumes, orientados, segundo a mentalidade europeia medieval.

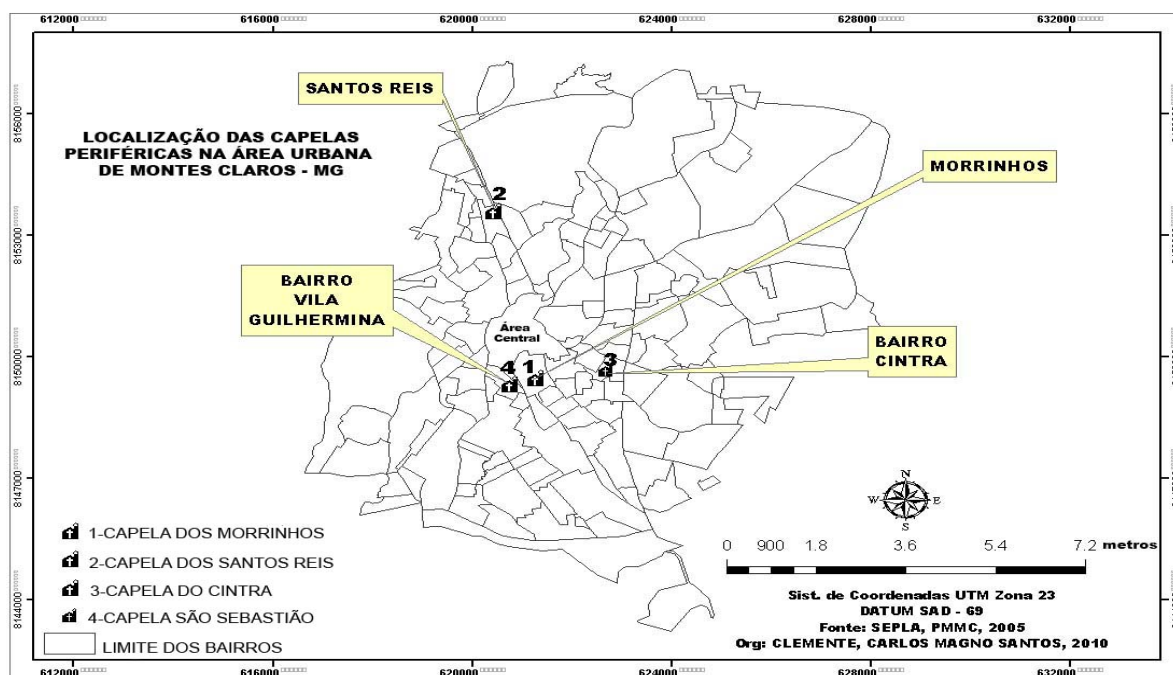
Muitos padres pereceram sem atingir os seus objetivos quanto ao deslocamento religioso em terras brasileiras. Muitos ficaram pelo caminho, por não suportarem os sintomas de doenças silvestres, pois os organismos deles não estavam preparados para resistirem aos mais variados sintomas. Outros caíram no enfrentamento direto com os nativos, que tentavam defender as suas terras de estranhos invasores.

Montes Claros, cidade situada no sertão norte de Minas Gerais, vivenciou, a exemplo de outras, o lento processo de deslocamento da Igreja Católica.

Fundada por volta de 1707, a fazenda dos Montes Claros, que deu origem a cidade, serviu de sede da primeira capela, transformou-se em domínio paroquial em 1832, ficando conseqüentemente, subordinada à diocese de Mariana e

posteriormente a de Diamantina. Somente em 03 de julho de 1857 tornou-se vila, sendo reconhecida como cidade.

Mapa 2 – Capelas urbanas até a década de 1960



Fonte: Laboratório de Geociências: Unimontes, 2010.

Após a criação da primeira paróquia na cidade – Matriz de Nossa Senhora e São José – a qual ainda permaneceu, por muitos anos, estagnada e sem apresentar as novidades que já se discutia em torno de importantes centros paroquiais do país. No início do século XX, os missionários premonstratenses⁹ assumem várias ações que modificam o cenário religioso na cidade e em toda região do norte de Minas. Não demoraria muito tempo e a Igreja encontraria-se estagnada, pelo menos, até meados do século passado. A inauguração da catedral de Nossa Senhora Aparecida em 1950, a segunda paróquia a ser instituída, trouxe novo ânimo apontando para um período de crescimento e expansão da diocese.

⁹ Fundada no século XII (1120), por (São) Norberto de Genep, em Xanten na diocese de Soissons na França, a Ordem dos Premonstratenses propagou-se pela Europa (Alemanha, Polônia, Espanha, Itália, etc.) e pelo mundo (Índia, África, Austrália, etc.) ao longo desses séculos. Chegou ao Brasil (São Paulo, Mariana, Juiz de Fora, Diamantina) no final do século XIX, estendendo-se até o norte de Minas, colaborando de forma significativa na extensão e afirmação do projeto católico reformador. Em Montes Claros, incentivou várias ações religiosas além de influenciar e participar da criação da primeira diocese criada no Norte de Minas. Os padres premonstratenses são conhecidos na região por outras designações (padres brancos, padres belgas) citadas neste trabalho. (Silva, 2005).

Na década de 1960 mais três paróquias (São Sebastião, Nossa Senhora da Consolação e São João Batista) são criadas. Contudo, a necessidade de atuação da Igreja Católica na cidade, era bem maior, já que um volumoso movimento populacional começava a convergir para o centro urbano de Montes Claros, desde a década de 1960 e, mais expressivamente, a partir da segunda metade dos anos 1970. Em tal circunstância, estudavam-se, na diocese, novas formas de atuação do clero, e inserção das atividades leigas nos projetos orientados pela mesma.

O novo cenário parece agora, exigir da Igreja em Montes Claros um novo perfil. A população da cidade, agora mais diversificada, anseia por uma nova prática institucional, que seja capaz de atingir os recém chegados a periferia, nas suas condições socioculturais.

A Igreja, por sua vez, precisaria rever laços estabelecidos há décadas, para conseguir visualizar, e atingir este novo contingente, situado, além do eixo central urbano, lugar onde a Igreja acostumara estabelecer as suas relações, dialogando bem mais com a elite montesclareense.

6. C N B B: nova política para as Dioceses

Em meados do século XX, o Brasil, ainda era um país onde maioria dos habitantes situava-se no meio rural. Realidade que direcionou as ações da Igreja Católica aos problemas de ordem rural.

Desde que iniciou o incentivo à vinda de missionários para o Brasil, no final do século XIX, muitas foram as congregações que designaram religiosos e religiosas para atuarem em terras brasileiras, principalmente, pelo interior do país, lugar de esparsas povoações, dadas as condições geográficas, e de tão vasto e diversificado território.

Adentrando as diferentes áreas interioranas, geralmente habitadas por nativos, os missionários buscavam uma aproximação com os diversos grupos existentes, tendo dentre outros objetivos, "*fundar povoações ou vilas indígenas*". (AZZI, 2008, p.67). Outro espaço de atuação missionária eram as comunidades rurais já constituídas, onde a atividade camponesa tornou-se fator preponderante

nas relações estabelecidas no campo. Ambas as situações são consideradas injustas por aqueles que acompanhavam de perto a realidade. Sobretudo missionários e líderes religiosos leigos.

A inserção da Igreja, no cenário dessas representações, impulsionaria a instituição a intervir *“no processo de desenvolvimento, em favor dos novos desprivilegiados da sociedade”* (KADT, 2003 p.93) naquilo, que se considerasse injustiça social. Assim, várias foram as organizações surgidas, sustentadas e orientadas por Padres e Bispos.

Um dos processos mais amplamente discutidos é o aparecimento no meio rural, de meados dos anos 50 em diante, de vários movimentos e organizações camponesas. Primeiro as ligas camponesas, mais tarde, em grande parte como reação a elas, os sindicatos rurais... (KADT, 2003, p.44).

Sendo diferentes, as relações, no meio urbano, outros são os tipos de grupos e movimentos influenciados pela Igreja. Em meados do Século XX, a maioria da população brasileira ainda habitava o meio rural, porém, o êxodo rural começava a se tornar um movimento significativo pela dimensão das mudanças que provocava. Os resultados, desse movimento, refletiam na Igreja as possibilidades de uma atuação mais próxima e direta frente às questões que a nova realidade impunha. Os bispos brasileiros, não cruzaram os braços, ao contrário, tentavam estimular a participação daqueles que simpatizavam com o discurso católico.

Assim como outros bispos no Brasil:

D.Leme estava por trás de muito do que acontecia na cena católica brasileira, (...). Uma vez no Rio, estimulou grupos de estudo e associações de leigos católicos; estava por trás das atividades de Jackson, no centro D.Vital que publicava A Ordem, atividade que ele via como parte do esforço para cristianizar a Intelligentsia brasileira. D.Leme promoveu vigorosamente o que ele considerava serem os interesses da Igreja Católica na cena nacional... (KADT. 2003, p.91).

Vários grupos formados por leigos dividiam o espaço de atuação, tanto no meio rural quanto no meio urbano, de acordo com os interesses e orientações que lhes assistissem: Ação Católica, Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica, dentre outros, estimulavam a participação da

sociedade católica, promovendo congressos onde se pudessem discutir os problemas sociais e políticos do país.

Em meio a este cenário de amplas manifestações reivindicatórias foi criada a CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil) em 1952. Morais (1982, p.17) ao analisar o papel da CNBB, na sociedade brasileira, observa o pouco significado social que teve a CNBB nos primeiros anos de atuação. Entretanto, o destaque dado aos feitos do Bispado brasileiro, em épocas posteriores, demonstrou a preocupação de vários setores da sociedade com as questões sociais. Destaca ainda, a nova linguagem estabelecida, o que de certa forma, evidencia as possibilidades de se buscar um novo entendimento (e fazer uma nova leitura) da sociedade brasileira e a sua realidade social.

Referindo-se a esta questão, Morais afirma que:

A atual linguagem do episcopado brasileiro é, ao mesmo tempo, muito nova e muito antiga. Muito nova porque o seu ponto de origem passa a estar dentro da ótica da gente oprimida – ou pelo menos se esforça para tanto. Deu-se assim por dizer, um deslocamento do *lugar teológico* da Igreja e do seu discurso. Assim, com uma nova vista e novas urgências, um discurso também novo se patenteia. Por outro lado, é linguagem muito antiga, pois, pisando o chão dos fatos contemporâneos (em especial os fatos dos oprimidos), a Igreja volta-se para o arsenal das suas tradições, sempre decidida a se manter fiel à sua Doutrina Social, e neste panorama de recursos toma aqueles que se mostram convenientes à iluminação do momento presente. (Morais, 1982, p. 18).

Para comunicar-se de forma mais eficiente com todas as Dioceses do país, a CNBB implanta as diretrizes de ação, para todo o território brasileiro, de forma a dar sustentabilidade às ações do Bispado constituído.

Os primeiros encontros (Assembléias) surgem, e se ampliam nas décadas seguintes, ainda que os Bispos não comungassem das mesmas ideias. Segundo análise de Morais, havia dois movimentos distintos dentro da CNBB. Para o autor “*nem todos os Bispos se libertaram das velhas estruturas que privilegiaram socialmente as funções sacerdotais*”. (1982, P. 36). Ele destaca ainda, a importância da atuação contestadora de um contingente de bispos, com opções mais progressistas, em detrimento de outro grupo mais tradicional e conservador.

KADT analisando as ações do clero católico no nordeste brasileiro, também se refere à CNBB e à representatividade do clero progressista nas lutas sociais. Lembra que *“em maio de 1956, sob os auspícios da CNBB, o conjunto dos Bispos do nordeste reuniu-se pela primeira vez para discutir os problemas sócioeconômicos da região, juntamente com leigos e especialistas”*. (2003, p.116). O mesmo autor destaca ainda a ação dos Bispos, sobretudo, até meados da década de 60, período onde vários movimentos de leigos e trabalhadores se apoiaram na estrutura eclesiástica. Analisando a relação entre a CNBB e as dioceses no Brasil, Andrade afirma que:

Considerando os bispos que se alinham e produziram a própria CNBB, pode-se afirmar que havia desde 1972 uma relação de complementaridade entre a cúpula da Igreja no Brasil e as Igrejas locais que aderiram ao discurso e práticas centradas no diálogo com a modernidade e os grupos marginalizados da sociedade brasileira. (In: Manoel, 2007, p.173).

Em Montes Claros, só bem depois se começou a perceber os impulsos da projeção e influência que a CNBB passava a exercer sobre as dioceses, através, do Bispado. Uma Igreja muito tímida, talvez, por razões que somente através da própria cultura local possa-se explicar. Um outro fator a se considerar seriam as próprias *“posições conservadoras”* (Alvimar Souza, 2007, p.81) do clero local, em relação às novidades da vida urbana.

Trata-se, agora de recriar a Igreja, não simplesmente reformá-la. E o ponto de referência para tanto é a desvinculação institucional com o esquema do poder dominante e a constituição de uma Igreja dos pobres e para os pobres. (...). A importância da Igreja na configuração de um novo espaço social de atuação política e de enfrentamento com o Estado não pode ser menosprezada. (Macedo, 1986, p. 71-72).

Macedo lembra ainda que, enquanto instituição, a Igreja deve ser enfatizada como aquela que visa preservar o seu poder *“demonstrando sua contribuição para a construção de novos sujeitos políticos e para transformação da sociedade”*. (1986, p. 72).

Embora, discutindo e elaborando as diretrizes da ação pastoral na Diocese de Montes Claros, ainda no final dos anos 60 - fase pós-conciliar - somente a partir de meados dos anos 70, dar-se-á-se, ainda que muito timidamente, a participação

de pequeno número de leigos nas ações da Igreja. Acreditava-se que toda ação era reservada ao clero que tinha a tarefa de levar a salvação ao “*povo de Deus*”. (Alvimar Souza, 2007, p. 86)

Alvimar Souza, referindo-se a este contexto, argumenta sobre a predominância de “*uma formação para a Igreja Universal, desconsiderando a realidade local em que a Diocese estava inserida*”. (2007, p. 85). Quanto à formação, lembra que era “*uma formação eclética, e descontextualizada para o presbitério que deveria viver numa única região*”. (2007, p.85)

Não é difícil distinguir, aqui, a distância entre o discurso e a prática observada pelo autor. Os padres “*sempre*” foram homens bem formados, cumprindo a exigência do perfil da instituição católica. Porém, ao lidarem com a realidade da linguagem regional e com os gestos e costumes inerentes ao homem do sertão, uma das primeiras atitudes era a de tentar enquadrá-lo no mundo dito civilizado.

CAPÍTULO II

A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA EM MONTES CLAROS

Assim como outras diversas cidades da região, a caracterização religiosa de Montes Claros configura-se pela construção de uma capela em torno de fazendas que foram fundadas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Influenciados pelo comércio de gado ou pelo bandeirismo paulista, vários foram os grupos que se estabeleceram na região constituindo famílias, ampliando os núcleos de povoamento e cedendo espaço à prática cristã católica. Nesse sentido, é comum capelas serem marcos referenciais na história das cidades norte mineiras.

1. História da Igreja em Montes Claros.

A cidade de Montes Claros tem sua origem a partir das incursões bandeirantes, sobretudo, no início do século XVIII. Após, combate aos nativos do sertão nordestino, Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso de Almeida, *dois bandeirantes transformados em colonizadores* (Hermes de Paula, 2007, p.6) provocaram consideráveis mudanças, no cotidiano do sertão norte mineiro, pelas suas ações contra os nativos habitantes que povoavam os arredores dos rios São Francisco e Verde. Pelas bandeiras, que se guiavam pelo sertão, incentivadas pela possibilidade de aquisição de sesmarias, começaria surgir às primeiras povoações na região.

Para Diogo de Vasconcelos:

O maior empenho dos apreensores versava em dar cor de legalidade a suas expedições pelo que tinham até padres aventureiros que se incorporavam às comitivas para certificarem como justas as causas do cativo. Consequentemente a empresa de Matias Cardoso foi para os paulistas o melhor azo da fortuna, desde que lhes oferecia em quadra certa do sertão, milhares de índios legal e previamente condenados à servidão. (1974, p.27).

Estabelecendo-se, desde então, o Bandeirante Antônio Gonçalves Figueira, que dividia os domínios territoriais com o também sertanista Matias Cardoso de Almeida, “*por alvará de 12/04/1707, obteve uma sesmaria de 3 léguas de comprimento por légua e meia de largo, nas cabeceiras do rio Verde, formando aí a fazenda Montes Claros*” (Hermes de Paula, 2007, p.6), recompensa que coroava o serviço, que até então prestara ao governador geral.

Pela necessidade de comunicação com outras regiões, várias rotas são desbravadas, interligando a então fazenda às várias regiões fronteiriças, sobretudo, em direção à Bahia. O desenvolvimento da pecuária, possibilitado pelas características da região, impulsionaria Figueira a “*alcançar melhores mercados para seu gado*”, além, do comércio com seus parentes e amigos – os descendentes de Matias e Januário Cardoso e com D. Maria da Cruz (Hermes de Paula, 2007, p.7).

A partir de então, teria impulso na região, o processo de povoamento, pelas várias fazendas adquiridas para criação de gado. Na medida, que as regiões auríferas sofriam um vultoso processo de povoamento, as relações comerciais com a então Vila de Formigas estreitavam-se, uma vez que essa abastecia toda a região mineradora com a sua larga produção alimentar.

Currais se multiplicavam, o comércio ampliava e o arraial tornava-se um importante centro comercial de gado entre as vias do sertão. O norte de Minas foi região povoada “*através dos currais de gado do rio São Francisco e do rio verde*”. (Pires, 2007, p.46.).

O próprio mestre de campo Antônio Guedes de Brito, ao integralizar por doações, heranças e compras de seus dilatados domínios, à frente de sua milícia, subiu o rio São Francisco, percorrendo os seus afluentes, como o rio das Velhas e o Jequitaiá, reprimindo as constantes desordens dos facinorosos. (Pires, 2007, p.46)

O espírito religioso do povoado, que erguera ali, logo se apresentaria. Além das casas e fazendas erguera-se “*uma modesta capelinha batida de barro, onde era venerada uma pequena imagem de Nossa Senhora*”. (Hermes de Paula, 2007, p.7).

Foto 1: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José.



Fonte: Carla Cristina Barbosa (2003)

Após o retorno de Antônio Gonçalves Figueira para São Paulo, a fazenda dos Montes Claros, que ficou sendo administrada pelos filhos, fora vendida por volta de 1.768, para o Alferes José Lopes de Carvalho que, mudando a sede administrativa da fazenda, e sentindo a necessidade de ampliar o espírito de devoção no arraial, e vendo a antiga capela em ruínas, decide, de imediato, construir outro templo, pois:

A primitiva capela do capitão Figueira estava inteiramente desmoronada; Por isto que, sendo católico praticante, 'para satisfazer os cultos divinos e comodamente administrar aos sacramentos aos doentes, porque, morando na fazenda dos Montes Claros, distante 20 léguas da Matriz (Itacambira) e 10 léguas da capela mais próxima (Bocaiúva) e em tempo de águas os rios impediam por muitos dias a passagem, tendo família grande e muita vizinhança, a 18 de junho de 1769 o Alferes José Lopes de Carvalho requereu ao visitador-Geral do sertão Alto de Minas Novas do Arassuahy, Juiz de Justificações e Dispensas, o Reverendíssimo Senhor Doutor Silvestre da Silva Carvalho a necessária licença para erigir uma capela sob a Invocação de Nossa Senhora da Conceição e São José, ficando esta sujeita Ao ordinário; e como não podia fazer sem primeiro constituir patrimônio 'para a sustentação da dita capela

fazia doação de um terreno de légua de Largura por légua e meia de comprimento e cinquenta novilhas ferradas'... e terminava seu requerimento nos seguintes termos: ... 'quer ele suplicante que vossa mercê lhe mande lavrar escritura por este juízo das visitas para Que feito ela recorrer para lhe conceder licença para a dita erigção para que Pede a Vossa Mercê atendendo as ditas circunstâncias que alega admiti-lo A fazer o dito patrimônio para Maior Serviço de Deus e bem das Almas; e Receberá Mercê'. (Hermes de Paula, 2007, p.11).

Para administrar os afazeres religiosos, existia ali o padre Teotônio Gomes de Azevedo, capelão, que se deslocava de sua fazenda sempre aos domingos para, além de celebrar missa, realizar batizado e casamentos.

Pela Lei de 13/10/1831, o Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José é elevado à vila. A grande festa aconteceria em outubro de 1832, para comemorar na agora Vila de Montes Claros de Formigas, a posse da primeira Câmara Municipal. Ato que representaria a sua emancipação política e administrativa, para as comemorações e posse dos representantes políticos não poderia faltar à missa em Ação de Graças. Essa, celebrada pelo padre Ambrósio Caldeira Brant. (Hermes de Paula, 2007, p.15).

A vila contava, ainda, com a capela do Rosário, construída em 1832, que, apesar das intervenções sofridas ao longo do tempo, inclusive, sendo deslocada e cedendo lugar às novidades do progresso urbano, é hoje marco referencial às manifestações culturais da cidade ensejadas no mês de agosto de cada ano.

Foto 2: Igreja do Rosário



Fonte: Denílson Meireles Barbosa (2010)

Figura 3: Vista lateral da Igreja do Rosário



Fonte: Denílson Meireles Barbosa (2010)

Nesse Período, tradicionalmente, os montesclarenses voltam-se para os desfiles assistem cortejos dançantes, coloridos e percussivos dos marujos, caboclinhos e catopês¹⁰, trazendo nos seus estandartes e nos seus cantos a representação de antigas tradições e da forte devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e ao divino Espírito Santo. Essas São importantes manifestações enriquecedoras da cultura religiosa popular.

A festa de agosto, em Montes Claros, se consolidou a partir da junção de três festejos religiosos: o de Nossa Senhora do Rosário, o de São Benedito e o do Divino Espírito Santo. A partir da fundação da Diocese de Montes Claros, que aconteceu em 10 de dezembro de 1910, o bispo Dom João Pimenta* reuniu no mesmo calendário três festas religiosas que já aconteciam na cidade em épocas

¹⁰ O contingente de negros, de origem africana trazidos para o Brasil, possibilitou a reconstrução de várias manifestações culturais africanas, sobretudo nas regiões mineradoras. O congado surge como um dos mais importantes ritos de devoção da cultura afro. Em outras regiões onde não havia a prática da mineração, porém, os ritos afros diversificavam-se. Embora, o sentido dos festejos seja o de retomar um pouco as origens (fazendo memória dos costumes africanos), somaram-se a esta prática, outros vários elementos da tradição e da devoção popular luso-espanhola. Em Montes Claros, Catopês, Marujos e Caboclinhos são a expressão do congado (assim chamado nas regiões mineradoras) que acontece nas regiões próximas às áreas mineradoras que reúne em festa centenária, elementos indígenas através da apresentação dos Caboclinhos. A cultura europeia está representada pelos ornamentos e ritos da marujada enquanto a cultura afro encontra eco nos ternos de Catopês. (Queiroz, 2005).

diferenciadas. Assim, a festa do Divino, que ocorria no período de Pentecostes, e a festa de São Benedito, que acontecia no mês de setembro ou outubro, foram somadas à festa de Nossa Senhora do Rosário, que já era realizada no mês de agosto. Dessa forma ficou estabelecido o período atual da festa de agosto de Montes Claros, que passou a celebrar Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Divino Espírito Santo em um único acontecimento que congrega os rituais de devoção às três santidades. (Queiroz, Apud. Costa, 2005, p.46).

Foto 4: Desfile dos Catopês



Fonte: Marta V. Vasconcelos (2005)

Foto 5: Apresentação da Marujada



Fonte: Marta V. Vasconcelos (2005)

A capela de Senhor do Bonfim, conhecida como Capela dos morrinhos, por estar localizada em área elevada da cidade, onde desde 1886, ano que recebeu as bênçãos “*oficiando o vigário da freguesia padre Manoel da Assunção Ribeiro*” (Vianna, 2007, P.264), é outro referencial importante da religiosidade local. A capela representa forte expressão da religiosidade, pelo histórico que levou à sua construção, sendo resultado de promessa, feita por Dona Germana Maria de Olinda, é erguida a capela, depois de inúmeras contribuições feitas pelos fiéis. Tivera ainda, em seu interior, a imagem de São Sebastião, embora a referência maior fosse Nosso Senhor do Bonfim. (Barbosa, 1998, p.6).

Foto 6: Capela dos Morrinhos



Fonte: Denílson Meireles Barbosa (2010)

As limitações do clero montesclarenses, quanto à possibilidade de deslocamento para a periferia, permitiram que a Capela ficasse fechada por longos anos, até que algum padre aparecesse, para ali celebrar missas com os fiéis, pelo menos aos domingos.

No século XX, chegam ao Brasil os filhos de São Norberto impulsionados pelas possibilidades de mudanças nas ações do clero brasileiro, em função da ruptura existente entre Estado e Igreja, a partir de fins do século XIX. Os padres premonstratenses recebiam incentivos para atuarem no país, inclusive escolhendo as paróquias que fossem de seu interesse, como ocorreu em 1903 com os padres Carlos Vincart e Francisco de Paula Moreau que escolheram Montes Claros, pertencente, ainda, à diocese de Diamantina. (Silva, 2005, p.250).

A chegada dos padres belgas “mudaria” a rotina e os destinos da vida religiosa na cidade. É incentivada a formação de grupos religiosos que pudessem elevar a participação na Igreja. A busca de afirmação, no contexto da primeira República, não se apresentava como tarefa de fácil execução. Em jornais de todo o país, havia contestação, por parte do clero, que não aceitava de bom grado o distanciamento entre Estado e Igreja. Para muitos, essa ruptura seria péssima para o Estado brasileiro.

A tese sustentada com veemência pelo episcopado, e, em geral, pelos pensadores católicos, afirmava a ilegitimidade da nova orientação laica da República. Segundo os bispos, a introdução do ensino leigo nas escolas, a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização dos cemitérios, e, principalmente, o decreto de separação entre Igreja e Estado havia transformado a República num regime despojado de valor ético. (Azzi, 2008, p.196).

Desligada, pois, das várias instituições junto às quais tinha forte influência, inclusive a educacional, a Igreja vai pouco a pouco, procurando a melhor forma de organizar a sua reinserção na sociedade. Para Cavalcante:

Da singularidade do catolicismo brasileiro resultou, numa certa medida, a nova orientação para a atuação da Igreja Católica, que até então não se caracterizara pela preocupação com a organização dos diferentes segmentos da sociedade em associações, ligas, centros, círculos, etc. Dito em outros termos, sua ação não se pautara até então pela importância concedida à organização de fiéis. É provável que as estreitas relações mantidas entre Igreja e Estado, durante o Império e mesmo após a proclamação da República - a despeito do não - reconhecimento do catolicismo como religião oficial na constituição de 1891 - sejam uma primeira explicação para a ausência daquelas práticas até os anos 1920. Some-se a essa hipótese o fato mais geral de que não se registrava até então, na história da sociedade brasileira, a presença ativa de diferentes setores da sociedade nos acontecimentos políticos. (2002, p.154).

Em Montes Claros, o projeto transformador, como propusera o clero premonstratense, na prática, enfrentou resistência das mais variadas formas. A tentativa de impor mudanças, sem reconhecer as especificidades, na freguesia, obrigou os padres estrangeiros a rever as suas posturas, embora afirmando que, na região, situavam pessoas sem a necessária cultura para entender as ações da Igreja.

Com suas iniciativas os missionários premonstratenses conseguiram pouco a pouco organizar a Igreja na paróquia de Montes Claros e outras vizinhas. Para o povo, foi um grande benefício, ainda que os premonstratenses não pudessem compreender tão facilmente o catolicismo popular que marcava as origens dos habitantes daquela região. (Silva, 2005, p.90).

O campo educacional era um importante espaço de afirmação da Igreja, sobretudo, no sertão norte mineiro. A fundação do colégio São Norberto em 1905, que serviria à formação de homens, é uma representação típica da reinserção da Igreja através da missão norbertina. Não tardaria a vinda das Irmãs Belgas com o objetivo de fundar e coordenar um colégio que servisse à formação das moças da cidade e região.

2. Uma Quota por um Bispado: criação e expansão da diocese de Montes Claros

Pelo movimento de expansão da Igreja Católica, no início do século XX, logo se deu a chegada do Bispado ao sertão norte mineiro, ordenado pela Santa Sé através do Papa Pio X. A Igreja precisava expandir sua ação evangelizadora pelo Brasil. Muitas paróquias encontravam-se distantes dos bispados que as regiam. Os poucos bispos existentes, não conseguiam dar assistência adequada a todo território diocesano. Situação que, contribuía para certo distanciamento do clero em relação à população. Em muitos casos, raríssima vez, aparecia um padre em algumas comunidades para celebrar uma missa. Tal situação, possivelmente, contribuía no fortalecimento dos ritos da religiosidade do povo que, mesmo não

tendo a presença do padre, se reunia para fazer suas orações e apresentar suas características religiosas e demonstrações de fé e devoção a partir das suas próprias especificidades locais.

No caso do interior brasileiro, essa situação se apresenta, com maior profundidade, dada às dificuldades encontradas pelos padres missionários, nas diversas regiões interioranas do Brasil, principalmente, no sertão, pelo seu relativo isolamento em relação aos grandes centros.

No norte de Minas Gerais não foi diferente. Frei Maurício Gaspar, impressionado com as distâncias percorridas para se chegar às paróquias da região, relata que, dificilmente, se imagina:

... na Bélgica o que sejam as paróquias do sertão. Na extensão, elas são tão grandes quanto nossas províncias da Bélgica. Mas à medida que se avança para o norte do Estado de Minas, as paróquias constituem um território igual a três ou quatro províncias reunidas; portanto, maior que certos Estados pequenos. (Gaspar, 1903, p. 23).

A cidade de Diamantina, distante dos principais centros, destaca-se, pela sua importância econômica, e por estar entre as rotas comerciais que cruzavam o sertão, do nordeste ao litoral sudeste e sul do país, e também pela forte característica religiosa ali existente. Serve de sustentáculo à Igreja, inclusive, contando com a existência de várias capelas erguidas até meados do século XIX, e tendo sua Diocese criada “*pela lei imperial n.693 de 10 de agosto de 1.853*”, sendo instituída canonicamente pelo Papa Pio IX pela Bula “**Gravissimum Sollicitudinis**” aos 6 de junho de 1.854, jurisdicionando, a partir de então, toda a porção territorial do norte de Minas. Montes Claros ficaria a essa Diocese, até a expansão da Igreja para o extremo norte de Minas Gerais, o que se dá de fato, a partir de 1.910, pela Bula “**Postulat Sane**” criada pelo Papa Pio X. (Diocese de Montes Claros, 2000, p.13).

Vários foram os movimentos em prol não só da criação do bispado, mas também para que a sede do mesmo fosse situada em Montes Claros e não em Januária como se cogitara primeiramente. A partir de 1.907, “*os premonstratenses, tendo à frente os padres Bento Mausen e Maurício Gaspar, iniciaram um movimento para que pertencesse a Montes Claros o direito de sediar o Bispado que seria criado no Norte de Minas*”. (Hermes de Paula, 2007, p.267).

Situada no vale do São Francisco, a cidade de Januária, teve seu momento auge nos meados do século XIX até início do século XX.

Em função do escoamento da produção privilegiar a utilização dos rios São Francisco, o das Velhas, o Paracatu e o Urucuia, as atividades econômicas regionais foram polarizadas por Januária, maior centro urbano até fins do século XIX, quando posteriormente as grandes fortunas locais começaram a se deslocar para Montes Claros. (Costa, 1997, p.80.)

Sendo esta a condição de Januária, é possível concluir que inegavelmente a cidade possuía uma estrutura básica para ser sede da primeira diocese no norte de Minas. Para lá, convergiu numeroso fluxo populacional, dando dinâmica a esse centro. A cidade chegou a ser uma das mais populosas no mesmo período.

Pela sua privilegiada posição geográfica, na região, Montes Claros possibilita o acesso a importantes centros comerciais. Sendo assim, tornou-se eixo regulador do movimento econômico que até então se voltara para Januária. “*Montes Claros e Pirapora transformaram-se gradativamente, nos dois municípios mais dinâmicos da região, ocorrendo, ao mesmo tempo a perda relativa de espaço de municípios como Januária*”. (Reis, 1997, p.37.) Para Lessa:

Montes Claros desde as últimas décadas do século XIX, apesar de estar imersa no tempo dos tropeiros e carroças, passava aos poucos a conviver com muitos elementos e artefatos da modernidade cosmopolita emergente no mundo. Um exemplo era a fábrica de tecidos Cedro Madureira e sua moderna produção têxtil, com máquinas importadas dos Estados Unidos. Nas primeiras décadas do século XX, Gazeta do Norte, seu jornal de maior circulação, já continha as modernas características dos jornais das grandes cidades: fotos, charges, anúncios com desenhos, a novela em folhetim. O cinema, no final da primeira década do século XX, também se fazia anunciar pelas páginas da Gazeta, com seus seriados acompanhados nas matinês. (1999, p.87).

A estada dos padres missionários, na cidade, era escolha dos mesmos. Aproveitando-se dessa situação, eles aliaram-se à elite montesclarenses naquela ocasião, já que, interessados em permanecer em Montes Claros, deviam lutar para criar uma estrutura que servisse ao mínimo aos seus interesses, enquanto permanecessem na cidade. A aliança parece ter fortalecido politicamente a ambos, a ponto de desviar a possível criação da Diocese de Januária para Montes Claros, pois, a sede seria de fato Januária, pela consolidação da campanha que fazia o clero

daquela cidade, desde 1889. Porém, “foi num antigo semanário local de 1903, intitulado *A Luz que o professor Manoel Ambrósio lançou o primeiro artigo em favor do bispado*”. (SILVA, 2005, p.104).

Havendo possibilidade de a Diocese ser criada em Montes Claros, inicia-se “um movimento para Montes Claros ser a sede do bispado que seria criado no norte de Minas”. (Hermes de Paula, 2007, p.267).

Entretanto os montesclarenses teriam que contribuir com um patrimônio de Cr\$ 25.000,00. Imediatamente houve uma reunião no Fórum, presidida pelo Dr. Honorato Alves; formou-se a comissão para angariar donativos. Os premonstratenses entram com 1:000\$000 e o Pe. Maurício percorreu todos os recantos das vizinhanças, angariando auxílio até completar a quota estipulada. Trabalho árduo, moroso; mais moroso ainda foi a decisão do papa. Apesar da atuação de D Joaquim e D. Lúcio, somente a 10 de dezembro de 1910, pela bula *Postulat Sana*, S. Santidade Pio X criou o nosso tão ambicionado Bispado. (Hermes de Paula, 2007, p.268).

Analisando os primeiros escritos sobre a criação da Diocese, Silva posiciona-se esclarecendo que os documentos consultados não indicam a existência de um esforço por parte dos padres premonstratenses quanto à criação da Diocese na cidade de Montes Claros, pois, isto “*traria algumas desvantagens para aqueles que estavam como primeiros responsáveis de um extenso território*”. (Silva, 2005, p.98).

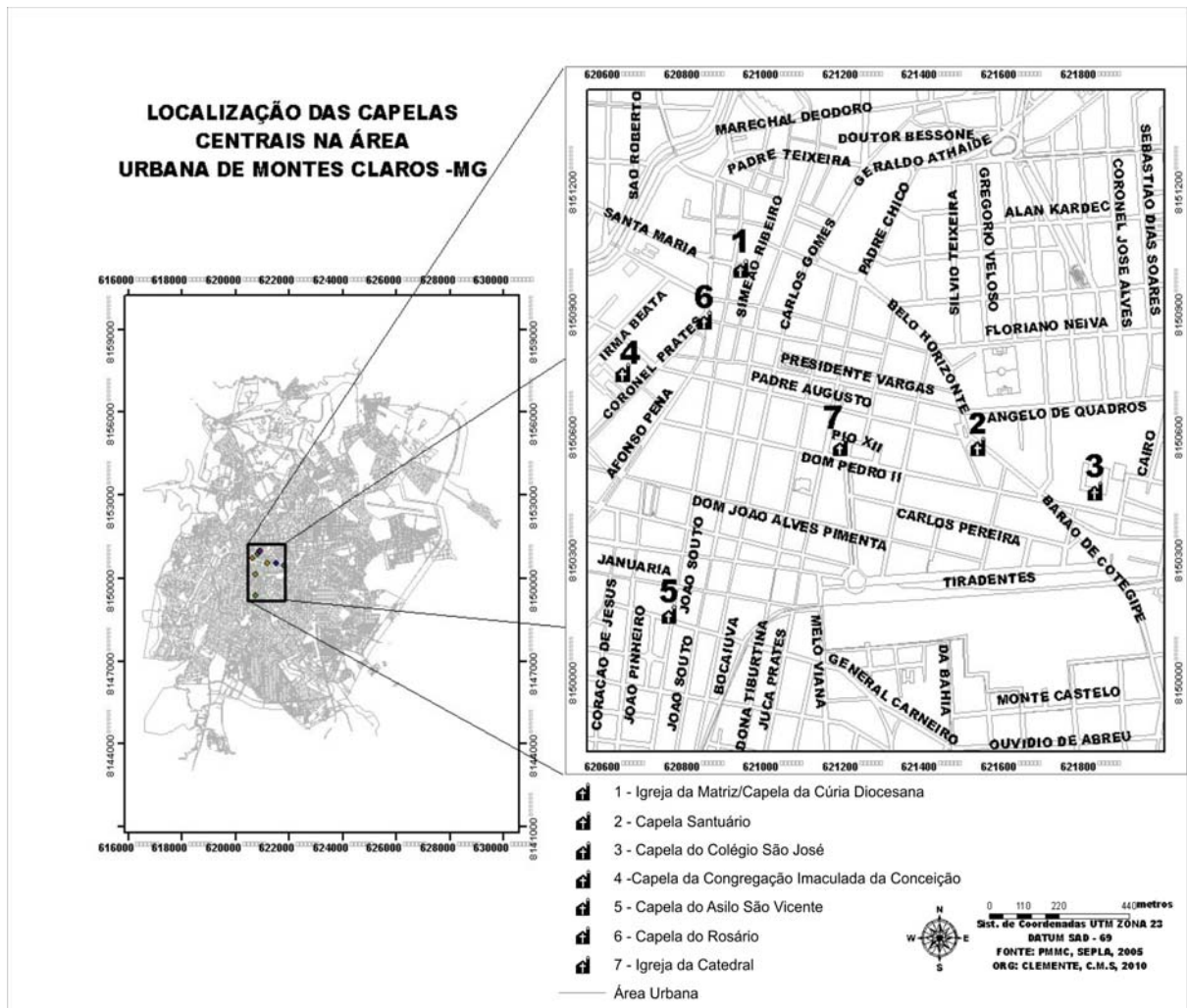
Embora, a proposta tenha sido a de arrecadar integralmente, o que se pedia para a criação da Diocese, a intenção era de demonstrar a impossibilidade, de se obter tal quantia em função da seca que assolava a região, trazendo maus presságios para a vida daquele povo. A cidade de Januária, embora “*possuindo a estrutura necessária para ser sede do Bispado, não logrou tal intento*”. (Silva, 2005, p.105) Sobressaía a força política de Montes Claros na implantação da primeira diocese no norte de Minas.

3. A Igreja e o seu difícil deslocamento para a periferia

Após a instituição e consolidação da Diocese de Montes Claros várias eram as capelas existentes na cidade. Por volta da década de 1970, existia, no centro

urbano de Montes Claros, grande número de capelas. Destas, aproximadamente, cinco estavam situadas na periferia. A maioria estava distribuída na área central, representando associações religiosas.

Mapa 3: Capelas na área central de Montes Claros



Fonte: Laboratório de Geociências: Unimontes, 2010.

A disposição geográfica das capelas acentua fortemente a ação da Igreja, ou seja, atenção maior aos moradores da parte central, enquanto a periferia via-se relegada frente ao “projeto evangelizador” da mesma. Desde a chegada dos missionários premonstratenses várias associações foram fundadas sob os preceitos religiosos do clero católico. “O Cônego Vincart fez de sua casa o ponto de reunião de rapazes das principais famílias” (Hermes de Paula, 2007, p.266). O clube São Genesco, grupo teatral fundado pelo Cônego Carlos Antônio Vincart, remete-nos

aos momentos iniciais da ação jesuítica no Brasil, representada principalmente, pelo Padre Anchieta. As crianças eram educadas através das expressões teatrais, ação que quer representar os elementos da “superior cultura europeia” em contraposição à “ignorância cultural e religiosa” vivenciada no Brasil. O teatro surge assim, como um mecanismo para atrair os jovens, inserindo-os nos novos preceitos morais, estabelecidos pela Igreja Católica. Para Riolando Azzi:

A maioria desses institutos religiosos preocupou-se pouco em conhecer e respeitar as tradições culturais da nova pátria. Em geral essas Congregações e ordens religiosas permaneceram muito mais vinculadas Espiritual e culturalmente aos países em que tiveram origem. (1978, p.10).

Em Montes Claros, as expressões teatrais vivenciadas, no clube São Genesco, serviam para aproximar a elite local da Igreja e também para “educar” e “dar cultura” ao homem sertanejo, já que no sertão a natureza “rude” era desprovida de cultura e de entendimento religioso”, segundo o imaginário dos representantes da Igreja. Seguem-se a esta prática, a criação de outras diversas associações, como: Liga Católica de Jesus e Maria, Apostolado da Oração e Confraria do Sagrado Coração. Essas e outras compõem o cenário social e religioso, a partir da chegada dos padres belgas. *“Eram geralmente associações piás, que agregavam pessoas em torno de uma devoção, mas que nem sempre existiam como instituição propriamente dita, uma vez que a ação de seus membros não necessariamente era regulamentada por um estatuto”* (João Valdir, 2005, p.41).

As associações representavam um passo importante, rumo à realização do projeto da ordem e da disciplina. *“Daí a grande preocupação com devoções ao coração de Jesus e a Nossa Senhora. Esse devocionismo ancora e cristaliza uma eclesiologia que entende que os fiéis necessitam ser guiados e controlados pela religião”*. (Alvimar Souza, 2007, p.91). Em conformidade com o pensamento de Alvimar Souza, João Valdir afirma que:

...essas associações tiveram grande responsabilidade na difusão do catolicismo “romanizado” na região, uma vez que a carência de padres sempre apareceu como um dos maiores problemas a serem enfrentados pela diocese. Eram associações leigas, mais ou menos organizadas, e funcionavam como difusoras das mensagens religiosas inculcadas pelos profissionais do serviço religioso que atuavam por diversas vias: serviço paroquial tradicional, através dos

sermões, das missas e da tentativa de controle das festas e dos centros de romarias; o trabalho das ordens religiosas, com as missões e a catequese; e a escolarização propriamente dita, através dos colégios religiosos. (João Valdir, 2005, p.42).

A criação do colégio São Norberto, em 1.905, e posteriormente o colégio Imaculada Conceição, são dois grandes fundamentos da ação romanizadora no norte de Minas. Esses colégios surgem para auxiliar as famílias abastadas da cidade e região, num regime disciplinar e moral, sendo capazes de formar os seus filhos dentro dos padrões que se exigiam naquelas circunstâncias.

Ambas as instituições situavam-se na parte central da cidade e eram referencias, possibilitando o acesso fácil da elite local e regional. As ações do clero dificilmente se estendiam às comunidades periféricas. As poucas capelas que, existiam, fora da área central, ficavam fechadas por longos períodos até que se deslocasse algum clérigo para ali rezar missa e cumprir ordens do catecismo fazendo batismos, crismas e confessando os fiéis.

Segundo Hermes de Paula (2007, p.279), a população de fiéis não era assistida adequadamente, segundo os preceitos católicos, porque o número de igrejas na cidade era pequeno. Nesse sentido, como se explicaria o considerável número de capelas na cidade? Sobretudo na parte central? Por que uma capela como a dos morrinhos permanecia quase sempre fechada? Percebemos aqui, um problema não esclarecido na relação da Igreja com a periferia. Ou seja, o distanciamento daquela em relação a essa. Se a elite participava das missas e quermesses e tinha o aparato religioso educacional a seu favor, em que condições o povo dos bairros periféricos vivia a sua vida religiosa? De que forma celebrava a sua fé? Como estabelecia as suas relações com a Igreja?

Na primeira metade do Século XX, a Diocese de Montes Claros contava somente com uma paróquia: A paróquia Nossa Senhora da Conceição e São José. A segunda paróquia, Nossa Senhora Aparecida, e inaugurada em 1950, e elevada à Catedral de Montes Claros. Percebe-se que, muito lentamente, são realizados movimentos de deslocamento pela Igreja Católica, enquanto, a parte central da cidade passa a contar com mais um templo. Obviamente, esse, maior e mais pomposo, tornando-se referência pela sua localização e pelas características arquitetônicas inspiradas em Catedrais europeias.

Foto 7: Catedral de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Denílson Meireles Barbosa (2010)

Embora sendo particulares, é notável a concentração de capelas na parte central da cidade. Se por um lado, essa configuração representa o espírito religioso montesclareense, a posição geográfica que as mesmas ocupam, representa também, a imobilidade da Igreja, diante da realidade populacional da sociedade, sobretudo, pelo distanciamento mantido com os moradores das áreas periféricas da cidade. Observa-se certo comodismo de um clero preocupado em fazer alianças com a elite, pelo prestígio que o mesmo poderia adquirir e pela facilidade em realizar seus projetos. Em função desse tipo de relação, muitos dos projetos, orientados pelo clero, estavam direcionados para a elite, congregando, principalmente, jovens pertencentes a esta camada da sociedade, aqueles que estavam em torno das paróquias e capelas centrais existentes.

Entende-se, que a disposição geográfica da Igreja, revela a sua representação diante das diferenças sócio culturais de Montes Claros. Embora, o discurso fosse o de estar do lado dos fracos, oprimidos e necessitados, a linguagem usada pelo clero não possibilitava tal aproximação. A pompa nas vestes, sempre, promovera distâncias consideráveis entre o clero e o povo simples.

Deslocar-se para a periferia significaria romper tradições, o que não é facilmente aceito por grande parte do clero católico. Carlos Palácio percebendo a necessidade desse deslocamento para a periferia, por parte da Igreja, observa que, *“os verdadeiros desafios não lhe vêm das mudanças exigidas pela renovação, mas das transformações radicais que se fazem necessárias, quando se aceita que a inserção na realidade entre a fazer parte”* (2001,p.47) da prática católica.

Centrando-se nas perspectivas internas da Igreja, Palácio considera que a inserção na periferia não é um movimento simples e fácil porque a instituição é constituída de homens que também possuem uma identidade. Portanto, a questão que se coloca ,é, de que forma a descentralização afetaria a identidade do clero, já que a identidade não pode prescindir de sua realização histórica. O próprio autor, estabelece que uma das características do encontro da Igreja com a periferia é *“aceitar que a identidade seja conquistada no próprio ato de perder-se”*. Porque na *“nova configuração do projeto religioso, (...) a originalidade consiste em aceitar que o encontro com a existência do povo pobre (lugar social) desmascare as incoerências do projeto religioso e dê lugar a uma nova leitura da sua identidade (lugar teológico)”*. (20011, p. 48).

Morais (1982), bem como Palácio (1991), fornecem-nos alguns elementos importantes para que possamos entender o pensamento e as limitações internas da Igreja Católica. A realidade que ambos questionam situa-se na necessidade de uma renovação das estratégias metodológicas da instituição religiosa, quanto as suas ações no espaço urbano. Que projeto a Igreja tem para dialogar com a periferia, novo espaço, onde se concentram os novos moradores da cidade? Esta é uma das questões que impulsionam as análises dos citados autores, que nos possibilitam ver de dentro pra fora as dificuldades de inserção em novos espaços.

Observando a forma como a Igreja estruturou-se, na cidade, podemos perceber que as históricas alianças estabelecidas com a elite seriam outros fatores a dificultarem o movimento da Igreja em direção à periferia.

4. Capela: uma representação da aliança com a elite

Quando da criação da primeira capela, no início do Século XVIII, Montes Claros (Arraial de Formigas) pertencia ao Arcebispado da Bahia. Posteriormente, integrou o território da paróquia de Santo Antônio de Itacambira. Esta, criada em 23 de maio de 1.813 (Silva, 2005, p.117). Com a criação da Diocese de Diamantina, em 1.854, a região norte de Minas passa à jurisdição de um bispado de Minas Gerais. A partir de então, *“a região norte mineira passa a contar com uma assistência diferente. Já não terá a presença de visitantes, mas do próprio pastor. Isso assegura o início de mudanças, que pouco a pouco irão transformar a vida do catolicismo no Norte de Minas Gerais”*. (Alvimar Souza, 2007, p.113). Este tipo de atitude serviu para reforçar e ampliar a distância na ocupação do espaço religioso na sociedade montesclareense. Colaborou, também, para afirmar a estreita relação estabelecida entre o clero e a elite. Lopes, analisando, ainda, este contraste, lembra que:

A sociedade montesclareense promove uma coroação com os filhos da alta sociedade na catedral de Montes Claros. O padre da catedral chama meninos e meninas pobres e os coloca no mesmo altar. A reação foi imediata com um artigo de João Valle Maurício criticando o padre por desrespeitar as tradições da cidade. (Lopes, apud; Alvimar Souza, 2007, p.113).

Percebe-se que o povo simples não podia participar, de maneira mais direta, dos ritos que marcam a cultura religiosa nos espaços onde a Igreja havia estabelecido uma estreita relação com a elite. O estabelecimento na periferia, ao contrário, possibilitou um tipo de relação onde se pudesse vivenciar a religiosidade e celebrar a fé, longe das normas conduzidas pela Igreja Católica.

Após o erguimento da segunda paróquia, a de Nossa Senhora Aparecida, somente no final dos anos 1960 começaria a surgir novas paróquias na cidade. Contudo, a região central estava amparada por várias capelas, que, sendo pertencentes a Ordens e Associações religiosas, contavam com a presença do clero, além, é claro, de serem capelas bem edificadas. Ao contrário, os moradores

mais distantes do centro não contavam com capelas, senão, muitas vezes, construídas de palha com cobertura de lona, até que conseguissem erguer a construção de um salão para fazer as suas reuniões e celebrações. Não contavam, também, a não ser esporadicamente, com a presença de um padre para celebrar missa, fazer batismos, casamentos e confessar os fiéis.

Além das duas paróquias existentes na parte central da cidade, contavam-se ainda com algumas capelas.

5. AS PRIMEIRAS PARÓQUIAS URBANAS

As características interioranas e rurais foram sempre traços muito fortes da cultura norte mineira. A vida pacata e sem pressa, determinara o funcionamento da sociedade com todo seu simbolismo bucólico e retraído. A Igreja se insere em meio a estas fortes características da cultura regional.

Por muito tempo a Igreja atuou num espaço que não exigiu grandes mudanças ou redirecionamentos das suas ações pastorais e catequéticas. Sendo assim, ao longo de quase todo o século XX, a sua atuação se desenrolou no contexto da cultura rural sertaneja.

Diante da nova configuração urbana é necessário voltar-se mais às questões da cidade para ampliar o seu campo de atuação e enfrentar os novos desafios que a realidade urbana apresenta.

Um novo e elevado contingente passa a habitar a cidade e a exigir da Igreja uma resposta às suas inquietações e necessidades. A estagnação começa ceder espaço a um breve movimento na direção da periferia com a criação da paróquia São Sebastião em 1960.

5.1 Paróquia São Sebastião

Alguns bairros mantêm as suas respectivas capelas, em outras condições, como já dissemos anteriormente. Dentre elas, três tornaram-se paróquias na década

de 1960. A Vila Guilhermina, bairro situado na região sul de Montes Claros assiste mais de perto o início da expansão e deslocamento da Igreja, para a periferia, a partir de 1960, com a criação da paróquia São Sebastião. A especificidade da representação religiosa, nesta região mostra as limitações da Diocese, principalmente, quanto ao pequeno número de padres para atuar na cidade. Embora este, seja considerado um grande problema na Igreja local, entende-se que o mesmo não constitui um fator determinante para que a Igreja se ausente da aproximação com a periferia da cidade.

Como observa Silva, o desejo de manter-se em certas regalias, com menor esforço possível, era desejo do clero que passava a escolher de forma bem definida, os lugares que os acolheriam com tais vantagens. A periferia não ofereceria as desejáveis condições, até mesmo pela estrutura ali existente. *“Na verdade, Montes Claros e suas paróquias vizinhas davam certo privilégio aos quase monges para viverem uma vida mais independente naquelas distantes terras”*. (2005.p.98). Portanto, não é de se estranhar o fato de que *“as paróquias com maiores recursos atraíam maior interesse”*. (Silva, 2005, p.111).

A presença de padres religiosos missionários destaca-se mais uma vez. Agora, a presença da Companhia de Jesus, através do padre Frederico Dokulil, que *“ao desembarcar no Brasil, seguiu viagem rumo ao sertão norte mineiro e lançou a semente em um território onde seria a terceira paróquia da cidade de Montes Claros”*. (Relatório paroquial - Paróquia São Sebastião, 2009).

Por longos anos, a paróquia foi dirigida por padres jesuítas, que realizaram as mais variadas atividades inerentes à espiritualidade naquela região da cidade. Congressos, novenas, procissões, atividades comunitárias, dentre outras, que compõem as propostas de ação pastoral da Diocese. Atualmente, a paróquia é dirigida por padres diocesanos.

5.2 Paróquia Nossa Senhora da Consolação

O Cintra é uma comunidade que representou ao longo do tempo, forte devoção, pela persistência na formação dos grupos pastorais que sempre

exerceram ali, a sua religiosidade. As primeiras celebrações comunitárias datam de meados da década de 1940, em torno de uma pequena capela que, depois de uma ação conjunta de devotos moradores, conseguiu-se ampliar a mesma, que ficou conhecida como igreja do Cintra. A conhecida “igrejinha do Cintra”, torna-se paróquia no ano de 1966, tendo a partir de então, a denominação de paróquia Nossa Senhora da Consolação. O padre Rocha, foi quem celebrou a primeira missa na nova Igreja. (Relatório Paroquial – paróquia N. S^a. da Consolação, 2008).

No ano de 2009, comemoraram-se os 43 anos de criação. Ao longo desse tempo, o território da paróquia ampliou-se significativamente, de forma que vários desmembramentos foram feitos, no sentido de tornar possível a administração da mesma.

Pela sua extensão, a paróquia Nossa Senhora da Consolação “já deu luz a outras quatro paróquias – Nossa Senhora de Fátima (Delfino Magalhães), Santa Rita de Cássia (Santa Rita), Maria de Nazaré e São José Carpinteiro (Independência), e, Nossa Senhora do Carmo (Monte Carmelo)”. (Relatório Paroquial, 2008). Vários são os grupos que compõem esta paróquia. Entre os mais antigos estão, Apostolados da Oração, a Sociedade São Vicente de Paulo, grupos de jovens, pastoral da catequese e outros que passaram a compor a paróquia de acordo com as necessidades da demanda paroquial. Esta é a quarta paróquia erguida na diocese, a segunda existente na periferia.

5.3 Paróquia São João Batista

A criação da paróquia São João Batista, deu-se por volta de 1967, período marcado pelas novas discussões que se davam em torno da ação e presença da Igreja em toda a América Latina. A chama inovadora proposta pelo Concílio Vaticano II, fazia-se sentir, também, no norte de Minas. A Igreja Católica, deveria, a partir daquela ocasião, repensar as suas estratégias de ação.

Nesse sentido, as diretrizes pastorais foram elaboradas com base nas propostas do Concílio Vaticano II. A diocese de Montes Claros foi uma das primeiras a se organizar para planejar o projeto pastoral. As diretrizes foram elaboradas em

1967, encontrando obviamente, vários obstáculos na sua implantação nos anos seguintes.

É neste contexto que o bairro Alto São João, vê a sua capela se transformar em Igreja paroquial. A quarta paróquia da diocese, a paróquia São João Batista, se insere, também, no contexto das discussões que pretendem repensar o papel da Igreja Católica no norte de Minas.

5.4 Paróquia São Norberto

Outra paróquia que representa o lento deslocamento da Igreja para a periferia, é a paróquia São Norberto. Instituída em 1982, está situada no bairro Sagrada Família, região sul de Montes Claros. Administrada pelos padres norbertinos da “Ordem de São Norberto”. Está sob a direção do padre João Batista Lopes, que, desde a criação da mesma, administra ali, a vida religiosa.

A instituição dessas paróquias representa uma lenta e difícil tentativa de expansão paroquial estabelecida pela Igreja Católica em Montes Claros. Nota-se, a distância entre a criação da primeira paróquia até meados dos anos 1980, quando o deslocamento da Igreja se dá de fato, incentivada dentre outras coisas, pela expansão urbana que se dava naquele período.

Desde a instituição da primeira paróquia, em 1832, até a instituição da segunda paróquia, distam 118 anos. São mais de dez anos, para que surja a terceira paróquia e quase dez anos, até o surgimento das duas seguintes.

É importante observar, que, após a instituição da paróquia São Norberto, todas as demais paróquias surgirão num curto espaço de tempo. O que será um desafio para a Igreja Católica, já que o clero estava acostumado a lidar, bem mais, com os fiéis na área central da cidade. Agora, há um novo perfil de cristão, que, trazendo a sua experiência local, estará preocupado a partir de então, com os problemas existentes na cidade.

6. A Igreja a Caminho da Periferia

Nos primeiros séculos de povoação do norte de Minas, as grandes fazendas, quase sempre dispostas em torno de rios e córregos que cortam o sertão, atraíam um considerável fluxo populacional. Estes novos moradores, quase sempre eram pequenos fazendeiros e sitiantes, que em tempo de festas, se reuniam na capela de uma grande fazenda local, para ali, traduzir e reinventar a sua fé e os seus ritos. Ao se deslocarem para a cidade, sobretudo para a periferia, grande parte do contingente de pessoas, que aí se estabelece, traz para a cidade a experiência da devoção popular, com as rezas semanais nas capelas, a procissão em penitência por chuva, o benzimento contra o mau olhado e a espinhela caída. Ainda, a experiência da parteira que, também através das ervas, orienta e cuida para a concepção, o culto aos santos e a partilha da comida em dias de festas santas. Também, a farofa e a cachaça num dia de velório de um membro da comunidade, os contos e histórias medonhas narrados pelos avós. Estas e outras constituem histórias e práticas caracterizadas pela diversidade cultural, existente na formação da sociedade brasileira.

Para Beozzo, *“mesmo ao interior do que se costuma chamar de Igreja Católica Romana, é preciso estar atento a identidades próprias, herdadas do passado e não de todo abolidas”*. (2007, p.21). As palavras de Beozzo asseguram um olhar cuidadoso à história de vida desse novo morador da cidade, situado na periferia. Quando a Igreja para ali se desloca, seja representada pelo padre, por um leigo, ou através das orientações que a comunidade busca na Cúria Diocesana, o ambiente já estava caracterizado pelas suas devoções. Sobretudo, através do terço que era rezado quase que diariamente, passando de casa em casa, para onde se levava também, uma imagem de santo ou santa. Quase sempre uma imagem de Nossa Senhora com o terço e uma vela, como compromisso de fé entre os devotos e devotas rezadoras.

Este cenário da vida urbana é o resultado do que acontece com as muitas fazendas e sítios que pouco a pouco se transformam em vilas e bairros, principalmente, nos anos de 1960 e 1970 e mais acentuadamente, a partir dos anos 1980.

Os principais e mais antigos bairros como, Santos Reis, Cintra, Alto São João, Morrinhos, Santo Expedito, Vila Guilhermina, Lourdes e outros que circundavam a região central, asseguravam através de uma capela, o seu espaço de reuniões comunitárias, onde se celebrava a fé, por meio de rezas e culto ao santo ou santa, ali devocionados.

Percebe-se que quando da criação das paróquias, as comunidades já buscavam uma forma de caminharem sozinhas, pela experiência que acumulavam na sua prática devocional e, pelo próprio histórico do catolicismo popular vivenciado no sertão norte mineiro. Construíram seu espaço para orações comunitárias, geralmente, espaços precários e que não ofereciam nenhum conforto aos devotos. Esta é uma realidade da religiosidade popular sertaneja, que se encontra marcada por duas situações, que aqui consideramos. Primeiro: é uma realidade vivenciada quase sempre distante do olhar da Igreja, o que possibilita ao cristão a criação de seus códigos de convívio cultural religioso, sem o aparato institucional existente nas grandes cidades. Segundo: a organização da vida religiosa e a leitura do espaço de convívio social dão-se, muito mais de forma autônoma pela quase ausência e orientação do clero, que surge ali, apenas em épocas especiais, para celebrar batismos, casamentos e confessarem fiéis. A presença esporádica do clero, no sertão, causa o distanciamento e a falta de afinidade entre o cristão sertanejo e a figura do padre.

7. Religião e Urbanização: Igreja Católica no contexto dos incentivos da SUDENE em Monte Claros.

A cidade de Montes Claros assiste a um forte processo de urbanização a partir do fim dos anos 1970. Embora, constando dados migratórios (êxodo rural) convergindo para a área urbana, já no final dos anos 1960, considera-se que, esses dados não são tão significativos quanto aos que se obtém do final da década de 1970 em diante. Período, em que se dá, de forma mais significativa, o deslocamento da Igreja Católica para a periferia.

A urbanização, incentivada dentre outras, pela crescente industrialização, atraída pelos incentivos fiscais oferecidos pela Sudene, transforma consideravelmente, o ritmo de vida no sertão norte mineiro.

Nos anos 1960, fruto do processo de desenvolvimento brasileiro, a região, ao ser anexada à área de atuação da SUDENE, passa por estruturação de infra-estrutura de apoio ao capital, por modernização das fazendas, que se transformam em empresas, e por expansão das relações capitalistas de produção. Há um intenso êxodo rural, em decorrência das terras mercantilizáveis, e início do crescimento das cidades regionais, com migração da população rural expulsa do campo após perder, violentamente, as suas terras, e de trabalhadores qualificados para assumirem lugares nas indústrias que se instalaram em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas. (Costa, 2006, p.23).

Oliveira, ao analisar o desenvolvimento industrial em Montes Claros, salienta que, *as raízes da polarização de Montes Claros sobre a região devem ser buscadas num período anterior ao da industrialização desencadeada pela SUDENE, pois, quando ela se inicia, a cidade já se tornara o principal centro urbano. (2000, p.28).*

Embora, estando na posição de centro urbano convergente, carecia de infraestrutura que pudesse dar suporte a um possível e desejável desenvolvimento econômico e social à população, cuja transição campo/cidade se dá de forma gradativa a partir dos anos 1960, tendo acentuado consideravelmente na década de 1980. Examinando somente o deslocamento da população rural, para a área urbana de Montes Claros, Oliveira afirma que, *o processo de crescimento urbano continua acelerado, tendo iniciado já na década de sessenta, com 97,58% prosseguindo na década de setenta com 82,39%, enquanto no mesmo período a população rural se vê reduzida. (Oliveira, 2000, p.61).*

Percebe-se que, diante das possibilidades de ampliação do parque industrial da cidade, ocorre o inchaço urbano. Fator que, dificulta a melhoria das condições sociais de vida em função da desqualificação para o trabalho na indústria, e por esta, não comportar tamanho contingente que desloca para a cidade.

O que aqui tentamos demonstrar, é que a cidade de Montes Claros, tendo experimentado como outras, o processo de industrialização (tardia), sofre também, as dificuldades decorrentes, pois, segundo Braga:

Muitos se deslocam para a cidade, com seus sonhos e esperanças, à procura de uma oportunidade. Passam, no entanto, a engrossar a massa 'marginalizada' dos que vivem em condições sub-humanas nas favelas, nas invasões, nos alagados, nos loteamentos clandestinos, nos cortiços e nas modernas senzalas que florescem ao redor das construções civis. (2008, p.67).

Argumenta ainda, a autora, que o rompimento com o seu local de origem, além de causar insegurança, provoca também, forte transformação pelos vínculos sociais perdidos e pela necessidade de se reorganizar juntamente com pessoas que possuam outros referenciais culturais e religiosos. Questão que afeta sensivelmente a identidade do indivíduo. (Braga, 2008, p.67).

Na década de 1970, vê-se um acentuado índice de crescimento urbano. A década de 1980, conseqüentemente, acompanha o crescente movimento, além de conviver com as dificuldades do processo iniciado na década de 1960. Esta realidade traz como resultado o forte processo de periferização. Esta é a realidade enfrentada pela Igreja Católica. Muita gente morando em barracos de lona, desempregada, sem grandes perspectivas sociais. Mas, buscando reafirmar a sua fé, celebrar as suas crenças, no espaço constituído da religiosidade popular.

O discurso social da Igreja se constrói na direção dos problemas ali existentes, no sentido de levar os pobres e oprimidos à redenção, através da orientação espiritual.

É neste contexto, que se dá o deslocamento da Igreja Católica para a periferia. Consideramos que, o relativo deslocamento dos anos 1960, com a criação de três paróquias – São Sebastião, Nossa Senhora da Consolação e São João Batista, representa um deslocamento muito tímido e seguido por um longo intervalo que começara a ser preenchido no fim dos anos 1980, sobretudo com a Diocese sendo administrada pelo bispo Dom Geraldo Magela de Castro¹¹.

¹¹ Dom Geraldo Magela de Castro foi o 6º bispo a assumir a diocese de Montes Claros em 1988. Padre da Ordem Premonstratense, Dom Geraldo ao assumir a diocese impulsionou o deslocamento da Igreja no meio urbano provocando forte discussão sobre o papel da mesma diante da realidade existente. Ampliou o diálogo com a periferia, coordenou a reestruturação das antigas e incentivou a criação de novas paróquias. A Igreja em Montes Claros, passou a vivenciar um novo momento a partir do governo eclesial de Dom Geraldo. Muitos o consideram um “divisor de águas” na diocese de Montes Claros.

8. A Igreja Católica e o Novo Cenário Urbano

No início dos anos 1980, o governo federal, em consonância com os estados e municípios, possibilitou investimentos, no campo social, nas cidades de porte médio. Um dos objetivos do mesmo, seria a retenção da população interiorana que, naquela ocasião, migrava para as grandes cidades, provocando o inchaço das metrópoles. Conseqüentemente, as defasagens do modo de vida das médias cidades, tendiam ser “resolvidas”. Tais defasagens denunciavam, por outro lado, o grave problema do êxodo rural, que se dava também, na direção das médias cidades. Estas, sem infraestrutura definida para receber tamanho contingente populacional, crescem desordenadamente, ampliando a pobreza e a miséria já existentes.

Levados a se deslocarem para a zona urbana, entre outras, em função das condições precárias e ausência de perspectivas, pequenos sitiantes e camponeses, tentam encontrar na cidade, o refúgio essencial à sua sobrevivência e bem estar. Atraídos, também, pelas possibilidades de trabalho oferecidas, em função do acentuado ritmo de industrialização, estabelecem-se na periferia. Muitos destes desfazem das suas terras, para ali, na periferia, reorganizarem sua vida, depois de adquirir um lote e construir uma casa, quase sempre em condições precárias, para abrigar a sua família, geralmente numerosa.

A periferia, composta pelos novos bairros, vai abrigar também, inúmeras famílias que, embora vivendo na cidade, fogem dos altos custos dos aluguéis. Além, do que, são atraídas para uma nova região, pela oferta de lotes a baixo custo e ajuda material na construção de suas casas.

Conforme Caldeira, os problemas decorrentes do crescimento das periferias e da manutenção de vazios urbanos para fins especulativos, é uma questão grave, na medida em que:

A expansão da cidade feita com base nesse processo segregador, do ponto de vista social, e caótico, do ponto de vista urbano, teve como resultado a criação de um espaço claramente diferenciado e a exacerbação das marcas sociais. Atualmente esse padrão está consolidado e o próprio poder público tem de reconhecer os seus efeitos e se preocupar com eles. (Caldeira, 1984, p.23)

A administração municipal estende as suas promessas de desenvolvimento e urbanização. Fator que, eleva a crença da população em possibilidades de melhoria das suas condições de vida. Somente *na virada de 1982 para 1983, foram aprovados cerca de 30 trinta loteamentos com mais ou menos 15.000 lotes* (Ferreira, 2002, p.109). Além, dos bairros que circundavam a área central, existiam ainda, as vilas, situadas nos arredores e as pequenas favelas, em alguns pontos da cidade. Também, de municípios vizinhos, deslocava-se considerável número de famílias, muitas das quais compunham o contingente de excluídos que tentaria reorganizar a sua vida na cidade, a partir de então.

Este é o novo cenário urbano, marcado pela inversão populacional, ou seja, de 31% do total que habitava a cidade em 1960, eleva-se a 75% o contingente urbano em 1970, chegando a atingir quase 90% em 1980.

Crescimento da população de Montes Claros - MG.

DISCRIMINAÇÃO	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%
População Rural	51.365	72	90.837	69	29.600	25	22.095	12

Fonte: BRAGA, 2008, p.60.

9. Êxodo Católico: a Igreja chegando à periferia

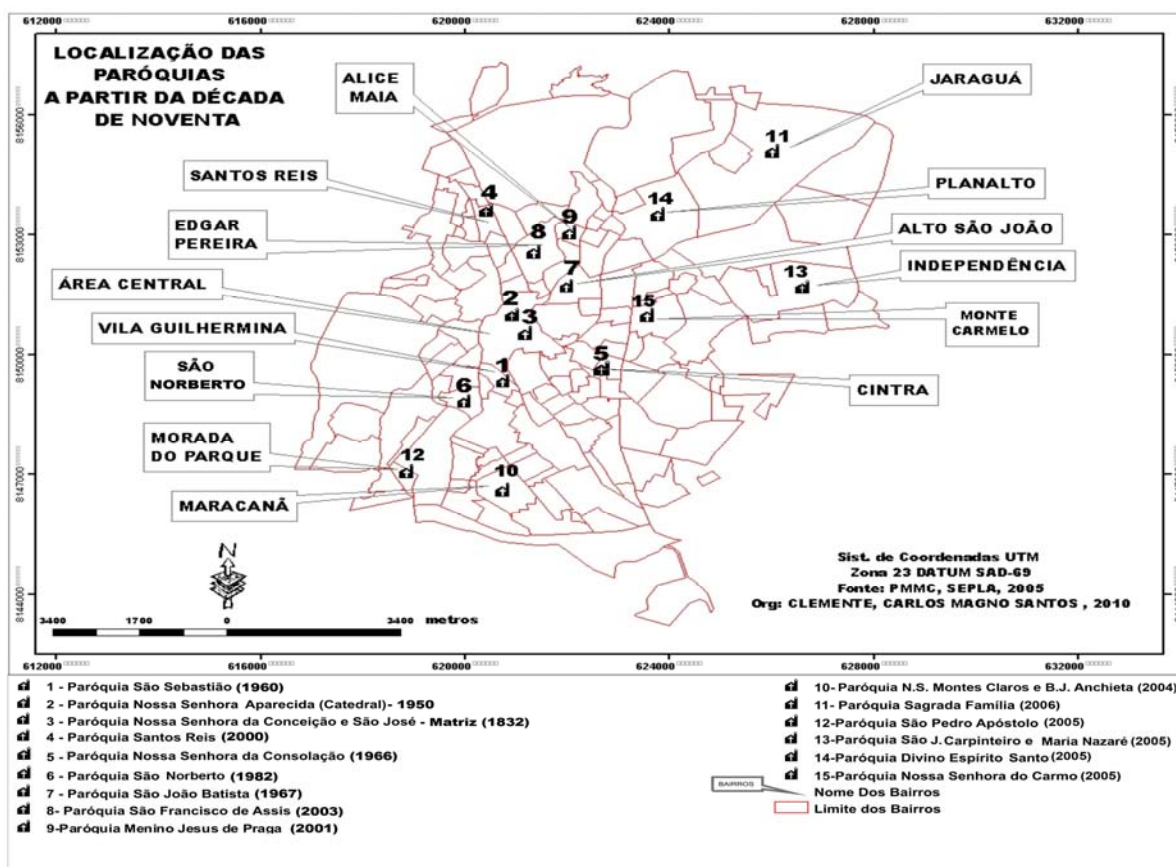
Na década de 1980, cerca de 80% da população urbana, habita os bairros da cidade. Em muitos deles, a população já tenta se organizar em associações, buscando reivindicar junto as autoridade políticas, a implantação de melhorias que possam suprir as necessidades básicas, até então, ausentes.

Diante da nova realidade existente, o poder público municipal enfatiza a *necessidade de organização das associações de bairros, assim como reuniões com os setores populares ligados ao movimento estudantil e grupos religiosos* (Ferreira, 2002, p.48). Nesse sentido, propõe-se a descentralização política. Já não fazia mais

sentido, uma atuação que se desse, apenas, voltada para o centro da cidade. Era preciso buscar a direção da periferia, porque a nova configuração urbana exigia que assim o fosse.

A Igreja Católica que, como o poder público, até então, se voltara para o centro, começa a reavaliar as suas ações e os seus projetos, visando aproximar-se da periferia, uma vez que, discurso e prática, parecem querer andar juntos, nas novas propostas de ação da Igreja, a partir de meados dos anos 1980. Agora, a Igreja sente a necessidade de por em prática, aquilo que até então, só existia enquanto planejamento. Percebe-se a necessidade de deslocar-se do centro para a periferia.

Mapa 4: Comunidades paroquiais após a década de 1990



Fonte: Laboratório de Geociências: Unimontes, 2010.

As associações constituídas nestas comunidades, logo começaram a se confundir com grupos religiosos, talvez, pelo caráter dos apelos sociais reivindicados pelos mesmos. *A maior parte dos abaixo-assinados apela sempre para o sentimento*

cristão. (Ferreira, 202, p.30). Possivelmente, uma estratégia para tentar comover as autoridades, na busca de soluções para os vários problemas existentes. As associações de bairro, geralmente conseguem, seja através de subvenções municipais ou através de mutirões, construir um salão para as suas constantes reuniões comunitárias.

Por antecederem, quase sempre à Igreja, as sedes das associações muitas vezes, são cedidas aos grupos religiosos em formação, para que ali, possam fazer suas reuniões semanais, e rezar o terço.

As comunidades em formação na periferia revelam a experiência que possuem com a prática do catolicismo. Experiência marcante na vida desses “novos moradores” urbanos que, na periferia, buscam a partir de suas próprias experiências, darem funcionalidade ao seu cotidiano, estreitando os laços com os novos vizinhos, reconstruindo a sua identidade, numa lógica que seja a de sentir-se útil e importante, diante das necessidades de melhorias na comunidade. (Caldeira, 1984, p.).

10. A Reinvenção da fé na Periferia: a experiência do bairro Monte Carmelo.

Neste item, nos ocuparemos em falar da experiência do bairro Monte Carmelo. A pergunta que surge é: por que esta escolha? Um bairro que emerge no contexto do crescimento urbano de Montes Claros e que, nas duas últimas décadas -1980 e 1990 – sofre as transformações decorrentes do período, não só na esfera política e social, mas também, no campo religioso. A experiência das CEB's e a paroquialização determinada pela diocese, a luta para construir o templo religioso na comunidade e criação do conselho comunitário, são alguns dos momentos vivenciados pela comunidade nas décadas citadas. Por ter acompanhado mais proximamente essas transformações é que fizemos esta escolha.

Aqui há um redirecionamento das nossas ações, provocadas pelas novidades que o campo nos apresenta. Tínhamos à disposição, atas e relatórios dos primeiros passos dados pela comunidade quanto às suas práticas religiosas. Porém, o falecimento de uma líder da comunidade (em 2009) nos privou do acesso a estas fontes, porque documentos históricos em mãos de particulares tornam-se objeto íntimo e, portanto, de limitado acesso.

Outras atas e documentos diversos guardados em convento carmelita na Bahia, por acreditar que ali estariam mais seguros, foram queimados como papéis velhos, coincidentemente em 2009, período em que nos organizamos para acessá-los. Contudo, apesar da ausência dessas fontes que considerávamos essenciais nesta pesquisa, não abrimos mão de contar a história da experiência de homens e mulheres que se organizaram religiosa, comunitária e paroquialmente. O que lemos, ouvimos e vivenciamos associados á ainda que escassa documentação, também é reveladora da trajetória dessa comunidade.

No final da década de 1970, instala-se no bairro Monte Carmelo, o convento das Irmãs Carmelitas. Mesmo período em que, o bairro começa a vivenciar a experiência da expansão com a chegada dos “novos moradores”. Poucas famílias moravam ali nos primeiros anos da década de 1980. Eram poucas as ruas que davam acesso ao bairro. O forte processo de urbanização acentuou a chegada de muitas famílias que, ao se instalarem ali, se organizaram para formar uma associação para ter a condição de reivindicar melhorias para o bairro.

Moradores mais antigos, buscando orientação no Convento Carmelita, iniciaram reuniões para rezar o terço nas casas durante a semana. Todos os dias rezavam-se o terço. Desse grupo de rezadoras, surge a confraria Nossa Senhora do Carmo, primeiro grupo religioso da comunidade, fundado por mulheres rezadeiras, orientadas pela Irmã Letícia, Madre do Convento Carmelita, que, mesmo em clausura orientava e acompanhava aos confrades quanto à maneira de enfrentar a difícil realidade social na comunidade.

Como símbolo da devoção, é doada para a comunidade, a imagem de Nossa Senhora do Carmo, que segundo orientação, deveria ficar por um período de três dias na casa de cada família que se dispusesse a rezar o terço semanalmente, com a Confraria. Um cofre acompanhava a imagem de Nossa Senhora do Carmo. O mesmo era levado semanalmente ao Carmelo, onde deveria ser aberto pela orientadora espiritual da Confraria.

A comunidade do Monte Carmelo, possui como poucas, uma especificidade: a presença de uma Ordem religiosa, tão próxima, para sugerir as orientações a serem seguidas pela comunidade. A Confraria, começava a dar impulso a uma nova realidade, ao incluir como pauta nas suas reuniões, os problemas da comunidade. Além, das orações, discutiam-se as questões sociais.

Procurava-se ali, encontrar alternativas para solucionar os grandes e pequenos problemas que pudessem afetar a conduta moral das famílias daquela comunidade.

As primeiras reuniões aconteciam no salão, recém construído, da associação comunitária. Posteriormente, as reuniões do grupo passam a acontecer numa sala do Ginásio Poliesportivo, recém construído naquele bairro. Local, onde se celebrava, também, o culto semanal. Leigos das comunidades vizinhas se deslocavam para a comunidade do monte Carmelo, para ajudar na orientação da caminhada da comunidade.

Acontecia tudo no ginásio. Celebrações, terço, reuniões. Depois da doação do terreno, a festa de Nossa Senhora do Carmo passa a ser no terreno doado pelo prefeito, Luiz Tadeu Leite¹² que, empresta uma lona de circo para a comunidade fazer ali, a festa e as primeiras celebrações.

Não tardaria muito, e as primeiras missas começariam a ser celebradas pelo padre Antônio Carlos, nas salas do Ginásio Poliesportivo. A imagem de Nossa Senhora do Carmo, era levada pelos membros da Confraria, que se encarregavam de arrumar o ambiente. Mesa forrada com toalha branca, flores, velas e bíblia. O ambiente estava preparado para receber o padre, que posteriormente passa a celebrar missas quase que semanalmente. O dia de missa era muito especial para a comunidade. Ao longo da semana, divulgava-se em todo o bairro. As famílias eram convidadas a participar. A equipe de liturgia ensaiava os cânticos para a celebração. Outra equipe ficava responsável pela arrumação do ambiente, outra preparava a acolhida.

A Diocese inicia os seus primeiros contatos com a periferia, buscando ampliar a sua área de atuação, para se fazer presente no meio do povo.

Embora buscando uma assistência da Diocese, a boa relação que a comunidade acostumara a ter com as irmãs Carmelitas, impedia as pessoas, em certa medida, de se sentir à vontade com a presença de um padre. Muitos estranhavam a presença do padre, pois, havia o receio de se distanciarem das orientações carmelitas. Assim, levou algum tempo para que a comunidade se acostumassem, de fato, com a presença da Igreja ali, através de um padre.

¹² Luiz Tadeu Leite exerceu o mandato de prefeito de Montes Claros de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996. Político muito popular, sempre procurou manter estreita relação com a periferia. É durante a sua administração que Montes Claros nos anos 80, começa a sofrer de forma mais acentuada, considerável crescimento urbano.

Foto 8: Capela de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Denílson Meireles Barbosa (2010)

A partir da Confraria, a comunidade acompanha o surgimento de outros grupos, mesmo sem ter um local adequado para reunirem-se. Equipes do dízimo, batismo, catequese, crisma, grupos de jovens, entre outros, são grupos que passarão a dividir o espaço com a Confraria de Nossa Senhora do Carmo, com preocupações que se aproximavam daquelas da associação comunitária. Os relatos reproduzidos em cartilhas pela diocese revelam a experiência de várias comunidades que, assim como a comunidade do Monte Carmelo, se organizaram no contexto de expansão da Igreja Católica na cidade.

Há dez anos acontecia o anúncio da palavra de Deus na primeira novena do natal de uma comunidade que nascia com 5 famílias num bairro pobre de Montes Claros. Durante todo esse tempo as cinco famílias nunca deixaram de fazer as reuniões, (...), olhando os problemas que tinham. O bairro foi crescendo e os problemas também. Os Grupos foram descobrindo à luz da Bíblia que precisavam de água, lotação, luz etc. E pouco a pouco, com muita luta, foram conseguindo tudo isso. Também foram crescendo na fé. Hoje têm 4 grupos de reflexão, equipe de catequese, de batismo e de liturgia. Todos se reúnem aos domingos para celebrar juntos a fé

e a vida. E uma vez por mês o padre vai para celebrar a eucaristia com eles. (Diocese de Montes Claros, 1989, p.29).

Torna-se difícil tarefa, identificar as diferentes atribuições, da associação comunitária em relação à Confraria e os demais grupos daí originados. O discurso de líderes e coordenadores parece guiar-se na mesma direção do discurso da associação, ou seja, lutar juntos, pelas melhorias sociais da comunidade para reduzir a precariedade do bairro.

Nesse sentido, representantes da comunidade, buscavam uma aproximação com o poder público, para encaminhamento de reivindicações referentes a serviços de infraestrutura urbana, em geral sob a forma de abaixo-assinados, para conseguirem as melhorias almejadas. (Caldeira, 1984.p.49). Pensou-se também, na possibilidade, de conseguir um terreno para construção de um templo religioso que fosse capaz de abrigar os diversos grupos existentes e, onde se pudessem fazer as celebrações comunitárias, mais constantemente, em horários diversos e mais definidos, além de assegurar maior conforto a todos.

Não demoraria muito e as várias tentativas e o esforço da comunidade, começaram a tornar possível, a construção de um templo religioso na comunidade. Depois de reunião com o então prefeito municipal, Luiz Tadeu Leite, consegue a doação de um terreno para a construção do tão desejado templo.

11. De Capela à Igreja: reconstruindo a identidade

Com a aquisição de um terreno, as reuniões e celebrações que eram feitas na sede da associação comunitária ou às vezes numa sala do ginásio poliesportivo, se deslocam para o centro do bairro, pois, logo se dá a construção de uma capela, coberta de palhas. Momento, em que acontece também, o lançamento da pedra fundamental da igreja, com missa celebrada pelo padre Antônio Carlos no ano de 1986.

Com a construção da pequena capela de palha, em meados da década de 1980, a comunidade se organiza a partir daí, para conseguir realizar a construção do templo. Várias foram as reuniões, as promoções realizadas em favor da construção. Institui-se neste contexto, a festa de Nossa Senhora do Carmo, celebrada no dia 16

de junho. Este é um momento importante para a comunidade, na medida em que, possibilita o fortalecimento dos laços de afetividade, além de intensificar por uma semana, as suas práticas devocionais com a reza do terço, novena, procissões, matinas, adoração, vigília e a missa, o ponto culminante de cada dia da novena.

A primeira festa de Nossa Senhora do Carmo, foi realizada embaixo de uma lona de circo, doada pelo prefeito Luiz Tadeu Leite, depois de ter doado o terreno para a construção da Igreja.

A semana de celebrações, que culmina no dia 16 de junho, torna-se um marco para a comunidade do Monte Carmelo, pela influência que exerce no calendário religioso da mesma. O calendário da comunidade é observado a partir da festa de Nossa Senhora do Carmo. Ao fim de cada festa, começa-se a planejar a festa do ano seguinte. As barraquinhas com comidas típicas regionais, bingo e leilão, são elementos inseridos na festa, como possibilidade de arrecadação de algum dinheiro para custear as despesas de construção da igreja, que se iniciou no final da década de 1980.

Foto 9: Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Denílson Meireles Barbosa (2010)

Percebe-se aqui, uma comunidade que tenta se organizar num novo espaço, onde os novos moradores trazem a sua experiência de vida cultural

religiosa, se unem para discutir os problemas comuns da periferia, e buscam juntos, soluções para amenizar as dificuldades. A religião, para a comunidade, parece ser o caminho essencial nesta busca. Pois, para o espaço religioso convergem muitos daqueles que se sentem, de uma forma ou de outra, incomodados com a realidade que os submetem. O espaço religioso tende a ser apresentado como aquele, através do qual, a comunidade irá conseguir resolver todos os seus problemas.

O fortalecimento dos laços de afetividade é um ponto forte da religiosidade popular vivenciada nas comunidades. Numa lógica que é própria da comunidade com os seus desafios e as suas necessidades de tecer laços e vivenciar os conflitos, estrutura-se um conjunto de ações que servirão de base para a constituição paroquial.

Sendo que só lentamente, é que a Igreja Católica se aproxima da periferia, quando as discussões em nível paroquial se fazem presente, a comunidade já conseguira dar sentido a vivencia da sua fé, formando principalmente, grupos de rezadeiras, a partir do qual, surgirão outros grupos que irão compor o universo religioso no cotidiano da periferia. A experiência anterior dos novos moradores é um fator que facilita a sua reorganização num curto espaço de tempo, para cumprir e celebrar os ritos do calendário cristão, ampliar e traduzir os seus elementos, na medida em que, organizam para a própria comunidade, um calendário de ritos e devoções que, só fará sentido ali.

É neste contexto, que a paróquia se instala, dialogando com os diversos grupos que passam a ser chamados de pastorais e onde o padre exerce a função de orientador espiritual e conselheiro dos projetos e realizações da comunidade, sendo, portanto, um mediador entre povo e Igreja.

CAPÍTULO III

A PAROQUIALIZAÇÃO DA PERIFERIA

Na construção do capítulo 3, abordaremos o processo de paroquialização no meio urbano, fator que acontece de forma mais acentuada, a partir de meados dos anos 1980. Período em que as diretrizes pastorais de 1967, 1983, 1990 e 1994, são revistas no sentido de se estabelecer novas práticas, para atuar na periferia da cidade. Abordaremos, também, o tardio e curto período em que se deu a efervescência das CEBs, na cidade e conseqüentemente, o resultado da relação entre CEBs e paróquia.

1. Proposta e Prática: as diretrizes pastorais

A história da Igreja Católica em Montes Claros, é marcada por longos intervalos e distintos momentos, como vimos nos capítulos anteriores. O primeiro Bispo diocesano D. João Antônio Pimenta impôs o seu ritmo à Igreja montesclarenses, valendo-se do fervor da novidade – a criação da Diocese - no início do século XX, auxiliado pela disposição dos padres premonstratenses, que apesar das especificidades regionais, deram considerável impulso na estruturação da Diocese na cidade.

Essa forte presença de estrangeiros não só na região, mas em todo o país, se explica pelo interesse que o Vaticano passou a ter pelo rebanho católico latino-americano a partir do final do século XIX, momento a partir do qual um amplo conjunto de ações passou a ser desenvolvido naquilo que ficou conhecido como romanização do catolicismo, (...). Dentre essas ações estavam a criação de dioceses e respectivos seminários, a criação de internatos religiosos para a formação de professoras, a ampliação do trabalho missionário e catequético e a criação de entidades religiosas leigas para difundir as novas orientações religiosas. (Valdir, 2005, p.60).

Devemos considerar que tais questões acontecem no contexto do projeto de Romanização. Período, onde a Igreja se propõe (re-)surgir como tal, pelo

rompimento político em relação ao Estado a partir da instalação da República em 1889. Há um novo projeto de expansão a ser conduzido, e a Igreja de Montes Claros, vivencia de forma intensa esse projeto de expansão. Pois, *"Para sobreviver sem o apoio do Estado era indispensável ao aparelho religioso reestruturar-se, restabelecendo a articulação entre o aparelho eclesiástico e as grandes massas."* (Oliveira, 1985, p. 275).

Vivia-se, portanto, um período de grandes expectativas pelas possibilidades de reestruturação, da Igreja Católica a partir das Dioceses. Assim, assegurar a unidade do clero e ampliar a fiscalização das paróquias, através das visitas pastorais, era algumas das atitudes, que deveriam ser tomadas pelos Bispos, para garantir a proposta reformista no Brasil. Ao clero, era importante a realização de atividades que também caracterizassem tal proposta. Dentre elas:

Dar mais solenidade á primeira comunhão; visitar escolas e oferecer influência sobre os professores; visitar os doentes e os hospitais, fundar e dirigir Conferências Vicentinas; difundir a boa imprensa católica; organizar associações de bons católicos para a manutenção do culto e fundar e dirigir associações e obras pias 'totalmente católicas...' (Oliveira, 1985, P. 281).

O crescimento da Igreja Católica, neste período, segundo Pedro A.R. de Oliveira, dentre outros fatores, deu-se pelo fato, de a Igreja desenvolver uma função social.

A criação da Diocese de Montes Claros, figura assim, o contexto de expansão e reestruturação da Igreja Católica, que amplia o número de Dioceses de 11 existentes em 1889, para 88 em 1930, transformando *"numa formidável organização com controle sobre suas bases leigas e capaz até de fazer demonstrações de força ao estado"*. (Oliveira. 1985, P.293)

No mesmo período, a pastoral coletiva de 1915, estabelecia um conjunto de propostas, a serem adotadas pelas Dioceses como guia norteador, das funções eclesiásticas pelo menos até a década de 1960.

Pelas intensas discussões, e elaboração coletiva do Bispado (brasileiro):

A Igreja do Brasil se entregava com afã à obra de sua reconstrução, traçando as sábias orientações pastorais contidas naquele monumento imperecível, que foi a pastoral coletiva de 1915. D. João,

no entusiasmo com que se entregou à organização da Diocese, é bem a imagem da renovação que transformaria a Igreja no Brasil. (Diocese de Montes Claros, 2000, p. 23).

É nas primeiras décadas do século XX, sob as orientações do projeto de Romanização da Igreja Católica, que a cidade de Montes Claros assiste o forte movimento de reestruturação e organização da Diocese. O projeto de desenvolvimento da Igreja, legado do primeiro bispo, D.João Antônio Pimenta, embora, considerável pela relevância de suas realizações, parece não ter continuidade nas décadas seguintes. O rápido e intenso crescimento urbano, não foi acompanhado pela Igreja, que ficou estagnada, sobretudo, á partir da década de 1930, por não estar pronta para sustentar a expansão pretendida.

2. O Concilio Vaticano II e as Diretrizes Pastorais de 1967

O Concílio Vaticano II, apesar de abrir espaços para uma colegialidade no governo da diocese (bispo, conselho de presbíteros, assembléias diocesanas, etc.), mantém o caráter centralizador do múnus episcopal e, portanto, da necessária obediência dos fiéis ao ordinário local.

(Andrade, In: Manoel, 2007, p.180).

Após, um longo período de estagnação da Igreja Católica em Montes Claros, os anos 60 impõem um novo cenário. Os rumos da Igreja, em toda América Latina ganhara novo impulso, sobretudo, a partir do Concilio Vaticano II.

Assim, como as demais, a Diocese de Montes Claros começa a se organizar na fase pós-conciliar (1967), seguindo as propostas do Concilio Vaticano II. O objetivo era organizar as Diretrizes Pastorais indicando as ações da Igreja, a partir desta nova fase a ser vivenciada. Os anos 60 marcaram o fim de um período de estagnação da Igreja Católica, em Montes Claros. A Igreja, não conseguira acompanhar o desenvolvimento da cidade, com suas práticas de evangelização tradicionais.

Já se configurava em Montes Claros uma pequena burguesia composta de funcionários, médicos, profissionais liberais, ricos comerciantes, que na sua maioria não praticava mais religião. A estes veio juntar-se elementos recém-formados nos grandes centros, atraídos pelo progresso da cidade. (Diocese de Montes Claros, 2000. P. 24).

O Concílio Vaticano II, propõe um modelo de Igreja que seja renovada internamente, que saiba dialogar com o mundo (externo) contemporâneo, e os seus dilemas.

Beozzo destaca os desafios postos pelo Concílio Vaticano II, apresentando-o como um divisor de águas para a Igreja Católica, na medida em que busca uma identidade renovada "*mergulhando todo o episcopado em um amplo debate, revisão e aprofundamento das estruturas internas*". (2005, p.51).

Para Alvimar Souza, a Igreja reconhecia o rápido processo de desenvolvimento e as questões postas por ele, ao mesmo tempo em que percebia as suas limitações em lidar com a nova realidade. A Diocese de Montes Claros buscava assimilar as proposições conciliares através das Diretrizes Pastorais estabelecidas pelo clero.

O concílio chega ao sertão com a presença de D.José Alves Trindade. O mesmo expressava nas diretrizes pastorais de Montes Claros 1967-1970 que o Concílio Vaticano II havia projetado na Igreja luzes novas que orientaria a caminhada pastoral da renovação da Igreja montesclarensense. (Alvimar Souza, 2007, p.107).

As 38 diretrizes pastorais deveriam, portanto ser consideradas a partir do Concílio Vaticano II, e conseqüentemente "*em uma diocese com particularidades que necessitam de uma atenção pastoral diferenciada*". (Alvimar Souza, 2007, p.108).

Na mesma década, o desenvolvimento econômico, que começou a dinamizar a cidade nos seus vários aspectos: cultural, social, dentre outros, colocou à Igreja, o desafio da descentralização.

As alianças estabelecidas com a elite, já ganhavam nova configuração pelo afluxo populacional mais diverso, e que provocava a reconfiguração do espaço urbano. Um lento, mas contínuo crescimento urbano, trazia consigo os traços da disparidade social, e econômica comum nos centros urbanos.

Este contexto exige do clero uma nova postura. As realizações da Igreja eram somente em termos estruturais - formar padres, construir seminários, aumentar

freguesias, dentre outras. Não havia uma resposta, que fosse direcionada ao povo. Questão que revelava as limitações da Igreja Católica ao lidar com a nova realidade urbana. *“A Igreja parecia desligar-se do povo, e se obtinha o respeito das elites dirigentes, não os convertia”*. (Diretrizes Pastorais, 1967, p.15). Embora reconhecendo, que *“a zona urbana é formada por bairros pobres e que, com a acentuada transição para a industrialização”*, existe *“grande parte da população marginalizada.”* (Diretrizes Pastorais. 1967 p.26).

Em plena fase, pós-conciliar, a Igreja não consegue dialogar no espaço do povo marginalizado. Assim, as diretrizes de ação pastoral não representam na prática, um avanço para a Diocese. As ações propostas, não atingem diretamente a população.

Ainda, que o documento faça referência aos leigos em vários momentos, há que se destacar primeiro: uma Igreja, que dialogava com meio rural, agora diante da nova realidade urbana se vê limitada no discurso, e conseqüentemente nas suas ações. Portanto, não consegue dialogar com os problemas urbanos. Segundo: O limitado número de leigos que participaram (ou tentaram participar mais diretamente) das discussões catequéticas situava-se em torno da relação Igreja e elite.

Parte do clero, não via com bons olhos a inserção do leigo nas ações da Igreja, em Montes Claros. Atitude que demonstra as limitações do clero, diante da nova realidade urbana.

3. As Assembléias Diocesanas e a Tentativa de Revitalização

As diretrizes pastorais, elaboradas no final dos anos 60, representam uma tentativa de dar mobilidade e dinâmica á Diocese de Montes Claros. Os vários pontos identificados (no sentido de repensar as ações da Igreja) representam as disparidades entre o desenvolvimento sócio-econômico do município, agora mais dinâmico em função dos novos grupos como profissionais liberais, empresários e o vasto contingente de novos moradores que passam a habitar a periferia.

Esta dinâmica populacional, resultado *“do processo de industrialização que se estruturou”* (Sposito, 2007, p.09) em Montes Claros, impõe novos papeis ás instituições ali estabelecidas. Porém, para reafirmá-lo é necessário estabelecer um

diálogo, a partir das novas demandas. Neste caso, as questões de ordem sócio-econômicas são fatores, que passam a orientar e exigir das instituições, sobretudo, a Igreja Católica, uma nova postura quanto á sua atuação.

As cidades médias passaram por substanciais transformações em face da implantação de novos serviços de informação, de comunicação, de transporte, de educação e turismo. (Sposito. 2007, p. 19).

A realidade, aqui descrita, reflete os novos papéis dos agentes preocupados com a continuidade, do seu exercício de poder atribuído no espaço urbano.

Fazendo a memória da atuação católica em Montes Claros na fase pós-conciliar, os jornais diocesanos observam que:

Depois de muito estudo, a comissão resolveu iniciar o processo de planejamento por Montes Claros, sede da Diocese, para atender a realidade; características sociais próprias, falta de recursos humanos, materiais técnicos para um trabalho de maior amplitude, grande extensão territorial e difícil acesso ás comunidades. (Jornal Clarão do Norte, 2008, p. 07).

Como se percebe, o desafio da Igreja Católica é aproximar-se das classes menos favorecidas, mesmo diante de suas tão reclamadas limitações materiais, além, do reduzido número de padres e agentes pastorais.

4. A Segunda Assembléia Diocesana -1981- 1983

A segunda Assembléia Diocesana de Pastoral, que ocorreu no início da década de 1980, revela os passos dados pela Diocese montesclarenses, por aquilo que propõe diante da nova realidade social, além da eclosão *“de um novo contexto político, que contribuiu para dar novas formas e orientações á atual Igreja”*. (Krischke & Mainwaring, 1986, p.07).

Ao longo da década anterior (1970), no grande fluxo migratório em direção á cidade, no que se refere ao êxodo rural, há um contingente considerável de cristãos formados nos programas desenvolvidos pela Diocese em períodos

anteriores. Pelo menos, até a década de 60 e meados de 70 a Igreja tinha os seus projetos, voltados para as povoações, que margeavam a área urbana de Montes Claros. A cidade, caracterizava-se pela pequena população urbana, em detrimento da maioria da população rural, que pouco a pouco, toma os rumos da cidade em busca de melhores condições de vida.

Assim sendo, a inquietação da Igreja diante do problema dos pobres tem raízes no esforço de se manter como instituição poderosa, face a um mundo em transformação, onde as forças políticas vão sendo redefinidas e as perspectivas de futuro parecem se configurar por outros caminhos (...) Essa Igreja que surge renovada reporta-se a transformações decorrentes do Concílio Vaticano II, cujo objetivo envolveu uma preocupação em redefinir a posição da Igreja no mundo. (Macedo, 1986, p.46.).

Como se vê nessa perspectiva o período não é só de transição política, que acaba por influenciar as ações da Igreja. Outros fatores, caracterizadores das especificidades regionais, também devem ser levados em conta diante do contexto vivenciado no território brasileiro.

Em termos mais amplos, conforme Mainwaring:

A democratização levou a certo estreitamento do papel político da Igreja, mas nem tudo caminhava nesse sentido. O crescente compromisso da Igreja com os princípios religiosos progressistas durante o período de 1974-1983 demonstrava que suas posições em relação ao regime não eram simplesmente uma reação imediata a uma sensação de ameaça, mas, sim, que sua concepção da própria missão se modificara durante os anos de governo autoritário. A maioria dos moderados acredita que a Igreja deveria se posicionar sobre assuntos sociais e assumir uma opção preferencial pelos pobres. Há um consenso entre os bispos de que a Igreja deveria clamar pela justiça social e por um sistema mais aberto de maior participação e igualdade. (1989, p.269).

As disputas internas era realidade constante entre o clero, que se dividia segundo aquilo, que defendia quanto aos rumos da Igreja no Brasil.

Regionalmente, pode-se perceber pelo conteúdo do novo planejamento de pastoral, a forte presença das propostas do Concílio Vaticano II. A tomada de consciência, quanto à realidade social, também, coloca a Igreja de Montes Claros, diante da possibilidade de ampliar o diálogo com as camadas menos favorecidas, na

extensão do seu território. *O planejamento pastoral via realização de assembleias diocesanas, torna-se uma rotina na Igreja do Brasil, assim como a busca de estabelecer outros espaços de comunhão e participação (assembleias e conselhos paroquiais etc.).* (Andrade; In: Manoel, 2007, p. 173).

Embora, apresente relativa descentralização em meados da década de 1980, observa-se a característica hierárquica da instituição, quando ainda na parte introdutória do documento de pastoral, destaca que:

A Igreja se orienta universalmente pelo Concílio Vaticano II, continentalmente pelo CELAM, nacionalmente pelo CNBB e regionalmente pelo Leste II. São instancias de organização para atender mais eficazmente as Igrejas diocesanas, que vivem em distantes e difíceis regiões. (Planejamento Diocesano de Pastoral, 1981-83, p.01).

Há um esforço da Igreja Católica em Montes Claros, em dialogar com a realidade das comunidades na periferia, a partir da década de 1980. Diálogo, que amplia consideravelmente, na década seguinte.

Fica claro, pelas propostas de ação e deslocamento da Igreja, que a sua inserção nos meios populares, é que forneceria as bases para formular um projeto que fosse adequado á realidade existente. Somente o contato direto, com as comunidades de base na periferia, é que daria as condições que a Igreja precisava para se reestruturar, na medida, em que se sentia na obrigação de atingir o novo contingente populacional urbano, que se deslocava para a cidade.

Para tanto, estabelece o documento:

Estamos em uma fase preliminar. Posteriormente a partir da nossa caminhada, do nosso amadurecimento; a partir das experiências dos nossos planos de ações nas bases iremos ganhando um realismo histórico, iremos formulando um projeto histórico realisticamente situado no nosso tempo e no nosso lugar, aí então surgirá quase como uma exigência um plano diocesano de pastoral. (Planejamento Diocesano de Pastoral, 1981-83, p.15).

A citação anterior é grandemente reveladora da realidade da Igreja em Montes Claros, quanto á sua atuação, historicamente centrista, ao longo das

décadas, que se passaram e da ausência enquanto instituição, de um projeto de atuação, que contemplasse as camadas populares, habitantes da periferia. Os empreendimentos das bases tendem agora, a partir da década de 80, ser assessorados pela Diocese através do revigoramento das suas células paroquiais.

Em muitos casos nós teremos de reformular, recriar as forças pastorais existentes. No mais das vezes, entretanto, deveremos, como primeiro passo, despertar forças emergentes e começar a organizar uma pequena equipe para um trabalho novo de pastoral. (Planejamento Diocesano de Pastoral. 1981-1983 p.23).

O clero católico montesclarensense, reconhece a dimensão da realidade existente. Era preciso sair do longo período de estagnação, a que estava relegada a Diocese, no meio urbano.

O Concílio Vaticano II, suscita um revigoramento, que na prática não acontece, quando se refere à Igreja Católica em Montes Claros. *"A Igreja não tem um plano em ação"*. (Planejamento Diocesano de Pastoral, 1981-83, p.24). O lento movimento de descentralização da Diocese, ainda, era uma realidade no início dos anos 80. Desde a criação da última paróquia na década de 1960, Somente cerca de 15 anos depois, em 1982, funda-se uma nova paróquia (São Norberto). As comunidades periféricas, já se organizavam em associações, grupos de jovens, grupos de mulheres rezadeiras, vicentinos, confrarias e outros diversos.

As CEBs, embora tardiamente, tornaram-se uma forte realidade no território menos assistido pela Diocese: a periferia.

Nesse sentido, muitos dos elementos que compõem as propostas de ação da Igreja para o período, levam em consideração, as comunidades eclesiais de base, a ação pastoral do leigo e a reestruturação e criação de novas paróquias. Estas são condições as quais a Igreja toma como base para se instalar na periferia da cidade.

5. A terceira e Quarta Assembléias Diocesana

A terceira e quarta Assembléias Diocesana Pastoral, que foram elaboradas no final do século XX, encontraram um cenário, já, bastante modificado em relação às primeiras experiências. As CEBs haviam se tornado uma realidade nas comunidades da periferia. Vários eram os grupos, que se reuniam para discutir os problemas locais e buscar soluções através das associações comunitárias.

A periferia continuou crescendo num ritmo desordenado, aumentando as marcas da disparidade social.

Os desníveis sociais eram grandes e marcantes. Injustiças contra trabalhadores rurais, êxodo rural, proliferação de favelas, negação de direitos fundamentais, como o direito á vida, á saúde, á educação, ao emprego e á participação política... (Jornal Clarão do Norte, 2009, p.05).

É nesse contexto urbano, de crescimento desordenado que a Igreja busca a sua face. Isto significa que a Igreja estabelece uma opção que seja capaz de colocá-la mais próxima do povo, *“a opção preferencial pelo pobre, que desloca o lugar teológico da Igreja, e o processo de escolha dos textos da tradição a partir do novo posicionamento.”* (Morais, 1982. P.18). Assim, o discurso deve ser aquele que aproxime clero e povo. As ações do clero devem contemplar a realidade vivenciada ali.

6. CEBs e Paróquia

Efetivamente a inserção das CEBs numa paróquia tende pela dinâmica interna das mesmas, a modificar estruturalmente a paróquia. A partir das CEBs, a paróquia torna-se o que deve ser. *“conjunto pastoral verificador e unificador das comunidades de base”...* (Clodovis Boff, 1997, p. 185)

As experiências de formação estabelecidas pela Igreja Católica através das dioceses, começaram a ganhar nova configuração e de forma mais expressiva, a

partir de meados dos anos 1960. A CNBB conseguiu dar impulso a vários projetos de ação formadora. Assim, as experiências de ações populares cresciam no cenário católico brasileiro.

A catequese popular, segundo Faustino Teixeira, deve ser vista (o) como uma ação que marca o início da participação leiga de forma mais direta, embora controlada pelo clero.

Desta forma o leigo vai, paulatinamente, ocupando uma posição passiva no interior do campo religioso, enquanto que o aparelho religioso (clerical) se reestrutura segundo um eixo de poder religioso. As bases leigas passam a ser cada vez mais controladas através de uma complexa rede de mediações (associações, paróquias, dioceses), onde se concretiza um verdadeiro trabalho molecular. (Teixeira, 1988, p. 30).

Diante das necessidades de ampliar a sua atuação, a ação do leigo não surge somente como uma possibilidade de inovação da igreja, mas antes, como uma estratégia para difundir nos meios populares, o pensamento católico e atingir desta forma, não só a crescente periferia nos centros urbanos, mas também, os habitantes do meio rural. Assim, surge o MEB (Movimento de Educação de Base), MMM (Movimento para um Mundo Melhor), sindicalização rural, entre outros movimentos que passam a dar vida e sustentabilidade à paróquia, célula fundamental no controle diocesano.

Diante das novas experiências implantadas pela igreja, sobretudo através da CNBB, a paróquia deveria ser o espaço matriz de toda ação missionária e popular. Nesse sentido, percebe-se que deveria haver uma reestruturação das paróquias existentes e a criação de outras onde não existisse. Onde não existia paróquia era importante a atuação missionária na preparação de leigos para atuarem na catequese popular.

Com o crescimento do movimento foram surgindo salões de catequese nos morros, praias e pequenos povoados. Sugere-se a construção de salões comunitários, em lugar das capelas mais dispendiosas. Nestes salões se organiza a vida comunitária, com os serviços de catequese de ensino e de corte e costura. A construção de salões é feita com recursos dos próprios membros que se beneficiam com os serviços prestados (capela, escola, costura). Cada núcleo é responsável por seus salões, encarregando-se também de organizar festas, com a finalidade de angariar fundos para a construção de novos salões. (Teixeira, 1988, p. 58).

Nota-se que há um projeto bem estruturado e orientado pela Igreja Católica, no sentido de aumentar as suas células administrativas. Como o deslocamento católico, embora sendo gradual, é lento, em muitas comunidades, a inexistência de um poder paroquial, possibilitou a formação de vários grupos que organizaram a sua própria vida comunitária.

O Concílio Vaticano II impulsionou ainda mais a participação laica ao propor um diálogo mais amplo por parte da igreja, com a sociedade. Assim é que, nos bairros de periferia e comunidades da zona rural, “a Igreja buscou uma aproximação sem desconsiderar os grupos religiosos populares ali existentes.” *Neste sentido abre-se o espaço onde germinarão as CEBs: uma igreja vinculada ao projeto dos setores populares, uma igreja que estabelece a sua residência no seio do povo*”. (Teixeira, 1988, p.182).

6.1 Surgimento e Expansão das CEBs

Desde o surgimento das CEBs na década de 1960, foram vários encontros intereclesiais com temática específica e previamente escolhida.

Na trilha aberta pela renovação eclesiológica do Concílio Vaticano II (1962-1965) e do impulso da Conferência de Medellín (1968), as CEBs foram se firmando como uma nova forma de ser igreja, caracterizada, sobretudo, pela corajosa opção em favor dos pobres e pela libertação integral. (Teixeira, 1996, p.9).

Na década de 1970, ampliam-se as discussões que fortalecem a atuação das CEBs na medida em que, aumenta a participação popular. *“A participação nos Encontros Intereclesiais seguiu um ritmo de progressivo crescimento”*. (Teixeira, 1996, p.12). A dinâmica de organização iniciada pelos relatos de experiências das comunidades eclesiais de estados diferentes, serviu para entender (mapear) o perfil das CEBs e confrontá-lo com a atuação da igreja e as possibilidades de aproximação do discurso teológico para com as comunidades marcadas pela (indiferença) e distância do olhar da igreja.

Entre as conclusões (do primeiro Encontro Intereclesial das CEB's em 1975), enfatizou-se igualmente os traços essenciais para uma dinâmica metodológica adequada para o trabalho das comunidades; sempre partir da análise da realidade, desenvolvendo um instrumental de análise adequado para sua melhor percepção; abrir permanentes espaços de valorização das expressões autênticas do povo. (Teixeira, 1998, p.31).

Diante das necessidades apresentadas pelas CEBs, percebe-se o clero católico dividido ou perplexo por duas razões: uma, porque havia grande dificuldade por parte do clero em aceitar a nova realidade representada pelo avanço da atuação leiga nas ações que emanavam da igreja. Outra, porque nem todo clero estava preparado para dialogar com os problemas apresentados pelas CEBs. Era preciso reinventar a vida religiosa e provocar um deslocamento do discurso teológico que antes não alcançava a periferia.

As décadas de 1980 e 1990 representam o período em que ocorreu o maior número de Encontros Intereclesiais das CEBs. Em Montes Claros, somente em 1992 ocorreu um Encontro de CEBs - o oitavo Encontro Regional Leste II -, envolvendo dioceses dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

6.2 CEBs: um movimento tardio na Igreja do sertão

Os trabalhos de reflexão e planejamento iniciados pela Igreja Católica em Montes Claros, através das Assembléias Diocesanas de Pastoral, a partir de 1967, só começaria a apresentar possibilidades de mudanças na ação da Igreja, no início dos anos de 1980. Mais especificamente, a partir da segunda Assembléia Diocesana – 1981-1983.

Enquanto algumas experiências eram vivenciadas há anos em outras regiões do Brasil, no norte de Minas, só tardiamente surgiram as possibilidades de vivenciar tais experiências. Entre outras, as CEBs representam um dos relevantes fenômenos que despertou a atenção da Igreja Católica somente a partir dos anos 80. *“Foi a partir desta Assembléia que se organizou melhor a nossa catequese e se iniciou, com maior decisão, o aparecimento das CEBs.”* (Relatório Paroquial, 2009, p.1).

Considera-se assim, que a Igreja Católica em Montes Claros pode ser analisada a partir de dois momentos distintos na segunda metade do século XX.

Primeiro: do Concílio Vaticano II até meados da década de 1980 com a segunda Assembléia Diocesana e, segundo: a partir de 1988, ano que o bispo Dom Geraldo Magela (6º bispo) assume a diocese. (Relatório Paroquial, 2009).

No primeiro momento, percebe-se uma igreja mais centrada nas suas questões internas e rotineiras. Sem vontade de romper com o lento processo das suas realizações. Embora houvesse propostas de ação, as mesmas não eram aplicadas. Talvez por significar um rompimento com o passado litúrgico no qual o clero se acostumara. Para Tolentino¹³, as propostas das Diretrizes Pastorais de 1967:

São trabalho muito bem elaborado e que expressava fielmente a nossa realidade. Não obstante a tudo isto, não foi bem trabalhado. Talvez devido a pouca insistência do bispo, a não aceitação por parte do clero via nele uma intromissão indevida dos “leigos” em sua “cura pastoral” – e da pouca ou quase nenhuma preparação da parte dos fiéis para um trabalho deste. (Relatório Paroquial, 2009, p.1).

O conteúdo da citação anterior expressa bem a realidade da igreja na cidade de Montes Claros. Uma igreja que tende a voltar as suas ações, mais para o espaço urbano, mas, que não se encontra preparada para lidar com a nova realidade da cidade. Nesse sentido, como já tratamos anteriormente, a emergência de novas ações na cidade, era uma realidade difícil para se enfrentar. Embora neste período a população rural fosse mais representativa, em termos numéricos, as Diretrizes Pastorais de 1967 não contemplaram o meio rural. O que poderia representar uma necessidade maior de diálogo com as novas questões urbanas pelo crescente movimento migratório do campo para a cidade.

Contudo, a nova prática pastoral proposta pela igreja, só começaria a se tornar realidade a partir da década de 1980, cerca de vinte anos mais tarde. A nova realidade urbana impõe um novo ritmo à Igreja Católica. As CEBs se tornaram realidade inquietante e a juventude se organizava em suas Comunidades Eclesiais.

...Percebe-se como a emergência das lideranças leigas nas CEBs se dá em várias áreas de atividade, como por exemplo, nas celebrações, na reflexão do Evangelho, na prática da comunidade,

¹³ Monsenhor Geraldo Marcos Tolentino é pároco de diocese em Montes Claros. Foi o primeiro a publicar artigo (1982) sobre as CEBs no território da paróquia local. Em relatório paroquial, descreve sobre o papel da diocese a partir do Concílio Vaticano II.

etc. Junto às comunidades eclesiais de base surgem novos ministérios: coordenar a comunidade, organizar a catequese, organizar a liturgia, cuidar da evangelização e promoção humana, etc. As CEBs introduzem de fato uma gama de modificações na estrutura eclesial tanto no nível da doutrina, do culto como também da organização. Neste sentido as CEBs reinventam a Igreja, propiciando a eclesiogênese* (para nota) (Teixeira, 1988, p. 31).

As mudanças provocadas pelas CEBs levam a Igreja a repensar o seu papel no meio urbano. O clero precisava reavaliar as suas práticas diante das Comunidades Eclesiais que, como lembra Faustino Teixeira (1998, p.15), surgem como “correntes renovadoras que varreram rotinas e tradicionalismos”.

Mesmo surgindo de forma tardia em Montes Claros, assim como em outras regiões, as CEBs representaram também, um momento de ruptura e transformações. Impuseram um novo ritmo as comunidade periféricas, levando a Igreja a uma séria tomada de decisões quanto à continuidade das suas práticas pastorais. Uma delas foi o projeto de paróquialização.

7. Paróquia e Comunidade em Montes Claros

Ao tratar de comunidade nesta seção, utilizaremos como suporte, as formulações e análises de João Valdir (2005 p.125-157). O autor analisa “*comunidade como um termo que identifica o lugar de pertencimento geográfico dos indivíduos*”. Ali as pessoas se entendem como um grupo que se integra a partir de uma interdependência que os leva a unir em laços de solidariedade, sobretudo através da motivação religiosa que envolve um amplo processo cultural desde o “*ato de rezar coletivamente à identificação das principais carências locais*”. (p.127). Nas argumentações do autor, a Igreja consegue manter o ideal da comunidade e da partilha em comum.

Seguindo essa perspectiva, percebe-se que uma boa estratégia para deslocar-se para a periferia, foi a criação de paróquias com o objetivo de, dentre outros, agregar ao espaço paroquial, as comunidades periféricas através dos vários grupos ali organizados. Assim, entende-se que a caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, no seu estágio mais recente naquela ocasião, serviu de sustentáculo para que a Igreja Católica ali se estabelecesse fundando paróquia,

dando legitimidade institucional cristã a esses grupos que, a partir da paróquialização inseriram-se nas diversas pastorais, consolidando o projeto paroquial da diocese.

A partir da II Assembléia Diocesana de Pastoral que ocorreu entre os anos de 1981-1983, Davam-se indicações pastorais para uma caminhada' estabelecendo prioridades e roteiros de propostas pastorais, tendo como ponto de partida a opção preferencial pelos pobres'. Estabeleceu que a Igreja Diocesana deveria assumir, em dois anos, a catequese e a responsabilidade social da fé (assistência social, promoção da justiça) como prioridade da ação pastoral. (Relatório - Paróquia Nossa Senhora da Consolação, 2009, p.1).

Nesse processo de centralização administrativa da vida comunitária das CEBs, os membros das comunidades ganham uma identidade. A identidade paroquial. Logo são identificados enquanto membros da determinada paróquia. Os bairros, também por uma questão de identidade religiosa, passaram a ser localizados através da paróquia.

Desta forma o leigo vai, paulatinamente ocupando uma posição passiva no interior do campo religioso, enquanto que o aparelho religioso (clerical) se reestrutura segundo um eixo de poder religioso. As bases leigas passam a ser cada vez mais controladas através de uma complexa rede de mediações (associações, paróquias, dioceses), onde se concretiza um verdadeiro trabalho molecular. (Faustino Teixeira, 1988, p. 30).

Desta forma, as paróquias constituídas ou em fase de constituição, são caracterizadas fundamentalmente pela forte dinâmica da coletividade. Caráter comum nas comunidades que acostumaram a buscar soluções em conjunto, para resolver os problemas locais. Os seus membros deveriam trabalhar juntos na realização dos projetos propostos, como por exemplo, a construção de salões comunitários e templos (igrejas) para comodidade dos fiéis durante as celebrações.

7.1 Paróquia: esvaziando as CEBs

Considera-se que o novo projeto de ações da diocese de Montes Claros, no início dos anos 80, despertado a partir da II Assembléia Diocesana de Pastoral (1981-1983) de importância para a Igreja porque, embora tenha começado a

concretizar de fato, somente a partir da III Assembléia Diocesana de Pastoral, realizada entre 1989 e 1990, provocou forte impulso nas ações da Igreja que a partir de então, avança na direção da periferia. É importante lembrar que, a Igreja não desconsidera as Comunidades Eclesiais de Base nem a ação pastoral do leigo, “*pois no processo organicamente proposto pelo planejamento pastoral, a Igreja se revestirá da face da Igreja do Vaticano II, e não como uma Igreja excessivamente ‘clericalizada’.*” (Plano Pastoral Orgânico. P. 7). Percebeu-se que não seria possível um projeto de Igreja que não enquadrassem estas duas realidades.. Porém, era necessário não incentivar tanto a autonomia do leigo, isso poderia interferir no projeto centralizador da diocese.

A efervescência da CEBs possibilitou uma participação mais efetiva na III Assembléia Diocesana de Pastoral (1989-1990). “*Ela foi um divisor de águas na pastoral diocesana*” (Relatório – Paróquia Nossa Senhora da Consolação, p.2). Conseguiu-se desta vez, envolver todos os segmentos da diocese, além da participação ativa do bispo Dom Geraldo Magela. A ampliação da participação popular nos eventos que propunham mudanças inovadoras na ação da Igreja, revigorou de forma considerável a estrutura eclesial e o projeto expansionista da diocese. As comunidades começavam a partir de então, a se organizarem pelas orientações vindas da diocese. As comunidades começavam a organizar os seus Conselhos comunitários e/ou paroquiais. Visando por em prática a ação pastoral da igreja que, “*procurou então educar seus fiéis, procurou instruí-los quanto a esta vida nova*” (Diocese de Montes Claros - Conceito de Catequese nas Diretrizes Diocesanas).

Estabeleceu-se de forma mais definitiva, um calendário litúrgico a ser seguido pelas comunidades que, neste contexto tornavam-se mais próximas das paróquias existentes.

Estas foram sendo ampliadas a partir da década de 90, assim como a confecção de cartilhas na própria diocese, com o intuito de atender a todas as comunidades e paróquias naquilo que se propõe o projeto de expansão e inserção na periferia. As cartilhas confeccionadas traziam mensagens simples que representavam o dia-a-dia das pessoas comuns, numa linguagem de fácil entendimento.

Neste sentido, pode-se afirmar que, “a Igreja procurou então educar seus fiéis, procurou instruí-los quanto a esta vida nova.” (Diocese de Montes Claros,

1994, p.03). Os cânticos característicos do ritmo da vida interiorana possibilitavam as comunidades usarem seus instrumentos nas celebrações litúrgicas, com todos cantando e festejando a vida, falando dos seus problemas cotidianos, das dificuldades da vida e da esperança em dias melhores.

Esta realidade nas CEBs, embora não sendo bem aceita por parte do clero, contribuiu significativamente para que houvesse a descentralização das paróquias na diocese de Montes Claros. Uma nova mentalidade foi suscitada no interior da Igreja, obrigando-a a ser mais presente na cidade, sobretudo na periferia.

7.2 Comunidade, leigo e Paróquia: de membro das CEBs a agente de pastoral.

Considerando-se que as propostas da I Assembléia Diocesana de Pastoral (1967), foram voltadas para o meio urbano, há de se admitir que a Igreja em Montes Claros não perdeu por isso, as suas características de atuação no meio rural. No início da década de 1970, a população rural ainda era superior à população urbana. Embora o crescimento urbano naquele contexto, exigisse uma revisão das suas ações, a diocese permanece estagnada na sua fase pós-conciliar, pelo menos até meados da década de 1980. Havia uma grande dificuldade em voltar suas ações para a periferia no meio urbano. Quando a Igreja consegue, de fato, dialogar com a nova realidade urbana, o processo de renovação torna-se realidade. Nessa direção, o documento aprovado pela terceira Assembléia Diocesana (1990) estabeleceu o desejo de ter uma Igreja onde as Pastorais, Movimentos e Associações estivessem bem integrados na comunidade.

Queremos paróquias organizadas em comunidades, especialmente em Comunidades Eclesiais de Base. Queremos as comunidades maiores organizadas em grupos de base, unidos pelos serviços dos coordenadores. Queremos que os padres ajudem a organizar as comunidades pequenas, apoiando suas lideranças. (Compromissos Eclesiais e Diretrizes Pastorais, 1990, p.29).

Há a descentralização administrativa das paróquias existentes e uma preocupação com a criação de novas paróquias. A dinâmica e a linguagem estabelecida nestas células diocesanas, reconfiguram a vivência cotidiana nas

CEBs. Estas, um fenômeno no Brasil e na América Latina desde a década de 1960, só são percebidas no sertão norte mineiro, a partir dos anos de 1980.

Além de disputar espaço com outro fenômeno religioso (o Movimento da Renovação Carismática Católica), as CEBs passam a receber definição via paroquial, emanadas da diocese. Assim, as atividades pastorais passam a dinamizar a nova realidade paroquial. Dentre outros, estes dois fatores parecem provocar um esfriamento da efervescência das CEBs em Montes Claros.

Quando se diz que na comunidade as pessoas passam a ganhar uma identidade paroquial, é porque elas estarão enquadradas numa estrutura celular da Igreja – a paróquia – onde serão reconhecidas pela atuação nesta ou naquela pastoral, cuja normatização emana mais proximamente da CNBB e conseqüentemente da diocese local, sempre orientada por um membro do clero que, nem sempre soube compreender o espaço das comunidades, impondo regras e desafiando aqueles que acaso resistissem à ordem clerical.

Foi com estes e outros tipos de conflitos, até mesmo entre os próprios membros da comunidade, que o novo sistema de paroquialização do espaço eclesial, contribuiu para esvaziar as CEBs. A afirmação de Pedro Oliveira pode ser colocada em relação com os processos empreendidos na diocese de Montes Claros que, na sua reestruturação burocrática *“conseguiu conciliar as duas estruturas submetendo as CEBs à estrutura paroquial”*. (Pedro R. Oliveira, In: Boff, 1997, p. 164). Portanto, a paróquia fragmentou as CEBs na medida em que ressignificou a identidade religiosa dos agentes nas suas comunidades de origem, tornando-os agente de pastoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentarmos finalizar um trabalho de pesquisa como este, a impressão que nos fica é a de que estamos apenas começando. A idéia inicial de chegar ao fim torna-se mera “ilusão” porque descobrimos no caminhar, novos direcionamentos e novas fronteiras a serem desbravadas. É árduo, mas, fascinante o caminho da pesquisa por nos conduzir a caminhos antes inesperados, nos colocando sobre um ponto a partir do qual, podemos visualizar o campo de pesquisa em outras perspectivas, o que nos provoca, no sentido de tentar entender e explicar o objeto de nosso interesse, num contexto mais amplo e diverso considerando-se as suas particularidades.

Assim, percebemos as nossas primeiras experiências vivenciadas nesta pesquisa. Sentimos que a nossa função é de distinguir de forma clara e convincente o objeto pólo qual fizemos opção de análise e apresentá-lo na sua relevância, enquanto objeto de ciência. Porém, para chegar a esse ponto, percorremos não só a jornada necessária a um pesquisador, mas também, nos demos ao enfrentamento das adversidades existentes no campo de pesquisa. Realidade que nos obrigou em muitos momentos, a rever pré-conceitos e estereótipos, refazendo o caminho, analisando e interpretando as tramas da história.

As nossas primeiras impressões ao serem lançadas no campo de pesquisa, parecem ser como sementes que precisam ser transformadas para apresentar os resultados decorrentes. Nesse sentido, consideramos que o resultado dessa pesquisa só foi possível porque, primeiro, lançamos nossas impressões (hipóteses) como semente e, depois, cuidamos de reelaborar o que até então, era somente um dado do passado. Entendemos que essas duas situações nos ajudaram a redirecionar o caminho que vislumbrávamos inicialmente. Assim, pudemos centrar melhor na história da Igreja Católica no norte de Minas, buscando entender a sua atuação através da representação diocesana em Montes Claros.

Pensamos inicialmente no deslocamento da Igreja Católica concomitante ao projeto expansionista colonizador português. Dessa forma, no primeiro capítulo, apresentamos um quadro geral, apenas para situar historicamente o norte de Minas, lugar em que a Igreja difundiu também, as suas práticas impondo regras e fundando paróquias.

Tratamos da inserção da Igreja Católica no Brasil em meio a diversidade cultural que se estabeleceu na sociedade brasileira em formação. Considerando o aspecto geral como contextualização, apresentamos ainda neste primeiro capítulo, o norte de Minas Gerais como região alcançada, não só pelo projeto expansionista da coroa portuguesa, mas também, pelo deslocamento da Igreja Católica, empreendido em todo território brasileiro. O quadro construído neste capítulo ajuda-nos a visualizar melhor o que analisamos no capítulo seguinte, o lento processo de deslocamento da Igreja Católica no sertão norte Mineiro, sobretudo na cidade de Montes Claros.

No segundo capítulo, analisamos a atuação católica em Montes Claros, desde a constituição do arraial de formigas que posteriormente se torna cidade. Aqui, o nosso intento foi demonstrar como se deu o lento processo de deslocamento e expansão da Igreja Católica através dos seus instrumentos de poder. A paróquia talvez seja um desses fortes instrumentos além de representar a história do lento deslocamento na região norte mineira.

Percebemos grandes distâncias temporais e geográficas na instituição de paróquias, mesmo no meio urbano. Diante da nova configuração do espaço urbano, vimos uma Igreja que, acostumada às práticas rurais, não conseguiu implantar facilmente um projeto de atuação no meio urbano. Ficou, portanto, estagnada por algumas décadas até que, em fins dos anos 80 se empenhou mais eficazmente no deslocamento para a periferia, ampliando o seu o seu raio de atuação.

O resultado desse deslocamento é o que discutimos ao longo terceiro capítulo. Uma Igreja que se instala nas comunidades distantes do centro e consegue burocratizar a vida religiosa, através da paroquialização. Para nós, o grande feito da Igreja Católica em Montes Claros foi a retomada da criação de paróquias no final do século XX. Contexto de consideráveis transformações no cenário urbano.

A experiência religiosa das comunidades foi se diluindo na teia de relações paroquiais. A autonomia das Comunidades Eclesiais passou a ser gerenciada pela instituição religiosa que, absorveu as práticas comunitárias e as transformou em práticas pastorais. Ressignificou a identidade a identidade dos membros das CEBs, tornando-os agentes pastorais na célula paroquial.

Acreditamos que a nossa pesquisa, aqui apresentada, fornece ao leitor subsídios importantes para repensar não só, as generalizações na historicização dos fatos, atitude que não contemplou a história regional ao longo do tempo, como

também, tentar perceber a importância da religião na (re-) construção da identidade e na história da sociedade, bem como o lugar do poder nas práticas institucionais religiosas.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem. *O Que é Religião*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

AQUINO, José Osmando Mendes de. *Comunidade dos Santos Reis: uma história*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: imaginário na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II: terceira época: 1930 -1964. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil: aspectos históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BACELLAR, Carlos. Uso e Mau Uso dos Arquivos. In: PINSKI, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na Virada da Questão Social – 1930 – 1964*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARBOSA, Carla Cristina. (Org.). *Sertão: cultura e poder*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *O Historiador e o Fato: um diálogo através da fonte*. Revista Caminhos da História. Montes Claros: Unimontes, v.4, n.4, p. 7-37, 1999.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEOZZO, Jose Oscar. *A Igreja no Brasil, de João XXII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BEOZZO, José Oscar. O Catolicismo: história e contemporaneidade. In: MANOEL, Ivan A. FREITAS, Naionara M. B. *História das Religiões: desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

BOFF, Leonardo. *Igreja, Carisma e Poder*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOLLIN, Antônio; GASPARINI, Francesco. *A Catequese na Vida da Igreja: notas de História*. São Paulo: Paulinas, 1998.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Loyola, 2003.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. *Industrialização da Área Mineira da Sudene – um estudo de caso: Montes Claros*. Montes Claros: Unimontes, 2008.

BRITO, Ênio J. da C. Agonia de um Modelo. In: SOUZA, Beatriz M. de; MARTINO, Luís M. Sá. (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. P.37-46.

GOMES BRITO, Gy Reis . *Montes Claros: da construção ao progresso 1917 – 1926*. Montes Claros: Unimontes, 2006.

BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUNEAU, Thomas C. *Religião e Politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário*. São Paulo: Loyola, 1979.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: Padres e comunistas na revolução sem violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

CAMARGO, Cândido P. F. de. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda., 1971.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. *Identidade Regional Norte Mineira: a cultura sertaneja*. Revista Cerrados. Montes Claros: Unimontes, v.1, n.3, p.97-109, jan./dez. 2005.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. *O Regionalismo Mineiro*. Caderno Geográfico. Montes Claros: Unimontes, v.1, n.3.1999.

CAVALCANTE, Berenice de Oliveira. Tempo de Restauração: o movimento católico leigo – 1920-1941. CARMO, Luiz Scarvada do. (Org.). *A Presença da Igreja Católica no Brasil*. MAGIS – Caderno de fé e cultura especial. São Paulo: PUC/RJ, 2002, n.2, p. 153-174.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: a conjunção de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.p.77-98.

COSTA, João Batista de Almeida. *Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: o norte de minas como síntese da nação brasileira*. Revista Verde Grande. Montes Claros: Unimontes, v. 1, n.3, dez./fev. -2006. P.08 – 47.

COTRIM, Dário Teixeira. *História Primitiva de Montes Claros*. Montes Claros: Unimontes, 2001.

DA SILVA, Márcia Pereira. *Em Busca do Sonho: história, juventude e repressão: Franca 1960-1970*. Montes Claros: Unimontes, 2001.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 10. ed. Petrópolis: vozes, 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni. (Orgs.). *A Religião: o seminário de Capri*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. I de Medellín a Sucre – 1968 – 1972. São Paulo: Loyola, 1981.

DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. II CCE à crise relativa do neofascismo – 1973. São Paulo: Loyola, 1982.

FEATHERSTONE, Mike. (org.) *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 3. ed. Petrópolis: vozes, 1999. P. 395 – 419.

FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros – um estudo de caso*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado).

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, Boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

GALEA, José. *Uma Igreja no Povo e Pelo Povo: reflexão teológica sobre a atual ação pastoral da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GASPAR, M. Maurício. *No Sertão de Minas*. Lez-Louvain, 1902.

GONÇALVES, Paulo S.L. Bombonato; VERA, I. (Orgs.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *Comunidade de Base no Brasil: uma nova maneira de ser em Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *As Faces do Legislativo*. Montes Claros: Arapuim, 1997.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1978.

KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2003.

KRISCHRKE, Paulo José. *A Igreja e as Crises Políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

KUHNEN, Alceu. *As Origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552*. São Paulo: EDUSC, 2005.

LAVILLE, Christian. *A Construção do Saber*. manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda. 1999.p.215-230.

LESSA, Simone Narciso. *Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão*. Revista Caminhos da História. Montes Claros: Unimontes, v.4, n.4, p.83-110, 1999.

LESSA, Simone Narciso. *Trem de Ferro: o mito da modernidade no sertão*. Revista Verde Grande. Montes Claros: Unimontes, v.1, n.2, p.86-101, set./nov.2005.

LONDOÑO, Fernando torres. (Org.). *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de Gênesis: o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAIMUARING, Scott P. e Krischrke, Paulo (org.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição – 1974 – 1985*. Porto Alegre: L & PM, 1986.

MAINMARING, Scott P. (et al.). *Partidos Conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

MAINWARING, Scott P. *Igreja Católica e Política no Brasil – 1916 -1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAINWARING, Scott P.. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*.2.ed. São Paulo: Hucitec,1999.

MATA-MACHADO, Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais –1690 – 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATOS, Maria Izilda S. de. Repensando a História da Igreja: gênero, uma possibilidade de análise. In: QUEIROZ, J.J. (Org.) *Interfaces do Sagrado em Véspera de Milênio*. São Paulo: Olho d'água, 1996.p.97-101.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.p.197-247.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. (Orgs.). *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz. s/d.,p.81-107.

MORAIS, J.F. Regis. *Os Bispos e a Política no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

OLIVA BRASIL, Henrique de. *História do Desenvolvimento de Montes Claros*. Belo horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

OLIVEIRA FILHO, Otaviano de. *Do Brasil ao Sertão: uma análise do processo de constituição da identidade sociocultural do norte de minas*. Montes Claros: Unimontes, 2008. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova Cidade, Velha Política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: EDUFAL,, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 1999.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PALÁCIO, Carlos. *Deslocamentos da Teologia: mutações do cristianismo*. São Paulo: Loyola, 2001.

PAULA, Hermes A. de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Montes Claros: Pongetti, 1979.

PAULO II, João. *Carta Encíclica Fides et Ratio: sobre as relações entre fé e razão*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

PEREIRA, Antônio Emílio. *Memorial Januária: terra, rios e gente*. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

PETRINI, João Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PIERUCCI, Antonio F. Secularização e Declínio do Catolicismo. In: SOUZA, Beatriz M. de; MARTINO, Luís Mauro Sá. (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. P.13-21.

PIRES, Elson L.S. Mutações Econômicas e Dinâmicas Territoriais Locais. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria E. B.; SOBARZO, Oscar (Orgs.). *Cidades Médias: produção de espaços*. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006. P.47-67.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

POMPA, Cristina. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003.

QUEIROZ, Luís Ricardo Silva. *Catopês, Marujos e Caboclinhos no Contexto Social de Montes Claros: uma história de música, festa, devoção e fé*. Revista Verde Grande. Montes Claros: Unimontes, v.1, n.2, p.28-53, set./nov. 2005.

REIS, Geraldo Antônio. Algumas Considerações sobre o Processo de Desenvolvimento Recente da Região Mineira do Nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org.). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997. P.37-76.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sentidos da Urbanização: desafios do presente*. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria E. B.; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). *Cidades Médias: produção do espaço*. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006. P. 17-25.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: UNB, 1981.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Religião e Classes Populares*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ROSADO-NUNES, Maria J. F. Mulheres e Catolicismo: uma questão de poder. In: *Interfaces do Sagrado em Véspera de Milênio*. São Paulo: Olho d'água, 1996. P.74-96.

ROSADO-NUNES, Maria J. F. O Catolicismo Sob o Escrutínio da Modernidade. In: SOUZA, Beatriz M. de; MARTINO, Luís M. Sá. (Orgs.). *Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004. P. 22-36.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia / EDUSP, 1975.

_____. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Tradução: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte. Itatiaia / EDUSP, 1974.

_____. *Viagem as Nascentes do Rio São Francisco (1816-1822)*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia / EDUSP, 1975.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na Conquista Européia do Novo Mundo (1492 – 1640)*. São Paulo: Unesp, 1999.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Cia. das letras, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Franscino Oliveira. *Sub Umbra Alarum Tuarum: história da criação e organização da diocese de Montes Claros – 1903 – 1943*. Belo Horizonte: Fumarc, 2005.

SILVEIRA, Ivone; COLARES, Zezé. *Montes Claros de Ontem e Hoje*. Montes claros, 1985.

SILVEIRA, Yara Maria Soares Costa da. *A Transformação Urbana de Montes Claros: surgimento e crescimento do bairro cidade industrial*. Revista Cerrados. Montes Claros: Unimontes, v.3, n.1, p.23-42, jan./dez.2005.

SOUZA, Antônio Alvimar. *A Igreja Entrou Renovadamente na Festa: Igreja e carisma no sertão de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fumarc, 2007.

SOUZA. João Valdir Alves de. *Igreja, Escola e Comunidade: elementos para a história cultural do município de Turmalina*. Montes Claros, 2005.

SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. 1. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2007.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

VIANNA, Nelson, *Serões Montesclarenses*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

VIANNA, Urbino. *Monografia do Município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.

ARQUIVOS

Arquivo Particular.

Arquivo Paroquial – Paróquia Nossa Senhora da Consolação.

Arquivo Paroquial – Paróquia São Sebastião.

Arquivo Paroquial – Paróquia São João Batista.

Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Montes claros.

FONTES DOCUMENTAIS

- Abra a Porta – cartilha do povo de Deus. 15. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.
- Cancioneiro – para encontros vocacionais e de jovens. São Paulo: Loyola, 1984.
- Cartilhas e mensagens Diocesanas.
- CELAM. A Igreja em atual transformação na América Latina à luz do Concílio.
- CNBB. Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Vozes, 1999.
- CNBB. *Puebla: conclusões*. São Paulo: Loyola, 1979.
- Conclusões de Medellín. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- Documento: Bula *Postulat Sane* do Papa Pio X, de 10 de dezembro de 1910.
- Documento: Diocese de Montes Claros - 90 anos de presença pastoral. Diocese de Montes Claros, 2000.
- Documento: Diretrizes Pastorais da Diocese de Montes Claros – 1975-1978. Mimeografado. 1975.
- Documento: Diretrizes Pastorais da Diocese de Montes Claros–1967-1970. Secretariado Diocesano de Pastoral. Belo Horizonte: São Vicente, 1967.
- Documento: Planejamento Diocesano de Pastoral – 1981-1983. Belo Horizonte: Promoção da família. 1981.
- Jornal Clarão do Norte – informativo da Arquidiocese de Montes Claros.
- Jornal do Norte.
- Livro do registro de bulas e inventários dos bens da Mitra Diocesana.
- Relatório de Pesquisa. A Crise das Comunidades Eclesiais de Base e a Ascensão da Renovação Carismática Católica. Levon do Nascimento. (Org.). Unimontes, 1999.
- Documento: Compromissos Eclesiais e Diretrizes Pastorais. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1990.

VV.AA, *Dossiê de Tombamento da Capela dos Morrinhos*. Carla Cristina Barbosa. (Org.). Cadernos de História. Montes claros: Unimontes, v. 3, n. 3, nov. 1998.

VV.AA, *Inventário de Proteção ao Acervo Cultural da matriz de Montes Claros*. Caderno de História. Montes Claros: Unimontes, v. 3, n.3, nov. 1998.

Sítios Consultados

<http://www.apmoc.blogspot.com>. Acesso em novembro de 2009.

<http://www.arquimoc.org.br>. Acesso em setembro de 2009.

<http://www.adital.com.br>. Acesso em outubro de 2009.

<http://www.catedralmoc.org.br>. Acesso em outubro de 2008.

<http://www.cedefes.org.br>. Acesso em novembro de 2008.

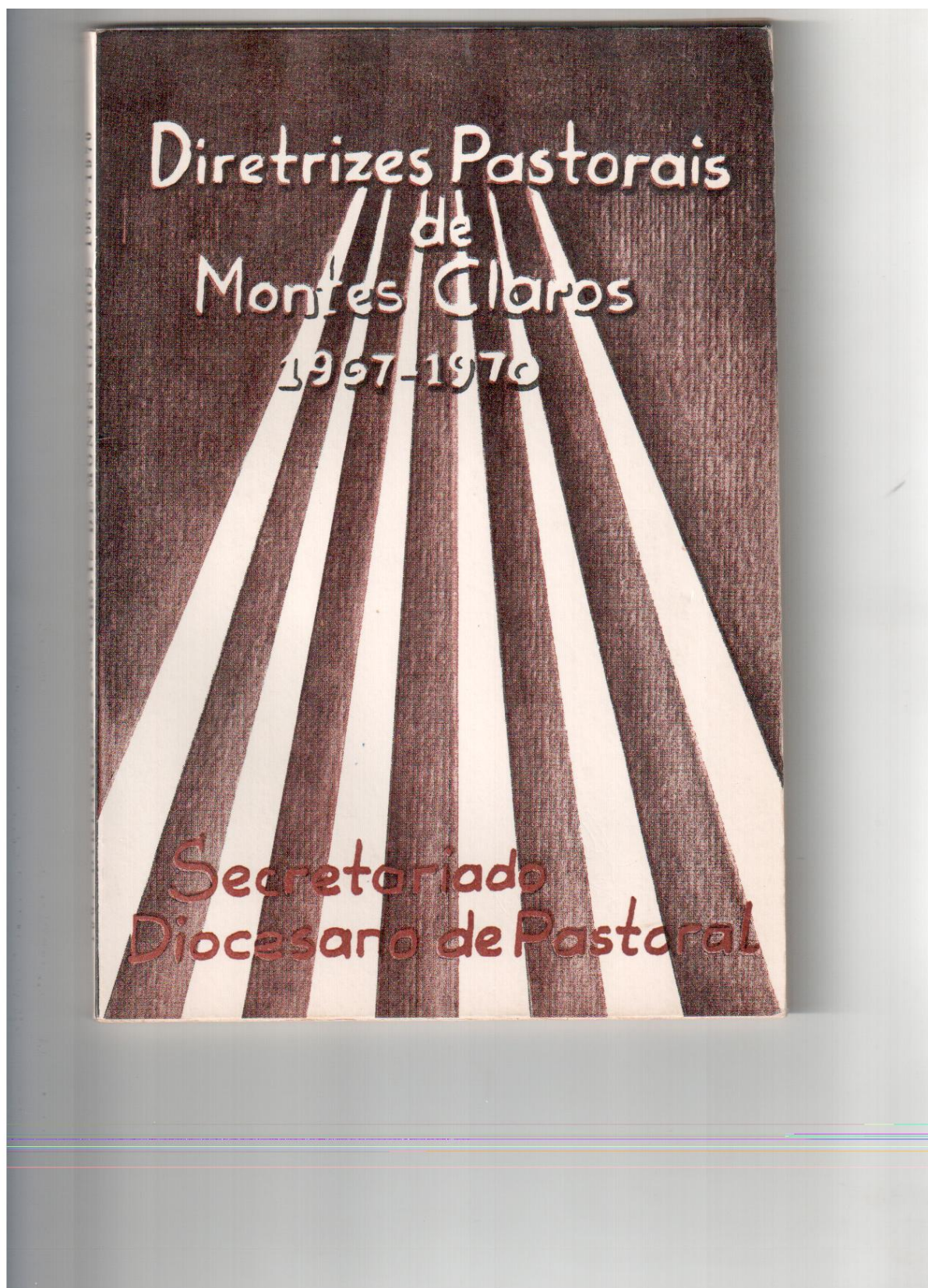
<http://www.cnbb.org.br>. Acesso em setembro de 2009.

<http://www.gritodosexcluidos.org>. Acesso em outubro de 2009.

<http://www.zenit.org.br>. Acesso em setembro de 2008.

<http://www.uniblog.com.br>. Acesso em novembro de 2009.

ANEXOS



Anexo 1- Diretrizes Pastorais da Diocese de Montes Claros
1967



Anexo 2- Planejamento Diocesano de Pastoral 1981-83

Compromissos Eclesiais
e
Diretrizes Pastorais

*APROVADOS PELA
3ª ASSEMBLÉIA DIOCESANA DE PASTORAL
MAIO 1990*

DIOCESE DE MONTES CLAROS

**Anexo 3- Diretrizes Pastorais da Diocese de Montes Claros
1990**



Anexo 4- Texto Base para discussões na 4º Assembléia Diocesana de Pastoral

Rumo ao Centenário

Com métodos participativos, Igreja elaborava há 42 anos suas primeiras diretrizes pastorais



A Igreja não é uma democracia. A Igreja é comunhão. O pensamento é do Arcebispo Emérito de Montes Claros, Dom Geraldo Majela de Castro, e é utilizado como método de ação nesta Arquidiocese desde a produção das primeiras orientações pastorais há mais de 42 anos. Na primeira fase para a elaboração das Diretrizes Pastorais de Montes Claros (1967-1970), a reflexão pastoral foi organizada desde março de 1966 de acordo com as linhas do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O Bispo Diocesano, Dom José Alves Trindade (1956-1988), escolheu dois padres para coordenarem os trabalhos: Cônego Paulo E. Pimenta e Cônego Quirino Queiroga.

Estes convocaram religiosos e leigos, e formaram uma comissão diocesana, criando o Secretariado Diocesano de Pastoral, cuja missão era de formação, atualização de pessoal e de coordenação de todos os projetos diocesanos, assumindo as tarefas de pesquisa e reflexão. Depois de muito estudo, a comissão resolveu iniciar processo de planejamento por Montes Claros, sede da Diocese, para atender a realidade: características sociais próprias, falta de recursos humanos, materiais

técnicos para um trabalho de maior amplitude, grande extensão territorial e difícil acesso às comunidades.

Antes da elaboração das Diretrizes, aconteceu todo um trabalho de base com confecção de textos gerais para coleta de dados da Igreja *ad intra*, pesquisa de opinião realizada nos meios religiosos locais, cursos de reflexão sobre as linhas do PPC baseadas no roteiro nacional, mas adaptadas ao contexto regional. Foram dois meses de intenso trabalho com participação de padres, religiosos e leigos.

Seis linhas

Eram seis as linhas do plano de ação: 1) unidade visível; 2) ação missionária; 3) catequese; 4) liturgia; 5) ação ecumênica; e 6) Igreja no mundo de hoje segundo as exigências da justiça, da caridade e do bem comum. Para cada linha havia um objetivo diocesano, justificativa da diretriz diocesana, fundamentação conciliar, constatação da realidade, sugestões do que fazer (pistas de ação), diretriz e atividade proposta, e o responsável.

Na fase de pesquisa e levantamento para a elaboração do plano, foram consultadas 500



pessoas e 500 nos cursos de reflexão, totalizando mil pessoas que participaram do processo de planejamento em Montes Claros. Participaram todos os organismos com representatividade na comunidade eclesial e fora dela. Com o resultado desses trabalhos, foi elaborado um anteprojeto com as cinco linhas do PPC.

O Secretariado de Pastoral se responsabilizou pelo fechamento final do projeto. Assim aconteceu o nascimento das primeiras Diretrizes Pastorais desta Igreja Particular, fruto da aplicação das Diretrizes Nacionais à realidade da sede da Diocese - Montes Claros (1967-1970). **Através do resultado da pesquisa, foi possível medir, mais ou menos, a consciência que o povo possuía sobre religião e vida. Todos foram chamados a contribuir, seja respondendo a um questionário, seja debatendo em grupos. As Diretrizes Pastorais foram resultados de todas as forças vivas de MOC. Cada diretriz foi discutida, emendada e aprovada pela Assembléia Diocesana de Pastoral.**

com colaboração de Maria Elizabeth da Silva Sensa (Betinha) e Maria Walkiria Faria

VIDROMIL
30 anos vidrado em você

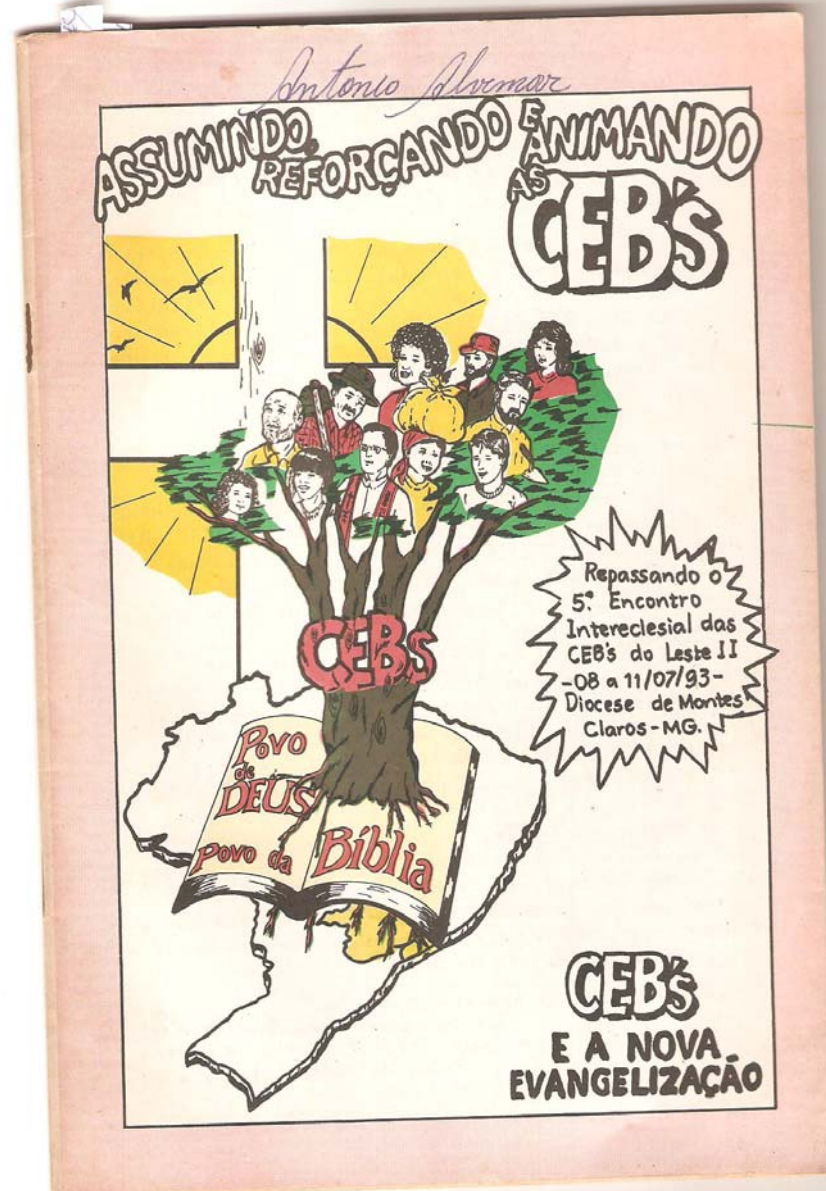
DISTRIBUIDOR DE VIDROS TEMPERADO
Box-Banho, Fachadas e Tampo de Mesa em Vidro Temperado, Divisórias, Vidros, Espelhos e Periscópios

Telefax: (38) 3222-9000
Av. Cula Mangabeira, 355, Centro
Montes Claros - Minas Gerais
E-mail: vicentevidromil@hotmail.com

Tabelas de Preços de Anúncios

- > Página Inteira: R\$ 1.000,00
- > Meia Página: R\$ 500,00
- > Um Quarto de Página: R\$ 250,00
- > Pé de Página: R\$ 60,00
- > Metade do Pé de Página: R\$ 30,00

Observação: O jornal "Clarão do Norte" é em formato tabloide nas dimensões 36cm de altura x 28,5cm de largura com 12 páginas, tiragem de mil exemplares e todo em preto e branco com distribuição em mais de 40 cidades do Norte de Minas. Esta tabela é válida até o dia 31 de dezembro de 2008.



Anexo 6- Documento síntese do 5º Encontro Intereclesial das CEBs